

XXIV CONGRESSO NACIONAL DE
GESTÃO DO DESPORTO

23 + 24
novembro

**Governança na Gestão
do Desporto: Inovação
e Boas Práticas**



2023

PÓVOA DE VARZIM
Hotel Axis Vermar

Livro de Comunicações

XXIV Congresso Nacional de Gestão de Desporto

Associação Portuguesa de Gestão de Desporto

Aud. Hotel Axis Vermar, Póvoa de Varzim, 23 e 24 de novembro 2023

Índice

COMISSÃO CIENTÍFICA	4
NOTA INTRODUTÓRIA	6
COMUNICAÇÕES ORAIS	7
EXPECTATIVAS E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO SERVIÇO EM CAMPOS DE FÉRIAS DESPORTIVOS: PERSPETIVA DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	7
ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO DESPORTIVO: ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUESAS	10
THE PERSPECTIVE AND KNOWLEDGE THAT THE CITIZENS OF GUIMARÃES HAVE ON THE MUNICIPAL PUBLIC POLICIES AND SPORTS INFRASTRUCTURES	14
DIGITAL <i>ENGAGEMENT</i> : CATEGORIZANDO OS CONTEÚDOS DAS PUBLICAÇÕES DAS REDES SOCIAIS DOS CLUBES DE FUTEBOL DA PRIMEIRA LIGA PORTUGUESA	17
EQUIDADE NOS <i>ESPORTS</i> : GESTÃO E DESAFIOS DAS CATEGORIAS DE GÉNERO NO E-FUTEBOL.....	21
ENTENDER A RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DO AMBIENTE FÍSICO NAS RESPOSTAS AFETIVAS E INTENÇÕES COMPORTAMENTAIS DOS ESPETADORES DE EVENTOS DE <i>ESPORTS</i>	25
DIFERENÇAS ENTRE O NÍVEL DE <i>EMPOWERMENT</i> NO DESPORTO DE ACORDO COM O NÍVEL DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE PERSPETIVA DE GÉNERO	28
MOTIVOS DOS FÃS DISTANTES BRASILEIROS NO CONSUMO DA UEFA CHAMPIONS LEAGUE E ENGLISH PREMIER LEAGUE: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA.....	32
IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA E DO VALOR DO DESPORTO DE ELITE SOBRE O BEM-ESTAR SUBJETIVO DA POPULAÇÃO	36
COMPORTAMENTOS TÓXICOS EM COMUNIDADES DE JOGADORES DE <i>ESPORTS</i> : UMA REVISÃO INTEGRATIVA	41
SATISFAÇÃO DOS ATLETAS COM A UTILIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO DESPORTIVA COBERTA.....	45
O CONSUMO DESPORTIVO POR MULHERES BRASILEIRAS: COMPORTAMENTO E ESCALA DE AVALIAÇÃO ...	48
EVENTOS DESPORTIVOS EM CONTEXTO DE EXPLORAÇÃO DA NATUREZA	52
PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA INFORMAL NA CIDADE DO PORTO: ESTUDO MISTO SOBRE AS BARREIRAS INTRAPESSOAIS, INTERPESSOAIS E ESTRUTURAIS	55
BARREIRAS SOCIAIS À PRÁTICA DESPORTIVA POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NO ÂMBITO DA GESTÃO DO DESPORTO	58
ABANDONO DA CARREIRA DE ÁRBITROS NO FUTEBOL	62
ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS E PROFISSÕES DO DESPORTO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA: SERÁ QUE AS PESSOAS QUE TRABALHAM NO CONTEXTO DO DESPORTO E/OU EXERCÍCIO FÍSICO TÊM UMA PROFISSÃO DIGNA E RECONHECIDA?	66
O PAPEL DO GESTOR NO ENVOLVIMENTO PARENTAL NO DESPORTO.....	70
O RECONHECIMENTO PÚBLICO DAS PROFISSÕES DA GESTÃO DE DESPORTO	74
TRABALHOS TÉCNICOS DE NATUREZA PROFISSIONAL.....	79
INCLUSÃO E INTERVENÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DO <i>SURFING</i>	79
ARTIGOS COMPLETOS.....	83
SUBMISSÃO AO PRÉMIO PROF. ALBINO MARIA I&D EM GESTÃO DO DESPORTO	83
REESTRUTURAÇÃO EM CENTROS DE FITNESS DEVIDO À CRISE PROVOCADA PELA COVID-19: IMPACTO NAS INSTALAÇÕES E NOS PROFISSIONAIS DE FITNESS	83

CONTABILIZAR PRATICANTES - UM PROBLEMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS DESPORTIVAS.....	105
CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PERCURSOS PEDESTRES TURÍSTICOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – PONTO DE VISTA DOS RESIDENTES	131
COMISSÃO ORGANIZADORA.....	149
COMISSÃO DE HONRA	149

Comissão Científica

ABEL FIGUEIREDO

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu

ABEL SANTOS

Escola Superior de Desporto de Rio Maior - Instituto Politécnico de Santarém

ALFREDO SILVA

Escola Superior de Desporto de Rio Maior - Instituto Politécnico de Santarém

CARLOS JANUÁRIO

Universidade Lusófona do Porto

CELINA GONÇALVES

Universidade da Maia

DINA MIRAGAIA

Universidade da Beira Interior

ELSA PEREIRA

Universidade do Algarve

ISILDA DIAS

Universidade da Maia

JORGE SOARES

Universidade da Madeira

MARGARIDA MASCARENHAS

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

MARIA JOSÉ CARVALHO

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

PAULO NUNES

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal

PEDRO RODRIGUES

Instituto Politécnico de Bragança

PEDRO SARMENTO

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

RUI BISCAIA

University of Bath

THIAGO SANTOS

Universidade Europeia

TIAGO RIBEIRO

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

VERA PEDRAGOSA

Universidade Autónoma de Lisboa

VÍTOR SOBRAL

Cardiff Metropolitan University

Edição

Santos, A. & Pacheco, M. (2023). Livro de Comunicações do XXIV Congresso Nacional de Gestão de Desporto. Associação Portuguesa de Gestão de Desporto. Aud. Hotel Axis Vermar, Póvoa de Varzim, 23 e 24 de novembro 2023.

Citar como

Sobrenome, Inicial do nome (2023). Título da comunicação. Comunicação apresentada no XXIII Congresso Nacional de Gestão de Desporto. Associação Portuguesa de Gestão de Desporto. Aud. Hotel Axis Vermar, Póvoa de Varzim, 23 e 24 de novembro 2023.
<https://www.apogesd.pt/Congressos/Congresso2023>

Nota Introdutória

Subordinado ao tema a “Governança na Gestão do Desporto: Inovação e Boas Práticas” e tendo três referências estruturantes, como subtemas, a “Organização e Desenvolvimento”; “Sustentabilidade e Recursos” e “Transparência e Cidadania”, o XXIV Congresso Nacional de Gestão do Desporto, que decorreu na Póvoa de Varzim, nos dias 23 e 24 de Novembro, conseguiu atrair o maior número de submissões de trabalhos dos últimos seis anos, trinta e um trabalhos (31), entre comunicações, resumos e artigos completos. Destes, 26 trabalhos foram aceites para apresentação nos diferentes formatos disponibilizados, posteriormente quatro trabalhos não tiveram a presença dos seus autores e foram retirados.

Por indicação dos autores, as áreas técnico-científicas em que mais trabalhos foram submetidos estão relacionadas com: Políticas desportivas, governação do sistema desportivo (29%); Marketing do desporto (16%); Gestão de recursos humanos do desporto (10%); E-sports (10%); Gestão de instalações desportivas (6%) e Gestão de clientes (6%). Depois, com 3%, encontramos trabalhos associados a Gestão de projetos; Empreendedorismo desportivo; Gestão do território; Gestão de eventos; Gestão de clubes; Igualdade de género e Autarquias locais.

Por fim, ao Prémio prof. Albino Maria de Investigação & Desenvolvimento em Gestão do Desporto - iniciativa conjunta da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, Câmara Municipal de Rio Maior, Câmara Municipal de Santarém e família do professor Albino Maria, visando contribuir para a promoção e o desenvolvimento da investigação científica e da inovação em qualquer domínio da Gestão do Desporto – foram submetidos quatros artigos originais e, após avaliação, o trabalho vencedor foi sobre a “Caracterização e avaliação dos percursos pedestres turísticos da Região Autónoma da Madeira – ponto de vista dos residentes”, dos autores Carlos Milho; Milton Velosa; Moisés Figueira; Paulo Viveiros e Jorge Soares.

Comunicações Orais

Expectativas e avaliação do desempenho do serviço em campos de férias desportivos: perspetiva dos encarregados de educação

Marisa Sousa¹; Celina Gonçalves²; Rui Biscaia³; Maria José Carvalho¹

¹ CIFI2D: Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto, Faculdade de Desporto, Universidade do Porto

² Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD),
Universidade da Maia

³ Department for Health, University of Bath
smarisacdsousa@gmail.com

1. Introdução

A análise das expectativas dos consumidores é vital para melhor gerir a prestação do serviço. Mas é através da comparação entre as expectativas dos consumidores e a sua perceção do desempenho do serviço consumido que o gestor consegue perceber se está a produzir serviços alinhados com as necessidades e desejos dos seus consumidores. Nos Campos de Férias, a realidade não é diferente, especialmente considerando que estes eventos sofrem de uma procura sazonal e de uma elevada rotatividade de participantes (Alexandris & Kouthouris, 2005).

2. Palavras-chave

Gestão do desporto, Comportamento do consumidor; Eventos desportivos; Serviços desportivos, Crianças e jovens.

3. Objetivos

O presente estudo visa analisar, as diferenças entre as expectativas dos encarregados de educação e a sua avaliação do desempenho do serviço, em campos de férias desportivos.

4. Revisão de literatura

A popularidade e concorrência no mercado de Campos de Férias Desportivas, tem aumentado exponencialmente nos últimos anos (Lehto et al., 2020). Dado que sucesso destes eventos depende do retorno de consumidores satisfeitos (Alexandris & Kouthouris, 2005), parece ser essencial que os serviços estejam alinhados com as expectativas e preferências desses consumidores (Robinson, 2006). A análise das expectativas dos encarregados de educação e a sua comparação com a perceção do desempenho do serviço, permitirá a melhoria dos serviços e

contribuirá positivamente para a satisfação e intenções de comportamentais futuras destes consumidores (Alexandris & Kouthouris, 2005; Theodorakis et al., 2014).

5. Metodologia

Os dados foram recolhidos em 226 encarregados de educação ($N=164♀$; $N=80♂$), com idades entre 31 e 79 anos ($M=44,05\pm5,84$ anos). Aplicaram-se dois questionários, um antes (expectativas) e outro depois (perceção do desempenho do serviço) da participação no evento. Utilizou-se o teste Shapiro-Wilk para aferir o pressuposto da normalidade, que não se verificou ($p<0.05$). Todavia, dada a elevada dimensão da amostra pode assumir-se o teorema do limite central, tornando apropriada a utilização de técnicas paramétricas (Marôco, 2021). Foi aplicado o T-Teste de medidas repetidas para verificar se existiam diferenças significativas entre as expectativas e as avaliações do desempenho. A confiabilidade dos construtos foi estimada através dos coeficientes α de Cronbach, e a significância estatística foi assumida para $p<0.05$.

6. Resultados e discussão

Os resultados do T-teste indicaram diferenças significativas entre as expectativas e a avaliação do desempenho, relativamente ao *Staff*, Programa de Atividades, Falhas do Serviço e Recuperação, e Alimentação. A avaliação de desempenho destes serviços, foi significativamente superior às expectativas iniciais, o que pode significar que a organização do Campo de Férias Desportivo superou as expectativas dos encarregados de educação nestes serviços. Adicionalmente, estes resultados permitem identificar que o *Staff*, Programa de Atividades, Falhas do Serviço e Recuperação, e Alimentação são os serviços mais valorizados pelos pais, corroborando a literatura (e.g., Alexandris & Kouthouris, 2005; Lehto et al., 2020). Assim, estes serviços do campo devem ser utilizados pela organização do evento quando planeia e define as estratégias futuras de marketing e divulgação do mesmo (Xu et al., 2017).

7. Conclusões e implicações

Este estudo representa um avanço no conhecimento sobre as expectativas dos encarregados de educação com os serviços dos Campos de Férias Desportivos e destaca a importância de contrastar expectativas com o desempenho do serviço. Os resultados permitem aos gestores de Campos de Férias Desportivos identificar que serviços devem ser melhorados e que serviços são mais valorizados pelos encarregados de educação dos participantes em Campos de Férias Desportivos.

8. Referências bibliográficas

- Alexandris, K. & Kouthouris, C. (2005). Personal incentives for participation in summer children's camps: Investigating their relationships with satisfaction and loyalty. *Managing Leisure*, 10(1), 39-53. <https://doi.org/10.1080/13606710500086751>
- Lehto, X. Y., Fu, X. X., Kirillova, K. & Bi. C. (2020). What do Parents Look for in an Overseas Youth Summer Camp? Perspectives of Chinese Parents. *Journal of China Tourism Research*, 16(1), 96-117. <https://doi.org/10.1080/19388160.2017.1410508>
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber, Lda.
- Robinson, L. (2006). Customer expectations of sport organisations. *European Sport Management Quarterly*, 6(1), 67-84. <https://doi.org/10.1080/16184740600799204>
- Theodorakis, N. D., Howat, G., Ko, Y. J., & Avourdiadou, S. (2014). A comparison of service evaluation models in the context of sport and fitness centres in Greece. *Managing Leisure*, 19(1), 18-35. <https://doi.org/10.1080/13606719.2013.849505>
- Xu, X. Y., Wu, S. Y., & Jing, H. (2017). Explore the differences between perceived service quality and customer satisfaction based on customer expectation of service attributes. *International Journal of Services Technology and Management*, 23(3), 219-236. <https://doi.org/10.1504/IJSTM.2017.085476>

Estímulo ao empreendedorismo desportivo: estratégias desenvolvidas pelas instituições de ensino superior portuguesas

Carla Moreira Costa; Dina Miragaia

Universidade da Beira Interior

calita_93_@hotmail.com

1. Introdução

As instituições de ensino superior têm um papel fundamental na dinâmica social e económica de qualquer país, sendo determinante a sua influência na carreira profissional dos seus estudantes, nomeadamente no estímulo ao empreendedorismo. O seu papel formativo é crucial, inclusivamente em questões estruturantes como a equidade de género no contexto empresarial (Bretones & Radrigan, 2018; da Costa, Miragaia, & Veiga, 2023). Deste modo, as instituições de ensino superior podem atuar como agentes de mudança de conduta (Bretones & Radrigan, 2018; da Costa et al., 2023), utilizando os seus currículos, programas educativos e práticas pedagógicas para estimular uma cultura mais empreendedora e equitativa, disponibilizando assim ferramentas teóricas e práticas que permitam estimular a intenção empreendedora, em particular no género feminino.

Neste caso em concreto, a formação tem vindo a desempenhar um papel fundamental no que diz respeito ao aumento da autoestima das mulheres, da perceção que estas têm sobre as suas habilidades/capacidades empreendedoras, bem como da sua autoeficácia (Ndofirepi, Dzansi, & Rambe, 2018). Por sua vez, de acordo com a literatura, os estudantes do género masculino continuam a demonstrar mais confiança, interesse e uma maior tendência para iniciar os seus próprios negócios (Ndofirepi et al., 2018).

Posto isto, é importante refletir sobre as ações estratégicas que têm sido implementadas pelas instituições de ensino superior no sentido de estimular o empreendedorismo, particularmente o empreendedorismo feminino (da Costa & Miragaia, 2022; da Costa et al., 2023), uma vez que também no contexto desportivo os estudos têm indicado que as jovens mulheres não são tão confiantes quanto às suas capacidades para desenvolver um projeto empreendedor.

2. Palavras-chave

Empreendedorismo desportivo; Empreendedorismo Feminino; Género; Formação; Competências Empreendedoras.

3. Objetivos

Este estudo tem como objetivo identificar e analisar as linhas de ação implementadas pelas instituições de ensino superior com oferta formativa na área do desporto para promover o empreendedorismo desportivo, particularmente no âmbito do empreendedorismo feminino.

4. Revisão de literatura

A literatura tem sugerido que educação para o empreendedorismo deve ser uma experiência abrangente e diversificada, incluindo para além dos cursos mais tradicionais de empreendedorismo, programas de aprendizagem experimental (Eesley & Lee, 2021). Este tipo de diversidade formativa permite que os alunos adquiriram mais conhecimento sobre o contexto dos negócios e respetivas competências, promovendo o desenvolvimento de habilidades, como a criatividade, inovação, proatividade e propensão ao risco, fortalecendo assim as suas emoções e atitudes, por via de uma aprendizagem mais prática (Ndofirepi et al., 2018).

Contudo, apesar da importância que tem vindo a ser dada à relação entre educação e a intenção empreendedora, este ainda é um fenómeno com necessidade de um estudo mais aprofundado (Eesley & Lee, 2021; Jardim, Bártole, & Pinho, 2021). Pouco se sabe sobre o papel das instituições de ensino superior na preparação dos seus alunos para uma carreira empreendedora (Eesley & Lee, 2021), bem como uma análise da eficácia dos programas de educação empreendedora (Jardim et al., 2021).

5. Metodologia

Foi seguida uma abordagem qualitativa, através da aplicação de uma entrevista semiestruturada a 21 coordenadores de licenciatura da área do desporto, integrados em instituições de ensino superior portuguesas de natureza pública e privada.

Foi feita uma pesquisa no website da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) em Portugal (janeiro 2023), para identificar as instituições de ensino superior públicas e privadas que disponibilizam oferta formativa na área do desporto. Posteriormente, através do site oficial de cada instituição, foi identificado o contato de email de cada coordenador(a) de curso, com os quais se estabeleceu contato direto para aferir a disponibilidade e interesse para participar no estudo.

As entrevistas foram gravadas, com a devida autorização dos participantes, para posteriormente serem transcritas. O conteúdo foi organizado de acordo com três temas definidos, destacando as

frases mais representativas, com vista a permitir uma melhor clareza na visualização e interpretação dos conteúdos de cada um dos temas.

6. Resultados e discussão

Os resultados indicam que algumas instituições de ensino superior têm vindo a demonstrar preocupação em aplicar estratégias de estímulo ao empreendedorismo desportivo, no entanto, quando o fazem é de forma aleatória. Por outro lado, é importante sensibilizar os docentes para a adoção de práticas pedagógicas mais amplas e diversificadas. Educar numa vertente mais prática, criativa e inovadora é fundamental, não só para cativar os estudantes, como também para contribuir para uma cultura empreendedora mais forte. Do ponto de vista do empreendedorismo feminino no contexto desportivo em particular, verifica-se uma necessidade de reflexão acrescida, uma vez que as barreiras são maiores.

7. Conclusões e implicações

Foi possível concluir que na maior parte dos casos, não há por parte das instituições de ensino superior, um controlo sobre o impacto das ações estratégicas de promoção ao empreendedorismo implementadas, naquela que poderá ser, ou não, a intenção empreendedora dos jovens dos cursos de desporto, em particular do género feminino. A ausência dessa monitorização não permite a definição de linhas de ação específicas e mais eficazes, pelo que é importante que essa avaliação seja feita de forma longitudinal.

No que diz respeito ao método de ensino, foi possível confirmar que os docentes percebem a importância de reestruturar os planos curriculares, bem como a forma como expõem os conteúdos e promovem o empreendedorismo, no entanto ainda oferecem alguma resistência à mudança.

Este estudo permite perceber a necessidade readaptar e repensar os currículos formativos no sentido de promover mais o empreendedorismo desportivo através de diferentes ações estratégicas como: unidades curriculares específicas, atividades extracurriculares e um gabinete dedicado ao empreendedorismo, para além da necessidade de se criarem iniciativas específicas de estímulo ao empreendedorismo feminino. Por fim, é sugerido que seja otimizada a sinergia entre as instituições de ensino superior, o meio laboral e o governo. A articulação destes *stakeholders* será uma mais-valia para contribuir para uma cultura mais empreendedora, em particular no que diz respeito ao empreendedorismo feminino no contexto desportivo.

8. Referências bibliográficas

- Bretones, F. D., & Radrigan, M. (2018). Attitudes to entrepreneurship: The case of Chilean and Spanish university students. *Ciriec-Espana Revista De Economia Publica Social Y Cooperativa*, 94, 11-30. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.94.12668>
- da Costa, C. D. M., & Miragaia, D. A. M. (2022). A systematic review of women's entrepreneurship in the sports industry: has anything changed? *Gender in Management: An International Journal*, 37(8). <https://doi.org/10.1108/GM-04-2021-0101>
- da Costa, C. D. M., Miragaia, D. A. M., & Veiga, P. M. (2023). Entrepreneurial intention of sports students in the higher education context - Can gender make a difference? *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, 32, 100433. <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2023.100433>
- Eesley, C. E., & Lee, Y. S. (2021). Do university entrepreneurship programs promote entrepreneurship? *Strategic Management Journal*, 42(4), 833-861. <https://doi.org/10.1002/smj.3246>
- Jardim, J., Bártolo, A., & Pinho, A. (2021). Towards a Global Entrepreneurial Culture: A Systematic Review of the Effectiveness of Entrepreneurship Education Programs. *Education Sciences*, 11(8), 398. <https://doi.org/10.3390/educsci11080398>
- Ndofirepi, T. M., Dzansi, D. Y., & Rambe, P. (2018). An Exploratory Study on the Gender-Based Differences in Entrepreneurial Intention and Its Antecedents amongst Students of a South African University of Technology. *Southern African Business Review*, 22(1), 1-28. <https://doi.org/10.25159/1998-8125/4345>

The perspective and knowledge that the citizens of Guimarães have on the municipal public policies and sports infrastructures

Aldina Silva; Joana Costa; Joana Carvalho; Inês Gonçalves; Dimas Pinto

Instituto Europeu de Estudos Superiores

sofia.silva@iees.pt

1. Introdução

In these first decades of the twenty-first century, after a global pandemic that changed the paradigm of physical activity, colliding with the rapid global aging, political reformers, sports managers, and architects have an unprecedented opportunity to rethink public and/or sports infrastructures. The challenges overcome in recent decades, and the increase in life expectancy must be the starting point and a crucial goal for public policies for sport to increasingly support long and healthier lives for the citizens.

2. Palavras-chave

Sport Infrastructure, City, Politics, Portugal, Community, Sports Management

3. Objetivos

The aim of this study is to understand the perception of Guimarães citizens according to the level of practice, about the municipal public policies and sports infrastructures.

4. Revisão de literatura

The social connections and socialites that are built and maintained through accessing social infrastructure seem to have real material benefits and consequences as they generate a “social surplus” encouraging trust, civility, encounter, and common purpose (Amin, 2008). Still, according to Januário (2010), it is the duty of municipalities to implement sports policies appropriate to their population, based on a careful participatory planning process in order to promote, guide and regulate the process of sports development.

5. Metodologia

We interviewed 1282 subjects, living in Guimarães over 18 years old, using an adapted questionnaire from Marivoet (2001) and DGS (2020).

6. Resultados e discussão

Regarding the urban physical environment, Guimarães citizens report that Sport and Tourism should be the most critical area of sports development in the city, that there's no need for more sports facilities but the increase of Municipal Swimming Pools, Municipal Gyms, and Cycle pathways could be considered. The perception of Guimarães residents regarding the importance of the Tourism sector for economic, cultural, and social development is in line with national data (CMG, 2022). These data are in line with our results since the population understands that sport is also a sector that can boost the tourism development of a region or destination (Saayman & Rossouw, 2010).

As for the knowledge of the citizens of Guimarães on the urban physical environment, the City Football Stadium and the two most important outdoor green parks were identified as the city sports infrastructures most known. Nevertheless, most of the residents do not know or do not recognize the sport city events. In accordance with Walo et al. (1996) smaller-scale events deserve attention because they operate with the existing resources of the local economy, a result of low opportunity costs, and that translate into high benefits for the community since mega-events require the construction of infrastructure and other support facilities. In fact, the economic benefits of small-scale sporting events tend to be greater if the events are held in smaller communities than in large cities (Girish & Lee, 2019) and the organization of this type of event also makes spectators of a certain sports event feel motivated/inspired to practice the modality in question (Ramchandani et al., 2014). Therefore, according to this study, the city council is not making their investment profitable.

7. Conclusões e implicações

Current challenges to sports public policies and the management of municipal sports infrastructures must focus on adapting to the increased life expectancy, supporting not only growth but also active and healthy aging, always respecting the needs and cultural sensitivities of the community.

8. Referências bibliográficas

Amin, A. (2008). Collective culture and urban public space. *City*, 12, 5–24.
<https://doi.org/10.1080/13604810801933495>.

CMG - Câmara Municipal de Guimarães (2022). Guimarães Turismo: Síntese de resultados estatísticos 2021. Atividade Turística em Guimarães. Câmara Municipal de Guimarães.

DGS - Direção-Geral da Saúde (2020). REACT-COVID: inquérito sobre alimentação e atividade física em contexto de contenção social. Accessed 18-01-2022. <https://nutrimento.pt/noticias/react-covid/>.

Girish, V. G., Lee, C.K. (2019). The relationships of brand experience, sports event image and loyalty. *International Journal of Sports Marketing and Sponsorship*, 20(4), 567–582.

Januário, C. (2010). Políticas Desportivas: estudo centrado nos municípios da área Metropolitana do Porto. Porto

Marivoet, S. (2001). Hábitos desportivos da população portuguesa: estudo da procura da prática desportiva. Lisboa: Ministério da Juventude e do Desporto. Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto.

Ramchandani, G., Kokolakis, T., Coleman, R. (2014). Factors influencing the inspirational effect of major sports events on audience sport participation behaviour. *World Leisure Journal*, 56(3), 220-235. <https://doi.org/10.1080/16078055.2014.938296>.

Digital engagement: categorizando os conteúdos das publicações das redes sociais dos clubes de futebol da primeira liga portuguesa

Alan Ferreira¹; Diogo Machado²; Vitor Sobral²

¹ Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém

² Universidade da Maia
diogo4machado.dm@gmail.com

1. Introdução

O crescimento que as redes sociais obtiveram nos últimos tempos veio fornecer uma importante oportunidade para aumentar o envolvimento dos adeptos com as organizações (Vale & Fernandes, 2018). Através das redes sociais, é possível cocriar conteúdo e aumentar o *engagement* desejado dos adeptos (Pronschinske et al., 2012). Gerar *engagement* digital por meio de conteúdos publicados pelas organizações pode aumentar as vendas (Gummerus et al., 2012), tendo por isso uma importância grande para as organizações desportivas, nomeadamente clubes de futebol.

2. Palavras-chave (5)

Marketing desportivo; Marketing digital; Adeptos; Comportamento do consumidor; Conteúdos digitais.

3. Objetivos

Identificar e categorizar os conteúdos das publicações que geram maior *engagement* nas redes sociais de clubes de futebol de diferentes dimensões, em períodos com e sem eventos desportivos.

4. Revisão de literatura

As organizações desportivas têm-se esforçado para ampliar e aprofundar o nível de *engagement* digital dos consumidores, visto que pode colaborar com o aumento da lealdade (Islam et al., 2018; Dwivedi, 2015) e fortalecer o relacionamento (Behnam et al., 2021). O *engagement* do consumidor refere-se ao comportamento, como manifestações com foco na marca/organização, além da compra, resultante de fatores motivacionais (Filo et al., 2015). Nas redes sociais, este explica-se pelo nível de esforço e tempo despendido (Hollebeek, 2011b) para aprender, endossar e partilhar conteúdo relacionado à marca/organização (Dessart et al., 2015), ou seja, uma combinação de consumo, contribuição e cocriação de conteúdos relevantes (Vale & Fernandes, 2018).

Nas redes sociais, o conteúdo das publicações vem sendo alvo de investigações que os caracterizam em dimensões, como a vivacidade ou extensão de ativação sensorial pela riqueza da mídia de conteúdo, e o tipo do conteúdo, isto é, se o conteúdo fornece informações, entretenimento, remuneração ou atividades sociais (Luarn et al., 2015). O *engagement* do consumidor através das redes sociais é especialmente relevante nos clubes desportivos, que estão entre as marcas mais valiosas mundialmente e envolvem uma grande base de fãs leais (Yun et al., 2020). Devido à forte coesão entre adeptos na internet (Stavros et al., 2014), o conteúdo das redes sociais é uma ferramenta importante para os clubes desportivos interagirem com os seus fãs.

5. Metodologia

Utilizou-se as categorias de conteúdo descritas por Luarn et al., 2015 para catalogação e categorização das publicações dos 18 clubes de futebol portugueses no Instagram, tendo como base teórica a teoria de Usos e Gratificações (Filo et al., 2015). Foi utilizado o método misto para análise dos dados qualitativos e quantitativos recolhidos. Analisados em dois períodos: 5 a 14 de fevereiro de 2021 (competição) e 1 a 10 de junho de 2021 (fora de competição). Os clubes foram divididos em dois grupos (maior e menor dimensão) de acordo com dois critérios: orçamento anual e número de adeptos (Gouveia et al., 2020). O desenho da pesquisa reflete outras pesquisas líderes e bem-sucedidas na área (Vale & Fernandes, 2018), que utilizaram conteúdo de texto, imagens e vídeos das publicações. A análise qualitativa usou os métodos de codificação descritos por Corbin & Strauss (2008) para entendermos se houve mudança perceptível no *engagement* com base no tipo de conteúdo e não nas datas de publicação. Os dados quantitativos (likes, comentários, nº de seguidores), foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial (ANOVA one-way; $p < 0,05$) para comparar o nível de *engagement* dos dois períodos, bem como a categoria e assunto principal das publicações dos clubes de maior e menor dimensão. A taxa de *engagement* foi calculada de acordo com a abordagem multidimensional de Doyle et al. (2020).

6. Resultados e discussão

Com o objetivo de identificar os tipos de conteúdos que mais geram *engagement*, 1040 publicações dos clubes estudados foram categorizadas nos diferentes períodos analisados (com e sem competição). A análise de conteúdo permitiu a categorização em três diferentes categorias: Produto, Promoção e Responsabilidade Social. Na categoria “Produto” incluíram-se as publicações relacionadas com o produto principal do futebol, o jogo de uma competição. Já na

categoria “Promoção”, foram incluídas as publicações realizadas pelos clubes a fim de promover o próprio produto e os demais produtos e serviços da organização. A terceira categoria identificada, a “Responsabilidade Social”, foi utilizada pelos clubes para comunicar um tema social relevante (ex: doação de sangue). Ao comparar os conteúdos das publicações nos dois períodos analisados, identificou-se maior frequência de publicações com conteúdos ligados à promoção de jogos, no período com competição, seja através do próprio produto em si, ou por meio da promoção. A comparação entre os clubes das duas dimensões, também confirmou esta descoberta uma vez que os clubes de maior dimensão estão focados nos conteúdos sobre os jogos, não havendo publicações de outras categorias durante o período de competição analisado. Já os clubes de menor dimensão dispersam as publicações nas três categorias. Quanto à taxa de *engagement*, as publicações da categoria “Produto” alcançaram maiores taxas (17,69%) e média (1,93%), no entanto, não foram verificadas diferenças estatisticamente significativas entre as três categorias ($p=0.095$; $F=2,364$). Já no assunto principal, foram verificadas diferenças estatísticas ($p<0,001$; $F=2,818$), com base no *posthoc de Tukey*, explicada pela média mais alta dos conteúdos relacionados à Simbologia do Clube, Renovação e Contratação.

7. Conclusões e implicações

Os resultados indicam que os níveis de *engagement* em momentos de competição foram semelhantes aos do período fora, mas podem aumentar de acordo com o conteúdo e assunto abordado pelos clubes independentemente da dimensão. Demonstram também que não há diferença significativa entre as taxas de *engagement* com base na dimensão do clube. Os conteúdos específicos que geram maior *engagement* envolvem conteúdos sobre a “Simbologia do Clube”, “Conquista Atual”, “Renovação”. Outro ponto interessante é que embora as informações tenham levado a um maior *engagement*, conforme encontrado anteriormente (Annamalai et al., 2021), foram as que incluíram os jogadores no conteúdo, nos dois períodos. Esses resultados sugerem que os clubes, independentemente da dimensão ou período competitivo, devem se concentrar na produção de conteúdos envolvendo os jogadores para criar maior *engagement*. Este trabalho colabora para a compreensão do comportamento dos adeptos em seus processos de gratificação, sugerindo que esta advém da ligação adepto/clube, independente da dimensão ou do período competitivo.

8. Referências (as seis principais referências bibliográficas utilizadas)

Annamalai, B., Yoshida, M., Varshney, S., Pathak, A. A., & Venugopal, P. (2021). Social media content strategy for sport clubs to drive fan engagement. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 62, 102648. doi:10.1016/j.jretconser.2021.

Corbin, J., & Strauss, A. (2008). Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory (3 ed.). Sage Publications Inc.

Filo, K., Lock, D., & Karg, A. (2015). Sport and social media research: A review. *Sport Management Review*, 18(2), 166–181. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2014.11.001> © EASM 2022 Book of Abstracts 214

Luarn, P., Lin, Y.F., Chiu, Y.P., 2015. Influence of Facebook brand-page posts on online engagement. *Online Inf. Rev.* 39 (4), 505–519.

Stavros, C., Meng, M.D., Westberg, K., Farrelly, F., 2014. Understanding fan motivation for interacting on social media. *Sport Manag. Rev.* 17 (4), 455–469.

Vale, L., & Fernandes, T. (2018). Social media and sports: Driving fan engagement with football clubs on Facebook. *Journal of Strategic Marketing*, 26(1), 37–55. <https://doi.org/10.1080/0965254X.2017.1359655>

Equidade nos *esports*: gestão e desafios das categorias de género no e-futebol

Pedro Neto

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

pedromfernandesneto@gmail.com

1. Introdução

O crescimento exponencial dos *Esports* (desporto eletrónico) nas últimas décadas trouxe consigo uma série de transformações no panorama desportivo mundial. O ambiente virtual e competitivo dos *Esports* abrange uma vasta gama de videojogos e competições, incluindo aqueles que simulam os as modalidades desportivas tradicionais. Entre essas, o futebol virtual emergiu como uma área particularmente influente e desafiante, atraindo a atenção de jogadores, como também profissionais do desporto.

No contexto desse desenvolvimento, este estudo concentra-se especificamente no futebol virtual praticado por mulheres, abrindo portas para uma investigação aprofundada sobre as dinâmicas de género presentes nesse cenário. As questões de género ganham destaque à medida que se exploram as motivações, os desafios e as experiências das mulheres que participam no futebol virtual e nos *Esports* em geral.

2. Palavras-chave

Esports, Futebol Virtual, Género, Categorias de Género, Competições Femininas, Mulher, Desafios, Inclusão, Equidade, Gestão do Desporto

3. Objetivos

O objetivo principal deste estudo passa por analisar como as categorias de género impactam a participação, as trajetórias e as perspetivas das jogadoras de futebol virtual, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla das relações entre género e *Esports*.

4. Revisão de literatura

O desenvolvimento da tecnologia e da internet está a tornar cada vez mais possível que novos tipos de jogos emergjam, tornando a quantidade de plataformas disponíveis um importante fator para o crescente interesse em videojogos (Baltezarević & Baltezarević, 2018). O termo “*Esports*” foi primeiramente utilizado aquando do lançamento da Online Gamers Association (OGA), uma associação independente criada com o intuito de representar jogadores profissionais de *Esports* à semelhança do que, por exemplo, a PGA o faz com os golfistas (The OGA, 1999). No evento, Mat Bettinson usou o termo “*Esports*” para descrever o gaming de computador e vídeo

competitivo. Também a International Esports Federation (2019) definiu os Esports como um desporto competitivo onde *gamers* (jogadores de videojogos) tiram partido das suas habilidades físicas e mentais para competir em vários jogos num ambiente eletrónico e virtual. Neste sentido, ao nos referimos ao termo “*Esports*”, tal como quando falamos em “desporto”, estamos a descrever todas as modalidades que, por serem de carácter competitivo e serem jogados através de um computador, se podem classificar como *Esports*.

Atualmente, a categoria de géneros, em qualquer tipo de competição, passou a ser tão comum e normalizado que é tomada como garantida, mesmo que essa não seja de carácter físico. Esta segregação é geralmente justificada por fatores relacionados não apenas com a justiça, mas também com a promoção da equidade nas competições (Ilundáin-Agurreza, 2013). Ainda assim, segundo Shin (2018), continua a verificar-se essa prática em contextos externos ao desporto, podendo estar essa categorização ligada a motivações sociais, legais e morais.

Shin (2018) procurou perceber as motivações que levam a esta segregação dentro do desporto, propondo dois tipos de valores – internos e externos ao desporto. Neste sentido, foram identificados os valores internos como aqueles que estão diretamente ligados ao corpo do atleta e ao desporto em si e que, teoricamente, justifica a categorização dos participantes por categorias de género e idade, não sendo os valores impostos questionados. Os valores externos ao desporto constituem sim maior fonte de transtorno na literatura, pois poderemos estar, neste caso, a lidar com questões sociais como a igualdade de género e discriminação e estereótipo associado à mulher, reforçando a ideia de que a mulher compete numa liga “secundária”, que se deve manter afastada das competições masculinas, consideradas como principais e mais importantes.

5. Metodologia

As entrevistas, sem-dirigidas, tiveram como participantes três jogadoras femininas que atuam no panorama nacional de *Esports* de futebol feminino que estivessem associadas a algum clube registado na Federação Portuguesa de Futebol e/ou Liga Portugal e que já tivessem participado nalguma competição profissionalmente organizada. Foi então permitido às entrevistadas que discorressem acerca das suas histórias de vida, tendo sido apenas interrompidas quando houvesse a necessidade de clarificar algum pormenor. De seguida, foram feitas questões do guião que, durante a história de vida, não tivesse sido respondida. Como suporte, foi usado um guião de entrevista composto por 12 questões para além da história de vida, considerando o quadro conceptual que mostra as dimensões e indicadores construídos ao longo da revisão de literatura.

Não sendo possível entrevistar a totalidade dos 12 membros pretendidos, optou-se então por administrar um questionário de forma a viabilizar a construção de uma amostra deste mesmo universo. Por ser uma comunidade reduzida e a adesão à entrevista, optou-se por inquirir outras 5 jogadoras que não puderam contribuir com a entrevista, de forma a obter um maior número de respostas. O questionário foi composto por 21 questões, sendo 3 delas de carácter demográfico. De seguida, 4 questões são de resposta curta, e, posteriormente, em 11 questões, foi utilizada a Escala Likert.

Ao longo da revisão de literatura, foram atribuídas as dimensões a valores internos ou externos aos *Esports*. No caso dos valores internos, foram definidas as dimensões: Competitiva e Ambiente. Já no que diz respeito aos valores externos aos *Esports*, foram definidas as dimensões: Social e Motivacional. Foi assim procurado estudar os seguintes indicadores: Categorização por género; Ótica do espetador; Comunicação Social; Apoios externos; Masculinidade; Carreira; Infância; e Família e Amigos.

6. Resultados e discussão

Foi considerado pela generalidade das participantes neste estudo, que o percurso da mulher para ingressar nos *Esports* constitui maiores dificuldades relativamente aos homens devido à cultura masculina existente nesta matéria, ideia já referida por Taylor (2012). Por outro lado, foi evidenciado um fator que dificulta o percurso dos homens, que se baseia no nível que a categoria masculina já atingiu, com uma competitividade cada vez maior, dificultando cada vez mais a entrada de novos jogadores. Desta forma, é possível sugerir uma tendência para que seja cada vez mais acessível para as mulheres ingressar nos *Esports* devido à continua diminuição do estigma e, pelo contrário, uma tendência para que seja progressivamente mais difícil para os homens (caso ainda não tenha chegado a um ponto de saturação), a iniciação na competição.

As jogadoras reconheceram que o cenário masculino nos *Esports* de futebol virtual em Portugal está consideravelmente mais avançado do que o feminino. Humildemente, as jogadoras entrevistadas atribuíram mérito à categoria masculina pelo nível mundial que atingiu e pelos troféus conquistados. Elas mencionaram que os homens estão "10 anos à frente", devido ao facto de terem começado a competir profissionalmente cerca de 10 anos antes das mulheres. Assim, as jogadoras usam esse marco temporal como referência, mostrando-se motivadas a atingir o mesmo nível que os homens estão atualmente, dentro de uma década.

7. Conclusões e implicações

Através deste estudo foi perceptível e considerada inequívoca a vontade que as jogadoras femininas sentem em competir com a categoria masculina, porém, não é possível deixar de parte a falta de notoriedade da mulher ainda existente no interior dos Esports de futebol virtual em Portugal. Deste modo, compreende-se que as jogadoras querem competir com a categoria masculina, mas ao mesmo tempo reconhecem que, para o seu próprio bem, isso ainda não é possível. Devido a questões como a qualidade competitiva e os valores externos sociais como a integração da mulher no meio, não é seguro ainda que as duas categorias sejam agrupadas numa competição não categorizada. Neste sentido, é perfeitamente justificada pelas jogadoras a ainda existente categorização de competições de Esports de futebol virtual com base no género, para que a mulher não passe a ser totalmente “invisível”. A representação da mulher no meio competitivo dos Esports está então, neste momento, dependente da manutenção das competições segregadas por género. A modalidade feminina terá assim melhores condições para prosperar, sendo necessário que o número de jogadoras cresça para que também a competitividade aumente.

8. Referências bibliográficas

- Baltezarević, R., & Baltezarević, B. (2018). The Impact of Videogames on the Esports Formation. *Facta Universitatis, Series: Physical Education and Sport*, 16(1), 137. <https://doi.org/10.22190/fupes170614012b>
- Gestalt (1999, December 13). The Oga: What the hell is it?. *Eurogamer*. <https://www.eurogamer.net/oga>
- Ilundáin-Agurruza, J. (2013). Heather L. Reid, Introduction to the Philosophy of Sport. *Journal of the Philosophy of Sport*, 40(2), 279–286. <https://doi.org/10.1080/00948705.2013.836708>
- Shin, P. S. (2017). Sex and gender segregation in competitive sport: Internal and external normative perspectives. *Suffolk University Law School*, 18(5), 47–61. <https://ssrn.com/abstract=3141323>
- Taylor, T. (2012). *Raising the Stakes: E-sports and the professionalization of computer gaming*. Mit Press.
- International Esports Federation. (2019). *About Esports*. <https://iesf.org/about-us/>

Entender a relação entre a qualidade do ambiente físico nas respostas afetivas e intenções comportamentais dos espetadores de eventos de *eSports*

Luís Cerqueira; Tiago Ribeiro

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

lcerqueira.aefmh@gmail.com

1. Introdução

A competição organizada de videojogos, ou também conhecida por *eSports*, tem vindo a crescer na produção de eventos competitivos, perante plateias ao vivo ou à distância (Funk et al., 2018). Este crescimento atraiu a atenção de académicos, cuja pesquisa vai desde a produção de resultados empíricos até à conceptualização social deste fenómeno (Jang et al., 2020a). No entanto, algumas dimensões da qualidade do serviço, como ambiente físico, não obteve a atenção devida pela parte dos investigadores. Esta dimensão é relevante no desporto tradicional, por trazer mais espetadores e incrementos financeiros nos eventos desportivos (Wakefield & Sloan, 1995). Com base na teoria Estímulo-Organismo-Resposta (SOR; Mehrabian & Russell, 1974), que descreve como as perceções dos espetadores sobre o ambiente físico podem influenciar as suas respostas afetivas e intenções comportamentais, entendemos usar este modelo como base teórica no nosso estudo.

2. Palavras-chave

Qualidade do serviço; Ambiente físico; Respostas afetivas; Intenções comportamentais; *eSports*;

3. Objetivos

Os objetivos deste estudo são: (a) explorar as perceções dos espetadores sobre os atributos do ambiente físico num evento de *eSports* e, (b) analisar os seus efeitos sobre as respostas afetivas e nas intenções comportamentais destes espetadores.

4. Revisão de literatura

Os eventos de *eSports* evoluíram de forma exponencial em quantidade e qualidade, integrando patrocinadores, espetadores e media nos eventos ao vivo (Pu et al., 2021). A importância destes eventos, justifica-se pelo lucro obtido através de audiências, patrocínios e número de espetadores que atraem (Pu et al., 2021). Zhu et al. (2021) indicam que os eventos de *eSports* ainda carecem de mais conhecimento em relação à qualidade do serviço, e assim, desenvolveram um modelo conceptual de qualidade do serviço em eventos de *eSports*. O ambiente físico é uma dimensão da qualidade do serviço, uma variável tangível, que pode afetar a percepção dos espetadores

(Parasuraman et al., 1988). No desporto tradicional, o ambiente físico é importante para que os espetadores tenham interesse em ficar e voltar à instalação (Wakefield et al., 1996). Nos *eSports*, o ambiente físico é indispensável para o bom funcionamento do evento, dada à grande dependência dos aspetos tangíveis, como ecrãs gigantes e equipamentos (Zhu et al., 2021).

A SOR estipula que um estímulo origina uma emoção num organismo, que desencadeia uma resposta (Mehrabian & Russell, 1974). Desta forma o modelo conceptual deste estudo prevê que as perceções dos espetadores sobre o ambiente físico de um evento de *eSports* – atmosfera (características que afetam os 5 sentidos humanos; Bitner, 1992), equipamentos (dispositivos que facilitam e maximizam o consumo do espetador; Ko & Pastore, 2004), design da instalação (arquitetura e decoração da instalação; Jang et al., 2020b) e acessibilidade (facilidade com que os espetadores chegam aos destinos pretendidos; Wakefield et al., 1996) – influenciem as suas respostas afetivas, intenção de revisitar o evento e recomendação boca a boca.

5. Metodologia

Este estudo de caso considerou o evento “Lisboa Games Week” (LGW) que decorreu em Lisboa, em novembro de 2022. Foram recolhidas informações sociodemográficas, e examinou-se a qualidade do ambiente físico em relação às medidas psicométricas analisadas (atmosfera, equipamentos, design da instalação, e acessibilidade), as respostas afetivas e intenções comportamentais dos espetadores (recomendação boca a boca e intenção de revisitar). O questionário incluiu uma escala do tipo Likert de 7 pontos (1 = “Discordo totalmente”, 7 = “Concordo totalmente”). A recolha de dados decorreu nos dias 19 e 20 de novembro de 2022, com espetadores de *eSports*. Após a triagem dos dados, 323 respostas foram consideradas úteis para análise. Estatísticas descritivas foram calculadas usando SPSS 26.0. Uma Análise Fatorial Confirmatória no modelo proposto foi realizada para garantir as propriedades psicométricas do modelo de medição através do AMOS 26.0. As hipóteses substantivas foram testadas por meio de Modelos de Equações Estruturais, que utiliza simultaneamente uma série de equações de regressão múltipla separadas e independentes (Marôco, 2018).

6. Resultados e discussão

Os resultados indicam que três dimensões da qualidade do ambiente físico do evento de *eSports*, influenciam as respostas afetivas dos espetadores, à exceção da categoria dos ‘equipamentos’. Além disso, as respostas afetivas dos espetadores demonstraram ter um efeito positivo e

significativo sobre a intenção de visitar o evento ($\beta = 0,67$) e recomendar o evento a outras pessoas ($\beta = 0,70$).

7. Conclusões e implicações

Este estudo contribui para a literatura de gestão do desporto, através de três implicações teóricas: (1) conceptualização da qualidade do ambiente físico em eventos de *eSports* – com adição da dimensão acessibilidade; (2) exploração dos efeitos sociais entre as percepções de Qualidade-Respostas-Intenções Comportamentais; (3) aplicação da teoria SOR na gestão de eventos de *eSports*. Com base na SOR, é possível argumentar que quanto melhor for a qualidade dos serviços apresentados, maior será a resposta afetiva dos espetadores ao evento e, por conseguinte, maior será o seu interesse em recomendar e participar em futuros eventos, reforçando assim a cadeia Qualidade-Resposta-Intenções comportamentais no contexto dos eventos de *eSports*. Como implicações práticas é importante que os gestores e organizadores de eventos de *eSports* tenham em atenção o papel das acessibilidades, design e atmosfera durante o planeamento e execução do evento. Isto porque a melhoria destes atributos pode traduzir-se numa maior retenção e cativação de novos espetadores, em futuras edições do evento.

8. Referências bibliográficas

- Jang, W., Kim, K., & Byon, K. (2020a). Social atmospherics, affective response, and behavioral intention associated with esports events. *Frontiers in Psychology*, 11, 1671.
- Jang, W., Byon, K., & Yim, B. (2020b). Sportscape, emotion, and behavioral intention: a case of the big four US-based major sport leagues. *European Sport Management Quarterly*, 20(3), 321-343.
- Ko, Y., & Pastore, D. (2004). Current issues and conceptualizations of service quality in the recreation sport industry. *Sport marketing quarterly*, 13(3), 158-166.
- Mehrabian, A., & Russell, J. (1974). An approach to environmental psychology. the MIT Press.
- Wakefield, K., Blodgett, J., & Sloan, H. (1996). Measurement and management of the sportscape. *Journal of Sport Management*, 10(1), 15-31.
- Zhu, X., Pyun, D., & Manoli, A. (2021). Developing a Conceptual Model of Service Quality for *eSports*. *Quest*, 73(4), 375-390.

Diferenças entre o nível de *empowerment* no desporto de acordo com o nível de educação: um estudo de perspetiva de género

María Carboneros¹; Celina Goçaves²; José María López-Gullón¹; Salvador Angosto¹

¹Universidade de Murcia

²Universidade da Maia; Instituto Politécnico de Bragança; Centro de Investigação em Desporto,
Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD)
maria.carboneros@um.es

1. Introdução

O desporto é uma ferramenta potencial para alcançar uma sociedade sustentável, com igualdade de género, e para promover o empoderamento de todas as pessoas (Comité Olímpico Internacional, 2021). Este empoderamento permitirá ultrapassar situações adversas que potenciarão o desenvolvimento e aumentarão a autonomia e o controlo da vida das pessoas mais vulneráveis, com um aumento da crença nas suas próprias capacidades e liderança (Claringbould & Knoppers, 2021).

2. Palavras-chave

Igualdade efetiva, equidade, competências, liderança, promoção

3. Objetivo

O principal objetivo deste estudo é analisar o grau de empoderamento das mulheres no contexto desportivo, de acordo com o nível de formação académica. Este objetivo está especialmente associado ao desenvolvimento de medidas de ações afirmativas relacionadas com a promoção das mulheres a cargos de liderança no desporto.

4. Revisão de literatura

A igualdade formal de género está diretamente relacionada com a existência de igualdade entre mulheres e homens perante a lei (Sierra, 2018). O desenvolvimento destes aspetos formais em todas as esferas da sociedade é essencial para construir uma igualdade real e efetiva. Atualmente, as mulheres no desporto continuam a sentir inúmeras barreiras que impossibilitam esta igualdade efetiva, como a falta de oportunidades de acesso a cargos de liderança - segregação vertical, ou a distribuição de tarefas com menor responsabilidade - segregação horizontal (Williams & Hall, 2020). De facto, Hoeber (2008) defendeu a importância da criação de cargos de liderança para as mulheres, de forma a potenciar o seu *empowerment*.

O apoio das instituições desportivas é essencial para reduzir a desigualdade nos cargos de liderança (Carboneros et al., 2023a). Por exemplo, a elaboração de planos de igualdade é essencial para alcançar uma igualdade efetiva e real (Pérez-Padrón, 2022), garantindo a adoção de medidas de ação positivas que melhorem a situação existente após a realização de um diagnóstico da situação (Alfonso, 2020). Outras medidas apresentadas pelo Instituto da Mulher (2020) estão relacionadas com a elaboração de protocolos de promoção, formação em matérias efetivas, localização de necessidades, promoção de uma representação equilibrada, programas de mentoria e planeamento de objetivos quantificáveis com monitorização regular das promoções.

5. Metodologia

A mostra foi constituída por um total de 97 mulheres que praticavam ou ocupavam uma posição de poder na luta olímpica, com uma média de idades de $31,21 \pm 13,02$ anos. A maioria tinha entre 0-5 anos de experiência em competição federada e gastava entre 0-8 horas por semana. Metade das mulheres competia a nível federado, 30,9% a nível semiprofissional e 18,6% a nível profissional.

Foi utilizada a dimensão de empoderamento de 9 itens da escala "Condições para uma igualdade efectiva no desporto" (Carboneros et al., 2023b). Esta escala diferenciava cinco condicionantes essenciais para avaliar a situação atual em termos de igualdade efetiva no desporto: i) Reconhecimento Social; ii) Barreiras Materiais; iii) Acessibilidade e Crescimento; iv) Equilíbrio Trabalho-Família; v) Empoderamento. A resposta foi dada numa escala de Likert com sete opções, sendo 1- Discordo Totalmente e 7- Concordo Totalmente.

Os investigadores distribuíram o questionário, que foi preenchido de forma voluntária e anónima, online através da plataforma de inquéritos da Universidade de Murcia. O estudo foi aprovado pelo Comité de Ética da Universidade de Murcia. A análise dos dados foi efetuada com recurso ao programa estatístico SPSS v28.0 da Universidade de Murcia. O nível de significância foi fixado num valor de $p \leq 0,05$.

6. Resultados e discussão

Para a população com estudos não universitários, o item com maior pontuação ($6,48 \pm 0,8$) dentro desta dimensão foi "Ultrapassar situações adversas no desporto ajudou-me a ter mais confiança e autoestima", enquanto o item com menor pontuação foi "Tenho oportunidades de aceder a uma posição de liderança na minha carreira desportiva no futuro", com $4,43 \pm 1,9$ pontos.

Por outro lado, a amostra com formação universitária obteve valores mais elevados para "Acredito que a minha experiência pode ser importante para ajudar outros a progredir na sua carreira desportiva" ($6,02 \pm 1,4$) e "Acredito que o meu papel como atleta/treinadora/juíza/gestora ajuda a reduzir a desigualdade de género no desporto" ($6,15 \pm 1,2$). No entanto, o item menos avaliado foi a expressão livre de sentimentos e opiniões ($4,58 \pm 1,8$).

Em comparação com os dois grupos, os indivíduos com mais habilitações literárias obtiveram uma pontuação mais elevada em oportunidades de promoção para cargos de liderança ($4,75 \pm 1,6$), mas uma pontuação mais baixa em satisfação e otimismo no seu trabalho desportivo ($5,89 \pm 1,1$). Por último, foram encontradas diferenças significativas para $p \leq 0,05$ na capacidade de contribuir para alcançar a igualdade de género e no aumento da confiança e da autoestima após a superação de situações adversas.

Alguns estudos que examinam o empoderamento das mulheres no desporto afirmam, em consonância com os resultados, que as mulheres que persistem no desporto apesar dos desafios de género têm mais controlo sobre as suas vidas (Drury et al., 2022). Isto ajuda a aumentar a autoestima e a satisfação pessoal. Muitas delas esforçam-se por derrubar estas barreiras com uma atitude positiva, sendo agentes ativas no processo de mudança e na concretização da igualdade de género no desporto (Fernández-Lasa, 2019).

Do mesmo modo, Silva et al. (2020) afirmam que a formação das mulheres no sector do desporto reforça a capacidade de intervenção e de quebra da hierarquia de género. Os programas de mentoring são uma parte muito importante desta formação (Inglis, 2000). Estes programas de mentoria ajudam outras mulheres a ter referências e a conseguir ultrapassar situações complicadas, podendo identificar-se com outras colegas que ultrapassaram situações de discriminação.

7. Conclusões e implicações

As principais conclusões do estudo são que as mulheres com níveis de escolaridade mais elevados sentem que têm mais oportunidades de adquirir uma posição de liderança, bem como de serem promotoras de mudança para alcançar uma efectiva igualdade de género, ajudando os outros. No entanto, sentem também que não podem expressar livremente as suas opiniões, o que pode estar associado ao facto de ocuparem cargos menos importantes.

Por outro lado, as pessoas com menos habilitações literárias sentem que têm menos oportunidades de aceder a posições de liderança, mas experimentam um aumento da confiança e

da autoestima que as ajuda a assumir um maior controlo das suas vidas e a aumentar o seu nível de empoderamento.

As principais implicações práticas dizem respeito à capacidade de desenvolver políticas de desenvolvimento e oportunidades de promoção para posições de liderança. Além disso, podem ser realizadas ações de formação de sensibilização para a igualdade efetiva e programas de tutoria com mulheres que tenham ultrapassado situações adversas.

8. Referências bibliográficas

Carboneros, M., López-Gullón, J.M., Vegara, J.M. e Angosto, S. (2023a). *Manual Práctico para la Consecución de la Igualdad de Género en el Deporte*. Wanceulen.

Drury, S., Stride, A., Fitzgerald, H., Hyett-Allen, N., Pylypiuk, K. e Whitford-Stark, J. (2022). "I'm a Referee, Not a Female Referee": The Experiences of Women Involved in Football as Coaches and Referees. *Frontiers in sports and active living*, 3, 1-15. <https://doi.org/10.3389/fspor.2021.789321>

Fernandez-Lasa, U., Usabiaga, O. e Soler, S. (2020). Juggling on the court: exploring female Basque pelota players' experiences and empowerment strategies. *Journal of Gender Studies*, 29(5), 496-507. <https://doi.org/10.1080/09589236.2019.1618703>

Hoeber, L. (2008). Gender Equity for Athletes: Multiple Understandings of an Organizational Value. *Sex Roles*, 58(1-2), 58-71. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9320-3>

Silva, P., Mourão, L., Vilodre-Goellner, S. e Botelho-Gomes, P. (2020). Strategies of resistance and empowerment of Portuguese women coaches in sports. *Journal of Physical Education*, 31(1). <https://doi.org/10.4025/JPHYSEDUC.V31I1.3109>

Williams, J. e Hall, G. (2020). 'A good girl is worth their weight in gold': Gender relations in British horseracing. *International Review for the Sociology of Sport*, 55(4), 453-470. <https://doi.org/10.1177/1012690218812153>

Motivos dos fãs distantes brasileiros no consumo da UEFA Champions League e English Premier League: Uma abordagem comparativa.

Jorge Maciel da Silva¹, Mykaelly da Costa Silva¹; Yves, Miranda²; Marcos Barros Filho²;
Carlos Queiroz Pedroso²

¹Universidade do Porto

²Universidade de Pernambuco

jorge.edu.maciel@gmail.com

1. Introdução

A indústria do desporto enfrenta o desafio de envolver adeptos aos seus clubes, ligas e grandes desportistas, por conseguinte, a tecnologia da informação tem sido fundamental para que serviços e produtos esportivos sejam consumidos por fãs independentemente da localização geográfica (Pu & James, 2017). O futebol desempenha um papel essencial nessa indústria, sendo o desporto mais consumido globalmente (Correia et al., 2014). Grandes competições como a UEFA Champions League e a English Premier League estão atraindo cada vez mais fãs que não residem em território das partidas. Conforme várias ligas desportivas profissionais de renome mundial buscam expandir seus negócios para mercados internacionais, os fãs distantes desses mercados estão se tornando uma fonte de receita cada vez mais relevante, os quais investem tempo e recursos de seu lazer para acompanhar as atuações e conquistas de seu time ou atleta favorito (Lintumäki & Koll, 2023). Ademais, investigações acerca das grandes ligas se fazem importantes para um melhor mapeamento do público caracterizado como fã distante, uma vez que os fatores motivacionais para o envolvimento no consumo esportivo podem variar conforme a modalidade, o nível competitivo e as organizações desportivas envolvidas.

2. Palavras-chave (5)

Brasil; Futebol; Marketing Desportivo; Adeptos; Consumidor desportivo.

3. Objetivos

Comparar os motivos de fãs distantes brasileiros no consumo da UEFA Champions League e English Premier League.

4. Revisão de literatura

Conforme Kotler e Keller (2018), a motivação surge quando uma necessidade atinge um nível de intensidade que leva à ação. No contexto esportivo, a motivação é vista como um estímulo subjetivo que impulsiona a participação das pessoas em eventos esportivos, influenciando

diretamente seus comportamentos à medida que buscam satisfazer suas necessidades. Isso pode variar de acordo com a intensidade percebida, conforme indicado por Correia et al. (2014). Conforme apontado por Pu e James (2017), os consumidores que estabelecem laços emocionais com equipas desportivas localizadas em regiões distantes são categorizados como fãs distantes. Estes adeptos, não obtiveram a oportunidade de participar anteriormente de eventos presenciais envolvendo suas equipas esportivas. Esse fenômeno ilustra a impressionante influência global do desporto, permitindo que os fãs estabeleçam conexões e identificações com equipas, ligas e atletas de diferentes partes do mundo.

5. Metodologia

O estudo tem uma abordagem quantitativa e utilizou um questionário online adaptado de Pu e James (2017), já validado no Brasil (Miranda et al., 2021) composto por oito dimensões acerca dos motivos para o consumo de desportos, nomeadamente: 1) Realização Vicária; 2) Escape; 3) Interesse nos jogadores; 4) Interesse no futebol; 5) Interesse no time; 6) Interação Social; 7) Drama; 8) Aquisição de conhecimento. Essas avaliações foram realizadas utilizando a Escala Likert de 7 pontos, na qual o valor 1 representa discordância total/improvável, e o valor 7 indica concordância total/muito provável. Na seção final do questionário, foram incorporadas perguntas sociodemográficas, abordando informações sobre os participantes e seu envolvimento com a liga. A amostra foi constituída por 555 indivíduos maiores de 18 anos que declararam torcer por alguma equipa na competição em que acompanhou. A maioria desses participantes era do sexo masculino (91,5%), com uma média de idade de 25,51 anos (com desvio-padrão de $\pm 6,55$), dos quais a maior parte declarou-se solteiro (82,3%). Os dados coletados de forma não probabilística por conveniência, através da plataforma Google Forms entre janeiro de 2021 a março de 2022 para torcedores da UEFA Champions League e de outubro de 2022 e janeiro de 2023 para os adeptos da English Premier League, todos os dados foram tabulados e analisados no SPSS Statistics 29, utilizando análises descritivas e um teste T de amostras independentes para comparação dos motivos. O nível de significância estabelecido foi de $p < .05$.

6. Resultados e discussão

Os adeptos da UEFA Champions League apresentaram médias mais elevadas nas dimensões de Interesse no Jogador ($t(553) = 8,164$; $p < 0,05$), Interação Social ($t(553) = 4,484$; $p < 0,05$) e Drama ($t(553) = 3,082$; $p < 0,05$), refletindo uma inclinação notável em relação à conexão com jogadores, interação social e apreço pela dramaticidade dos jogos. Somado a isso, na investigação de Hu

and Tang (2010) os fatores de maior motivação estavam relacionados ao entretenimento e a excitação com a partida, bem como o apoio aos grandes desportistas. Em contrapartida, os fãs da English Premier League obtiveram médias maiores em Realização Vicária ($t(553) = -7,632$; $p < 0,05$), Escape ($t(553) = -5,328$; $p < 0,05$), Interesse no Futebol ($t(553) = -5,658$; $p < 0,05$) e Interesse no Time ($t(553) = -10,795$; $p < 0,05$), sugerindo uma motivação acentuada em direção a conquistas um forte vínculo com a modalidade e seus clubes, desejo por escapar do cotidiano. Fator semelhante ao apontado no estudo de Pu and James (2017) em que os fãs chineses da NBA que estavam altamente ligados a seus times favoritos na liga, estando propensos a gastar mais esforços no consumo sobre seu clube. Contudo, a dimensão Aquisição de Conhecimento não apresentou diferenças significativas.

7. Conclusões e implicações

O presente estudo aponta diferenças significativas nas motivações dos fãs brasileiros da UEFA Champions League e da English Premier League. Os adeptos da UEFA Champions League valorizam os jogadores, a interação social e a dramatização dos jogos, enquanto os fãs da English Premier League têm maior motivação pela modalidade e pelos resultados de seus clubes, assim como desejam escapar da rotina. Estes resultados ressaltam a complexidade das preferências e interesses dos fãs distantes, fornecendo insights valiosos para estratégias de engajamento direcionadas ao público brasileiro apaixonado por futebol europeu. Assim como, soma a literatura da gestão desportiva acerca das investigações das motivações de consumo dos fãs distantes desportivos.

8. Referências bibliográficas

- Correia, A., Biscaia, R., & Menezes, V. (2014). *Lições de marketing do desporto*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Hu, A. W.-L., & Tang, L.-R. (2010). Factors motivating sports broadcast viewership with fan identification as a mediator. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 38(5), 681-689.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2018). *Administração de Marketing*. 15. Edição. In: Pearson.
- Lintumäki, P., & Koll, O. (2023). Sport team identification: a social identity perspective comparing local and distant fans. *International Journal of Sports Marketing and Sponsorship*.

Miranda, Y., Borba, Y. R. R., Barros Filho, M. A., Silva, V. H. R., & Pedroso, C. A. M. d. Q. J. M. R. d. E. F. (2021). Consumption of the National Basketball Association in Brazil: the motives of distant fans. 28.

Pu, H., & James, J. (2017). The distant fan segment: Exploring motives and psychological connection of International National Basketball Association fans. *International Journal of Sports Marketing Sponsorship*.

Impacto da participação desportiva e do valor do desporto de elite sobre o bem-estar subjutivo da população

Alfredo Silva

Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém

Centro de Investigação em Qualidade de Vida

alfredosilva@esdrm.ipsantarem.pt

1. Introdução

Um dos principais objetivos políticos de muitos sistemas do desporto e da saúde da Europa é aumentar a participação desportiva para promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Na governação desportiva, as entidades governamentais nacionais, têm normalmente uma tripla responsabilidade, 1) a participação desportiva em massa, 2) o desempenho do desporto de elite e 3) a governação através da supervisão do adequado funcionamento de uma estrutura de organizações nacionais e locais orientada para os objetivos das políticas desportivas do governo. Para as organizações do sistema desportivo (por exemplo, departamentos do governo, federações desportivas nacionais, associações regionais, clubes e municípios) a governação pode fornecer uma fonte essencial para este propósito, na medida em que assume a responsabilidade pelo funcionamento e pela direção geral do sistema desportivo. No sistema desportivo, o fator da participação desportiva, nos últimos anos tem sido alvo de atenção, porém, a investigação dos efeitos do fator da participação desportiva sobre o bem-estar subjutivo dos indivíduos, comparada com outros fatores é relativamente reduzida. O fator do valor do desporto de elite não tem sido objeto de atenção devida, não existe ainda uma evidência inequívoca acerca dos efeitos do sucesso desportivo internacional do país sobre o bem-estar subjutivo da sua população.

2. Palavras-chave

Atividade física, Bem-estar subjutivo, Desporto de elite, Participação desportiva, Política desportiva.

3. Objetivos

Apresentar um modelo que tem os seguintes objetivos: i) mostrar a relação existente entre a participação desportiva e o bem-estar subjutivo dos indivíduos, ii) identificar a existência de efeitos da participação desportiva sobre o valor percebido do desporto de elite, e iii) determinar em que medida o valor percebido do desporto de elite exerce uma ação sobre o bem-estar subjutivo dos indivíduos.

4. Revisão de literatura

Tem sido defendido que praticar atividade física e desporto é uma decisão pessoal que maximiza a utilidade racional do indivíduo, e por isso, é logicamente associada a um aumento do bem-estar subjetivo. Por sua vez a abordagem derivada da teoria da autodeterminação (*Self-Determination Theory*) tem mostrado ser um quadro concetual muito adequado para estudar a persistência desportiva, de tal modo que sustenta que a participação desportiva continuada é influenciada pela motivação autodeterminada dos indivíduos e pela satisfação das três necessidades psicológicas básicas de autonomia, de competência e de relacionamento. Os resultados têm mostrado alguma convergência de efeitos positivos significativos da participação desportiva sobre o bem-estar subjetivo, porém limitados, a homens, a certas idades, a desportos com maior nível de interações sociais (de equipa/ coletivos e realizados com parceiro) e a atletas amadores. Surpreendentemente, a frequência semanal e duração das sessões da prática desportiva são variáveis que não têm sido suficientemente estudadas em trabalhos anteriores, contudo, elas expressam custo e esforço para os indivíduos, mas também benefícios, pelo que parecem elementos plausíveis para sustentar uma questão. Existe uma relação positiva entre a participação desportiva e o bem-estar subjetivo? Para desenvolver a participação desportiva da população tem sido proposto modelo conceptual *Sport Participation Pathway Model (SPPM)* e o “ciclo virtuoso” do desporto que evidencia as relações entre o desporto de elite a participação desportiva. O valor percebido do desporto de elite reconhece a visão subjetiva dos indivíduos do que constitui sucesso desportivo internacional do seu país. Neste pressuposto, será que os indivíduos que realizam uma elevada participação desportiva tendem a atribuir um valor superior ao desporto de elite do seu país? Poucos estudos analisaram os efeitos do sucesso desportivo sobre o bem-estar subjetivo, ainda assim, os resultados mostraram que o sucesso das equipas nacionais nos Jogos Olímpicos e nas principais competições internacionais de futebol (campeonato do mundo-FIFA e campeonato da Europa-UEFA) afetou marginalmente, de modo muito limitado e a curto prazo, a alegada felicidade (bem-estar subjetivo). Convergente com os efeitos marginais, foi constatado que o sucesso desportivo percebido dos atletas holandeses levou a pequenos efeitos positivos a curto prazo no bem-estar subjetivo. Estes resultados parecem não mostrar uma clara evidência dos sentimentos positivos da população, como muitas vezes se afirma. Neste quadro, será que os resultados desportivos da elite desportiva percebidos pelos cidadãos têm realmente os efeitos desejáveis sobre o bem-estar subjetivo que muitos políticos acreditam ter?

5. Metodologia

O trabalho realizado foi um estudo quase experimental, transversal de associação conhecida (Ato et al., 2013). Foi utilizada uma técnica de amostragem por conveniência, pela qual os participantes foram recrutados por meio de um email contendo um link para um questionário on-line na Internet. O texto e o link do questionário foram enviados pelas instituições para as listas de endereços dos alunos. O questionário permaneceu ativo durante duas semanas, na plataforma SurveyMonkey. Os inquiridos foram informados de que o questionário era anónimo, e que os dados pessoais seriam tratados confidencialmente. Foi ainda obtido consentimento informado. Foram recolhidas respostas de 511 indivíduos (67% mulheres e 33% homens). As variáveis utilizadas: participação desportiva, valor percebido do desporto de elite e bem-estar subjetivo foram medidas com base em estudos anteriores (Consejo Superior de Deportes, 2011; Downward & Rasciute, 2011; Simões et al., 2003). Foi utilizada a técnica da Análise de Equações Estruturais com o objetivo ser elaborado um modelo e determinar os efeitos entre as variáveis estudadas.

6. Resultados e discussão

Os resultados obtidos permitiram suportar 2 das 3 hipóteses formuladas e apresentar três resultados: 1) A participação desportiva atuou positivamente sobre o bem-estar subjetivo dos cidadãos; 2) O valor percebido do desporto de elite atuou positivamente sobre o bem-estar subjetivo dos cidadãos, e; 3) A participação desportiva não atuou significativamente sobre o valor percebido do desporto de elite. Foi demonstrado que a participação desportiva dos cidadãos, em termos de frequência e duração das sessões, atuou positiva e diretamente sobre o bem-estar subjetivo. 1) Este resultado pode fundamentar-se na perspetiva de que a prática de atividade física envolve uma utilidade racional para o indivíduo, e por isso a avaliação realizada é no sentido positivo e favorável, bem como nos pressupostos defendidos pela teoria da autodeterminação (*Self-Determination Theory*). Foi confirmada a maioria dos resultados, embora não se tenha verificado o efeito inverso em forma de U sobre o bem-estar. 2) Os resultados obtidos parecem encontrar fundamento no fator “sentir-se bem” (*feelgood factor*) após o sucesso desportivo. Esta lógica tem sido destacada, até para justificar os investimentos no desporto de elite pelos vários governos. Apesar de algumas divergências relativamente a estudos similares, os resultados encontrados parecem legitimar a execução das políticas de forte investimento dos governos no desporto de elite, observadas pelas políticas de governação dos líderes do desporto mundial, EUA, na China, na Grã-Bretanha e na Alemanha.

7. Conclusões e implicações

O estudo fornece evidências que, quer a participação desportiva, quer o valor percebido do desporto de elite são importantes para a população, de tal modo relevantes que tiveram um impacto positivo significativo sobre o bem-estar subjetivo dos cidadãos. No plano da governação entendida como a responsabilidade pelo funcionamento e direção geral do sistema desportivo, os resultados obtidos no trabalho permitem apoiar o desenvolvimento de boas práticas e levam-nos a encorajar com duas implicações dois destinatários: 1) os decisores políticos/ governantes das políticas públicas do desporto e 2) os gestores de programas de desenvolvimento da prática de atividade física e desporto. Por exemplo uma recomendação pode perseguir o objetivo de elevar o bem-estar subjetivo dos indivíduos, estimulando os governos locais (municípios) a desenharem políticas públicas e programas para a participação desportiva orientadas para dois alvos: 1) os indivíduos sedentários, e 2) os indivíduos que são praticantes desportivos ligeiros. Para os sedentários no sentido de os tornar praticantes desportivos e com isso iniciarem um processo de ganhos dos níveis de bem-estar subjetivo. Para os praticantes desportivos ligeiros, com o objetivo de elevarem a frequência e duração das sessões, que conforme ficou demonstrado, tendem a aumentar os níveis de bem-estar subjetivo.

8. Referências bibliográficas

- Andersen, M. H., Ottesen, L., & Thing, L. F. (2019). The social and psychological health outcomes of team sport participation in adults: An integrative review of research. *Scandinavian journal of public health*, 47(8), 832-850. <https://doi.org/10.1177/1403494818791405>
- Blake, H. T., Buckley, J. D., Stenner, B. J., O'Connor, E. J., Burgess, S. A., & Crozier, A. J. (2022). Sport participation and subjective outcomes of health in middle-aged men: a scoping review. *American Journal of Men's Health*, 16(2), 15579883221084493. <https://doi.org/10.1177/15579883221084493>
- Calvo, T. G., Cervelló, E., Jiménez, R., Iglesias, D., & Murcia, J. A. M. (2010). Using self-determination theory to explain sport persistence and dropout in adolescent athletes. *The Spanish Journal of Psychology*, 13(2), 677-684. <https://doi.org/10.1017/S1138741600002341>
- Consejo Superior de Deportes. (2011). *Encuesta sobre los hábitos deportivos en España 2010*. Consejo Superior de Deportes. <http://www.csd.gob.es/csd/estaticos/dep-soc/encuesta-habitos-deportivos2010.pdf>

Downward, P., & Rasciute, S. (2011). Does sport make you happy? An analysis of the well-being derived from sports participation. *International Review of Applied Economics*, 25(3), 331-348. <https://doi.org/10.1080/02692171.2010.511168>

Simões, A., Ferreira, J. A. G. A., Lima, M. P., Pinheiro, M. R. M. M., Vieira, C., Matos, A., & Oliveira, A. (2003). O bem-estar subjectivo dos adultos: Um estudo transversal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 37(1), 5-30.

Comportamentos tóxicos em comunidades de jogadores de esports: uma revisão integrativa

André Calapez, Tiago Ribeiro

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

andre.calapez17@gmail.com

1. Introdução

Os esports representam uma forma estruturada e competitiva de videojogos (Meng-Lewis et al., 2022), que se tornaram uma das atividades de entretenimento e desportivas de crescimento maior no mundo (Kelly et al., 2022). De uma forma geral, os esports e os videojogos podem ser considerados formas globais de educação, entretenimento e desporto (Kordyaka et al., 2020), com o potencial de levar as pessoas a diversos resultados positivos, como uma melhor qualidade de vida e o desenvolvimento de capital social (Mandryk et al., 2020). No entanto, apesar destes benefícios, os comportamentos tóxicos (CT) são um fenómeno específico que continua a ser um problema persistente nas comunidades de jogadores (Kordyaka et al., 2020). Grande parte destes problemas está relacionado com a falta de conhecimento, ambiguidade e falta de consenso em como analisar estes CT em investigações anteriores. Deste modo, esta revisão integrativa apresenta-se como uma alternativa a clarificar teoricamente os CT, analisar as metodologias empregues e oferecer recomendações teóricas e práticas para trilhar novos caminhos daqui para frente.

2. Palavras-chave

Esports; Comportamentos tóxicos; Comunidades online; Jogadores; Desinibição online.

3. Objetivos

Esta revisão integrada da literatura será orientada por dois objetivos principais: a) definir o conceito de comportamento tóxico em culturas de jogo de esports e b) conceptualizar as presentes nas diferentes tipologias de comportamentos tóxicos comunidades de jogadores online, tendo em conta as complexidades inerentes a este campo social, como as diversas comunidades, perfis de jogadores e tipologias de jogos.

4. Revisão de literatura

A toxicidade, ou comportamentos tóxicos, são termos abrangentes que englobam comportamentos negativos e antissociais, como o sexismo, o flaming, o trolling e a batota, que

podem ter um efeito corrosivo sobre os jogadores e os ambientes de jogo (Kwak et al., 2015). Apesar de alguma investigação anterior sobre comportamento tóxico (Kwak et al., 2015; Kordyaka et al., 2020), esta produziu resultados ambíguos em relação a este fenómeno específico, não considerando os diferentes tipos de comportamento tóxico e usando estruturas teóricas não ajustadas para análise dos resultados. Como resultado, os comportamentos tóxicos continuam a ser uma questão premente em várias disciplinas de esports, em diferentes comunidades e tipos de jogadores, incluindo jogadores casuais e profissionais (Nagygyörgy et al., 2013). Para analisar os comportamentos tóxicos, esta integrativa utiliza duas teorias de referência: a teoria do efeito de desinibição online (TEDO; Suler, 2004) e a teoria do comportamento planeado (TCP; Ajzen, 1991). Enquanto a teoria do efeito de desinibição online se concentra nos processos psicológicos que ocorrem em ambientes online e como estes influenciam o comportamento dos indivíduos (Suler, 2004), a teoria do comportamento planeado dá-nos explicações sobre como os processos cognitivos e sociais influenciam as intenções e subsequentes comportamentos dos indivíduos (Ajzen, 1991). Juntas, elas permitem entender como é que os indivíduos moldam as suas ações tendo em conta o ambiente online que restringe e impacta o comportamento social indivíduo.

5. Metodologia

O método seguiu o modelo definido por Whitemore e Knafl (2005), utilizando os seus cinco passos para o desenvolvimento de uma revisão integrativa da literatura. Este processo envolve identificação do problema, pesquisa de literatura, avaliação dos dados, análise dos dados e apresentação. A investigação baseou-se em três bases de dados (i.e., *WebOfKnowledge*, *SportDiscus* e *ScienceDirect*), onde todos os resultados foram extraídos e analisados (N = 76). Da mesma forma, foram desenvolvidas três pesquisas suplementares: a) em quatro bases de dados adicionais (i.e., *Esports Research Network (ERC)*, *Olympic Library* e *Google Scholar*, *European Union Library*; N = 34), b) em sete jornais relevantes na área científica de gestão do desporto (i.e., *Journal of Sport Management*, *Sport Management Review*, *European Sport Management Quarterly*, *Sport Marketing Quarterly*, *International Journal of Sport Marketing and Sponsorship*, *International Journal of Sport Management and Marketing*, and *International Journal of Sport Management*) e, por fim, c) em jornais onde foram identificados documentos de interesse para a investigação. Nas bases de dados, foram aplicadas as seguintes palavras-chave: *Toxic Behav** OR *Toxicity* AND *Esports* OR *Electronic Sports*. Sete critérios de inclusão e quatro de exclusão foram igualmente aplicados, seguindo-se o protocolo do modelo de Whitemore e

Knafl (2005), bem como as diretrizes da *American Psychology Association* (APA) para analisar a totalidade dos itens extraídos.

6. Resultados e discussão

Os resultados obtidos provêm de 39 documentos, incluindo 24 artigos científicos, 11 resumos, 1 livro, 1 relatório científico e 2 teses de mestrado, publicados entre 2013 e 2023. Foram identificadas 19 definições de comportamentos tóxicos, bem como 10 tipologias diferentes (i.e., *cheating, cyberbullying, doping, flaming, gambling, griefing, racismo, sexismo, trash talking e trolling*). Destas, destaca-se o sexismo, que aparece em 23,08% dos documentos na integrativa, seguido do trash talking, do trolling e do flaming com 10,26%. Importa ainda destacar a variedade teórica empregue por estudos anteriores ($N = 25$; 64,10%), o que demonstra a multidisciplinaridade desta temática e a sua abrangência conceptual – permitindo abraçar diferentes teorias e quadros teóricos pertencentes a várias áreas do conhecimento.

7. Conclusões e implicações

O comportamento tóxico pode ser definido como uma expressão abrangente, com o objetivo de caraterizar uma série de condutas antissociais que se enquadram dentro deste termo chave. Este é definido pela sua natureza deliberada, manifestando-se como ações que perturbam a experiência de jogo, tanto para o jogador como para outras pessoas. A definição de CT inclui não só o comportamento, mas também a intenção que precede essas ações. O desenvolvimento de uma nova estrutura de análise dos comportamentos tóxicos, procura ir mais além do conhecimento adquirido até agora, identificando como estes se relacionam e se espalham nas comunidades. A definição de CT apoia, ainda, o estabelecimento da TCP, ligada com a TEDO, para explicar estes comportamentos, uma vez que realça a importância das atitudes pré ação (Azjen, 1991), demonstrando ainda a elasticidade teórica deste quadro para o campo dos esportes. As recomendações práticas incluem intervenções estruturais baseadas no tipo de comunidades e jogadores (incluindo a profissionalização de moderadores e administradores destas), com parcerias entre editoras de jogos, gestores e organizações monitoras, o foco na responsabilidade social das editoras (com iniciativas e ações comunicadas ao público em geral) e o estabelecimento de quadros regulatórios que criem consequências legais e estabeleçam figuras de autoridade em ambientes online para os jogadores (Suler, 2004).

8. Referências bibliográficas

Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211.

Kordyaka, B., Jahn, K., & Niehaves, B. (2020). Towards a unified theory of toxic behavior in video games. *Internet Research*, 30(4), 1081-1102.

Kwak, H., Blackburn, J., & Han, S. (2015). Exploring cyberbullying and other toxic behavior in team competition online games. In *Proceedings of the 33rd annual ACM conference on human factors in computing systems*, pp. 3739-3748.

Nagygyörgy, K., Urbán, R., Farkas, J., Griffiths, M. D., Zilahy, D., Kökönyi, G., Mervó, B., Reindl, A., Ágoston, C., Kertész, A., Harmath, E., Oláh, A., & Demetrovics, Z. (2013). Typology and Sociodemographic Characteristics of Massively Multiplayer Online Game Players. *International Journal of Human-Computer Interaction*, 29(3), 192–200. <https://doi.org/10.1080/10447318.2012.702636>

Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *Cyberpsychology & behavior*, 7(3), 321-326.

Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546–553.

Satisfação dos atletas com a utilização da instalação desportiva coberta

Iara Ramos¹; Alfredo Silva^{1, 2}

¹Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém

²Centro de Investigação em Qualidade de Vida

iararamos1327@gmail.com

1. Introdução

A aquisição de conhecimentos sobre os modelos de avaliação do desempenho das organizações desportivas relativamente à prestação de serviços pode auxiliar os gestores nas ações de marketing e elucidar sobre as consequências de prestar um serviço de qualidade. É essencial avaliar a qualidade para uma boa e inovadora governação da organização desportiva, dado que fornece uma fonte essencial de direção para o propósito da organização desportiva responsável pela exploração da instalação desportiva, no caso um pavilhão desportivo. A qualidade percebida de serviços está diretamente relacionada com o nível de identificação e lealdade dos utilizadores às organizações de serviços desportivos (Silva, 2018). O setor desportivo deve proporcionar aos consumidores uma experiência de qualidade atendendo as expectativas, de forma a influenciar positivamente as intenções comportamentais (Ma & Kaplanidou, 2022).

2. Palavras-chave (5)

Atletas, Gestão Desportiva, Qualidade Esperada, Qualidade Percebida e Serviços.

3. Objetivos

Este estudo tem como objetivos (i) analisar a satisfação global dos atletas relativamente ao pavilhão desportivo municipal de Santarém e (ii) verificar a existência de diferenças significativas entre as dimensões tangibilidade, fiabilidade, capacidade de resposta, confiança e empatia da qualidade esperada e da qualidade percebida pelos atletas.

4. Revisão de literatura

A qualidade percebida do serviço resulta da discrepância entre as expectativas e as perceções dos consumidores relativamente ao serviço recebido (Parasuraman et al., 1988; Álvarez Cano & Ospina Galindez, 2020). Compreender esta relação é crucial para aumentar a fidelização dos clientes e construir relacionamentos duradouros (Polyakova & Ramchandani, 2023). A qualidade do serviço deve enquadrar-se com o setor da organização. A administração pública local, tem por missão prestar um serviço de interesse público, que passa pela aplicação de preços mais

acessíveis que coincidam com as necessidades do público-alvo. É necessário para a organização compreender a satisfação dos clientes de modo a concretizar objetivos e a controlar os custos da instalação desportiva publica (Solanelas, 2019).

5. Metodologia

Foram inquiridos 54 atletas com idades entre os 14 e 26 anos, dos quais 55,6% pertencem ao sexo feminino, 42,6% pertencem ao sexo masculino e 1,9% preferiu não dizer. Metade dos inquiridos (50%) pratica desporto na instalação desportiva há 5 ou mais anos. A instalação é constituída por quatro espaços desportivos cobertos, o pavimento é em madeira, a iluminação é natural e artificial, tem água aquecida, 12 balneários, 40 chuveiros, 22 wc's e está aberto das 8h às 22h30. Foi aplicado um questionário online, com recurso à plataforma *Google Forms*. De acordo com o Modelo SERVQUAL, foram avaliadas as seguintes variáveis: Tangibilidade, Fiabilidade, Capacidade de Resposta, Confiança e Empatia. A variável Satisfação Global foi introduzida na qualidade percebida. Foi usada a escala de Likert de 7 pontos escala para medir a qualidade. Para analisar a consistência interna do grupo de variáveis, foi utilizado o teste Alpha de Cronbach. Posteriormente, foi utilizado o Teste T de Pares para duas amostras emparelhadas para analisar as diferenças entre as qualidades.

6. Resultados e discussão

A qualidade esperada mostra uma escala de Alfa de Cronbach no valor de 0.821. Já a qualidade percebida é de 0.888, o que permite afirmar que a consistência interna é boa. Os resultados mostram que a satisfação global dos atletas relativamente ao pavilhão apresenta uma média de 4.71 pontos. A dimensão tangibilidade apresenta diferenças significativas dado que a média relativa à qualidade esperada é de 6.03 pontos e a percebida é de 4.55 pontos, indicando um sig 0.000. Isto mostra que a perceção dos atletas quanto aos equipamentos e instalação é inferior às expectativas. No caso da dimensão empatia, esta também apresenta diferenças significativas, onde a qualidade esperada obteve uma média de 5.55 pontos e a qualidade percebida obteve uma média de 4.75 pontos, indicando um sig 0.004. Isto mostra que os atletas não estão satisfeitos com a empatia dos funcionários. A Fiabilidade, Capacidade de Resposta e Confiança apresentam um sig. superior a 0.05, isto significa que a qualidade percebida corresponde às expectativas dos utentes. A organização deve preocupar-se com as dimensões tangibilidade e empatia, como tal, é preciso estabelecer ações eficientes de modo a aproveitar os recursos existentes atendendo às necessidades dos atletas.

7. Conclusões e implicações

É fundamental haver um interesse na avaliação da qualidade dos serviços, pois a governação da organização desempenha um papel fundamental na gestão de uma instalação desportiva. Com base nos dados, os atletas estão satisfeitos em geral com o pavilhão. Existem diferenças significativas entre as qualidades nas dimensões tangibilidade e empatia. As estratégias de gestão deverão ir ao encontro dessas dimensões. Numa análise mais intrínseca à tangibilidade, as estratégias devem centrar-se na melhoria da manutenção do pavimento desportivo e na ventilação dos balneários. Quanto à empatia, deverão ser realizadas formações de atendimento ao público. O estudo apresenta limitações quanto à representação da população, devido ao tamanho da amostra e da especificação da população, nomeadamente, atletas de clubes desportivos que frequentam o pavilhão desportivo municipal de Santarém.

8. Referências bibliográficas

- Álvarez Cano, A. M., & Ospina Galindez, J. A. (2020). Evaluation of the perceived quality of the service in a sporting event: Case study a football game. *Revista científica Pensamiento y Gestión*, 47, 86–110. <https://doi.org/10.14482/pege.47.5332>
- Ma, S.-C., & Kaplanidou, K. (2022). Effects of Event Service Quality on the Quality of Life and Behavioral Intentions of Recreational Runners. *Leisure Sciences*, 44(1), 1–21. <https://doi.org/10.1080/01490400.2018.1448028>
- Parasuraman, A., Zeithaml, V. A., & Berry, L. (1988). SERVQUAL: A multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. *1988*, 64(1), 12-40.
- Polyakova, O., & Ramchandani, G. (2023). Perceived service quality among regular users of gyms in public sports centres in the UK. *Managing Sport and Leisure*, 28(1), 35–54. <https://doi.org/10.1080/23750472.2020.1853594>
- Silva, A. (2018). A qualidade percebida do ponto de vista dos utentes de piscinas. In Silva, A. (Coord.). *Manutenção de Piscinas – Textos Técnicos*. Rio Maior: Edição Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Desporto de Rio Maior.
- Solanellas, F. (2019). Análisis comparativo sobre la percepción de la calidad de los servicios deportivos municipales del Baix Llobregat. *Journal of Sport Psychology*, 28. (1), 105-114.

O consumo desportivo por mulheres brasileiras: comportamento e escala de avaliação

Ana Torres Gonçalves¹; Jorge Maciel da Silva¹; Cacilda Santos Amaral²; Carlos Queiroz
Pedroso³; José Pedro Sarmiento Lopes¹,

¹Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

²Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas

³Universidade de Pernambuco

anaisabeltg@hotmail.com

1. Introdução

Dias (2012) define marketing como a função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa, por meio da gestão estratégica das variáveis controláveis de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição. Usar recursos de marketing aplicados ao desporto tem-se tornado uma ferramenta quase indispensável às grandes marcas, que têm apostado nesse mercado buscando através dele uma identidade pessoal entre cliente e marca (Dias et al., 2014). Dentro da variedade do mundo desportivo, há uma crescente atenção ao desporto feminino. O interesse nesta área disparou nos últimos anos, surgindo mais fãs em todo o mundo e cada vez mais se envolvendo com desportos femininos.

2. Palavras-chave

Marketing aplicado ao desporto; consumo desportivo; consumidor desportivo; mulher e desporto; mulheres.

3. Objetivos

Analisar hábitos e atitudes de consumo desportivo por mulheres brasileiras

4. Revisão de literatura

O acesso ao desporto entre homens e mulheres decorreu de forma distinta e, no âmbito académico, a realidade é refletida, como mostra Gonçalves (2022) ao encontrar poucos estudos que buscam perceber o consumo desportivo por mulheres sem limitá-las a algum desporto específico ou a uma condição específica. Corroborar também Delia (2022), quando mostra que a maior parte das amostras em estudos sobre consumidores esportivos investigam homens brancos com educação universitária e de classe média.

5. Metodologia

O estudo caracteriza-se por uma abordagem quantitativa, exploratória e segundo utilizando um questionário online (Pitts et al., 2018). O instrumento desenvolvido foi um questionário a partir de perguntas adaptadas e traduzidas de instrumentos validados na área do consumo desportivo, e validado por meio de análise do Índice de Validade de Conteúdo (IVC). A amostra foi constituída pelo método de conveniência, e composta de 300 mulheres brasileiras de diferentes estados do país (com exceção do Acre, Alagoas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rondônia e Tocantins), com idade média de 37 anos, sendo a maior parte delas com Pós-Graduação, com rendimento familiar entre 5 e 10 salários-mínimos, empregadas, solteiras e sem filhos. Os dados foram analisados por meio de análise estatística descritiva, Análise Fatorial Exploratória e Regressão Linear Múltipla utilizando o software *SPSS Statistics 27.0.1*.

6. Resultados e discussão

Na Análise Fatorial Exploratória foram extraídos 4 fatores (dimensões) que explicam 69,28% do modelo. A partir da constituição das variáveis de cada fator (dimensão) e análise das variáveis que o compõem, e foram assim nomeados: Fã, Prática Desportiva, Roupas Desportivas e Segurança. As dimensões Fã e Prática Desportiva explicam, acumuladas, 56,36% do modelo, enquanto as dimensões Roupas Desportivas e Segurança explicam o modelo em uma porcentagem menor (em torno de 6% cada dimensão).

Já a Fase 2 contou com análise do Alfa de Cronbach para observar a fiabilidade das dimensões latentes, observando-se o valor de referência acima de 0,60 (Hongyu, 2018). Apenas a dimensão segurança revelou valor de alpha abaixo do recomendado (0,60). Além disso, foi realizada também uma Análise de Regressão Linear Múltipla para avaliar o valor preditivo das variáveis independentes no consumo efetivo (Marôco, 2018). O Consumo Efetivo (quantidade de itens comprados em um ano e quantidade de eventos idos em um ano) é explicado em 37,6% das variâncias, sendo as dimensões Fã e Prática as mais significativas.

A Dimensão Fã é a que possui a segunda maior porcentagem que explica o modelo e alta consistência interna (Alpha de Cronbach), indicando uma tendência das mulheres em se considerarem fãs de desportos. A Dimensão Prática explica 26,6% do modelo e possui consistência interna alta (acima de 0,90), indicando assim que a amostra identifica este envolvimento e consumo do desporto. Ainda se destaca que consideraram a prática desportiva tão atrativa quanto a prática de atividades de lazer não esportivas, uma vez que esta foi uma das variáveis com maior carga fatorial da Dimensão. Estudos apontam que as mulheres abandonam

a prática desportivas mais cedo do que os homens, e que isto pode estar relacionado com fatores externos ao desporto, como a dedicação à estudos, família, carreira profissional ou segurança (Ferreira et al., 2013; Ramirez et al., 2019; Ugioni, 2011). As dimensões Roupas Desportiva e Segurança são as que possuem menos itens, entretanto os autores preferiram manter na análise pela sua importância no entendimento das questões a serem analisadas neste contexto. As mulheres demonstraram utilizar roupas esportivas e sentirem-se confortáveis, mesmo quando não as utilizam como estilo de vida. Em paralelo a isto, elas revelam não se sentirem seguras em locais de eventos ou praticando atividades esportivas.

7. Conclusões e implicações

Conclui-se que as mulheres demonstram ter hábitos e consumo desportivo porque gostam e por se considerarem serem fãs de desporto. É válido, entretanto, relembrar que esta pesquisa, apesar de trazer número significativo na amostra, não é representativa, visto que no Brasil existe uma diversidade de mulheres que não tiveram representação neste estudo. Como implicações práticas, este estudo traz uma nova forma de compreender mulheres enquanto consumidoras, contando com características da realidade deste grupo enquanto efetivas consumidoras esportivas. Enquanto implicação teórica, é desenvolvido um modelo de escala de análise de consumo desportivo por mulheres.

8. Referências bibliográficas

- Delia, E. B., Nicole Melton, E., Sveinson, K., Cunningham, G. B., & Lock, D. (2022). Understanding the Lack of Diversity in Sport Consumer Behavior Research., 36(3), 265-276. doi:10.1123/jsm.2021-0227
- Dias, D. R. (2012). (2ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Dias, J. H. d. S., Gomes, A. M., & Marsoli, G. F. (2014). Marketing desportivo como ferramenta de sucesso das estratégias de marketing nas empresas. 5(5).
- Gonçalves, A. I., Pedroso, C. A. M. d. Q., Silva, J. E. M. G. d., & Amaral, C. M. d. S. (2022). Mulheres e Consumo Desportivo: Uma Revisão de Literatura. 12. doi:https://doi.org/10.51995/2237-3373.v12i4e110056
- Marôco, J. (2018). Análise Estatística com o SPSS Statistics. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Pitts, B., Li, M., & Kim, A. (2018). Research Methods in Sport Managment. 2. ed.

Eventos Desportivos em Contexto de Exploração da Natureza

Ricardo Nunes; Roberto Pinto; Francisco Neves; Hélio Antunes

Universidade da Madeira

ricardojorgerdd@gmail.com

1. Objetivos

O estudo teve como objetivos: i) caracterizar eventos de exploração da natureza regionais, nacionais e internacionais; ii) analisar a forma como a comunicação/ promoção de um evento desportivo é realizada com intuito de ganhar visibilidade e atrair atletas estrangeiros; iii) compreender a gestão dos recursos humanos nos eventos desportivos; iv) analisar a avaliação dos eventos por parte dos atletas e dos colaboradores.

2. Palavras-chave

Gestão do desporto; Eventos desportivos; Desporto de natureza; Comunicação no desporto; Avaliação de eventos

3. Revisão de literatura

Nos últimos anos, os eventos desportivos em contexto de exploração da natureza têm vindo a apresentar um crescimento, quer ao nível da procura quer ao nível da oferta. De acordo com Melo & Gomes (2017), os desportos de natureza inserem-se em atividades desportivas desenvolvidas e experienciadas em áreas tanto naturais como rurais, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável local. Estes têm tido uma maior procura por indivíduos que tentam de alguma forma conciliar a prática desportiva com uma interação com a natureza, levando a que se estude ao pormenor estes eventos. É possível identificar três fases dos eventos desportivos: pré-evento, relacionada com o planeamento do evento; evento propriamente dito, onde se centra toda a atenção; pós-evento, relacionada com a avaliação do evento, existindo tanto uma autoavaliação como uma heteroavaliação.

3. Metodologia

Para a elaboração deste estudo tivemos em conta tanto uma abordagem quantitativa como uma abordagem qualitativa, com a utilização de um questionário via online validado por um especialista, onde a versão final resultou em três grupos de questões: o primeiro grupo aborda questões relacionadas com a fase de pré-evento, onde temos em conta como é feita a promoção

do evento, a angariação de recursos humanos e a distribuição de funções pelos colaboradores; o segundo vai de encontro a questões de durante o evento, onde inclui a questão da segurança e a gestão dos colaboradores; o terceiro contempla questões relacionadas com avaliação por parte dos atletas e dos voluntários. Desta forma, foram convidadas a participar no estudo trinta organizações (nacionais e regionais) de eventos desta natureza. Destas, responderam de forma afirmativa aceitando o convite, oito organizações. Os dados foram tratados estatisticamente e os resultados apresentados sob a forma de estatística descritiva, com valores relativos e absolutos.

4. Resultados e discussão

Tendo em conta a preparação e planeamento do evento, foi possível observar que todas as organizações utilizam as redes sociais a nível de promoção, o que seria expetável, pois através da internet podemos fazer chegar informação a diversas partes do mundo, aumentando assim o nosso engajamento com diversas pessoas. Foi observado que seis utilizam por via e-mail e por site próprio (75%), três através de patrocinadores (37,5%) e duas por contacto direto (25%). Relativamente ao recrutamento de recursos humanos, a opção mais utilizada é por contacto direto, que corresponde a 87,5% da amostra, pois assim as organizações já vêm o perfil do possível colaborador. Metade das organizações contactadas operacionalizam através das redes sociais, contacto telefónico e por SMS, sendo que somente três organizações utilizam o e-mail (37,5%). A garantia da manutenção e preservação do local utilizado para a prova/local, a maioria das respostas engloba o fator de limpeza depois de cada prova, assim como confia e impõe o trabalho aos colaboradores de contribuírem para essa manutenção e preservação do local. Também chegam a contar com entidades e serviços que ajudam a manter essa eficácia da preservação. A distribuição das diferentes funções dos colaboradores, através das respostas dadas pelas organizações, chegamos a um consenso que das duas: ou os cargos são separados tendo em conta a experiência do colaborador, ou são divididos mediante as necessidades da organização. Relativamente à segurança dos participantes durante o evento, cada organização monta o seu plano de segurança, onde é incluído uma equipa responsável por este aspeto, composta por médicos, enfermeiros, proteção civil e equipas de resgate, sempre com material de apoio. Na recolha da avaliação por parte dos atletas, sete organizações cumprem com este parâmetro, pois é a partir deste que a organização pode evoluir tendo em conta a opinião de cada atleta e o nível de satisfação do mesmo, pelo que o método mais utilizado é por questionário via online com um total de seis respostas, seguindo o questionário presencial com quatro organizações e finalizando com duas organizações que optam pela entrevista. Já na recolha da avaliação por parte dos

voluntários, o questionamento presencial foi o método que as organizações mais utilizam, com um total de cinco respostas. O questionário online e a entrevista obtiveram dois votos cada e um voto atribuído para o feedback no pós evento, sendo que somente uma organização não realiza este tipo de avaliação.

5. Conclusões e implicações

Foi observado que as redes sociais têm um papel fundamental na divulgação do evento, o recrutamento de recursos humanos é feito essencialmente através de contacto direto e para avaliação por parte dos atletas é mais utilizado o questionário online, enquanto a avaliação dos voluntários é realizada presencialmente.

6. Referências bibliográficas

- Cardeira, I., & Nunes, P. (2012). Os eventos desportivos como plataforma entre o desporto e o desenvolvimento humano. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 2, 56-63.
- Dias, P. (2006). Os Grandes Eventos Desportivos: análise das vertentes políticas, económicas, sociais e organizacionais. (Tese de mestrado) Universidade do Porto.
- Ferreira, A. R. A. (2018). Impacto dos eventos desportivos internacionais no turismo regional: Um estudo de caso (Tese de Doutoramento) Universidade dos Açores.
- Oliveira, C. D. C. C. (2019). Planeamento de segurança de grandes eventos: estudo de caso-Web Summit 2018 (Tese de mestrado) Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pascoal, J., & Gustavo, N. (2017). Turismo de eventos desportivos como alavanca estratégica para o desenvolvimento e o posicionamento de um destino turístico: caso dos X jogos africanos Maputo 2011 (Moçambique). *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28), 985-1001.
- Sarmiento, J. P., Pinto, A., Silva, C., & Pedroso, C. A. M. Q. (2011). O evento desportivo: etapas, fases e operações. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 1(2), 78-96.

Participação desportiva informal na cidade do Porto: estudo misto sobre as barreiras intrapessoais, interpessoais e estruturais

Camilla Oliveira Silva¹; Luísa Ávila da Costa^{2, 3}; Vitor Sobral¹; Renata Lucena Borges¹; Alan Ferreira⁴

¹Universidade da Maia

²CIFI2D: Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto - ³Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

⁴Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém
camilla.gomest@gmail.com

1. Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) afirma que a participação em atividades físicas e desportivas é fundamental para a manutenção do bem-estar físico e mental das pessoas, pois ajuda no controle do desenvolvimento de algumas doenças crónicas e reduz quadros de depressão e ansiedade. Portugal tem apresentado dados preocupantes no contexto da prática desportiva. Segundo o Eurobarómetro (2022), é um dos países que apresenta um baixo índice da prática desportiva, onde 75% dos portugueses, com mais de 15 anos, assumiram nunca terem praticado nenhum desporto.

2. Palavras-chave

Gestão do desporto; Políticas públicas; Participação desportiva; Infraestrutura desportiva; Município.

3. Objetivos: Identificar e descrever as barreiras à participação desportiva informal no concelho do Porto.

4. Revisão de literatura

Segundo Crawford (1991), as barreiras ou constrangimentos que restringem as populações da prática desportiva não estão ligadas apenas às preferências dos indivíduos, e sim, ao contexto mais amplo, definido como barreiras intrapessoais, interpessoais e estruturais. Nesse sentido, pesquisas sobre os fatores que afetam negativamente a participação desportiva, como barreiras ou constrangimentos, podem colaborar profundamente para que o acesso a equipamentos, infraestruturas, programas e eventos desportivos seja ampliado e adequado às necessidades da população. Contudo, cria impacto positivo de médio e longo prazo, tanto na participação formal, como também na participação desportiva informal.

5. Metodologia

Por meio de métodos mistos (Grix, 2018), foi realizada uma pesquisa com residentes do concelho do Porto, praticantes e não praticantes de desporto informal (Jeanes, 2019). Para a pesquisa qualitativa foram utilizadas as técnicas e procedimentos dos grupos focais em sete diferentes sessões. Cada grupo foi composto por 5 ou 6 indivíduos, sendo a amostra final de 39 sujeitos. Nesta etapa, a recolha de dados e a condução das sessões foi realizado por meio de um guião dividido em quatro partes: (I) Características da prática desportiva; (II) Motivações para a prática; (III) Barreiras; (IV) Melhorias que o Município pode implementar. Para a pesquisa quantitativa foi utilizado um questionário aplicado a uma amostra de 502 residentes (praticantes e não-praticantes). Nesta etapa, o inquérito abrangia cinco temáticas: (I) Características da prática desportiva; (II) Identificação das razões para a prática; (III) Identificação das barreiras; (IV) Identificação das oportunidades de prática no Município; (V) Características dos participantes do estudo. Para análise dos dados quantitativos foram utilizados os procedimentos de análise descritiva e inferencial (Testes T e ANOVA; $p < 0,05$) para comparar os resultados da amostra estudada. Já para análise dos dados qualitativos, foi realizada análise de conteúdo e análise temática para identificar e compreender as barreiras.

6. Resultados e discussão

Segundo os cidadãos do município estudado, a prática desportiva informal está associada ao melhor custo benefício, à flexibilidade e espontaneidade em relação aos compromissos e horários; à proximidade de locais que fazem parte da rotina diária (escola, trabalho); e à diversidade nas oportunidades de prática. As principais barreiras para a prática desportiva apontadas, a partir dos dados quantitativos, tanto para os praticantes e não praticantes, foram as barreiras intrapessoais (falta de tempo), estruturais (horários disponíveis) e interpessoais (falta de dinheiro). Destacou-se ainda, entre os não praticantes, além da "falta de tempo", a "falta de informações das infraestruturas e programas" e "horários disponíveis nas instalações". Os fatores estruturais são os que mais se destacam tanto entre os praticantes como entre os não-praticantes, mas sem diferenças estatisticamente significativas entre os resultados das amostras. A análise de conteúdo dos grupos focais complementa o conhecimento obtido por meio dos inquéritos, uma vez que destacaram-se temas como: falta de conhecimento da oferta existente, falta de divulgação ou da dificuldade de acesso à informação sobre a oferta desportiva do município, além da falta de atratividade das infraestruturas, nomeadamente a estética, a conservação e a segurança das

instalações. De acordo com a literatura, as barreiras à prática desportiva são multifatoriais, por isso as redes de convívio e as informações sobre as infraestruturas e oferta de programas desportivos podem colaborar com o conhecimento e com o primeiro contacto com a oferta (Jenkin, 2018; Fridberg, 2010).

7. Conclusões e implicações

Os praticantes (e não-praticantes) de desporto informal da cidade do Porto referem como principais barreiras à prática, a falta de informação, a baixa atratividade das infraestruturas, além da falta de dinheiro e tempo. A identificação e caracterização dessas barreiras pode facilitar a implementação de estratégias e políticas públicas destinadas a aumentar a participação desportiva informal. A partir desses resultados, a entidade responsável pelo fomento da prática desportiva no Município pode tomar medidas para reduzir as barreiras identificadas, como ampliação e adequação da comunicação sobre a oferta desportiva e o investimento na atratividade das instalações, como por exemplo a melhoria da iluminação. Este estudo complementa o conhecimento da área de gestão do desporto ao identificar que barreiras estruturais, como a estética das instalações, podem colaborar negativamente com a participação desportiva informal.

8. Referências bibliográficas

- Crawford, D., Jackson, E., & Godbey, G. (1991). A hierarchical model of leisure constraints. *Leisure Sciences*, 13, 309-32
- Downward, P., Lera-Lopez, F., & Rasciute, S. (2014). The correlates of sports participation in Europe. *European journal of sport science*, 14(6), 592-602.
- Eurobarómetro - European Commission. (2022). Special Eurobarometer 472 on Sport and physical activity. <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2164>
- Grix, J., Lindsey, I., Bosscher, V. D., & Bloyce, D. (2018). Theory and methods in sport policy and politics research. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 10(04), 615-620.
- Jeanes, R., Spaaij, R., Penney, D. & O'Connor, J. (2019). Managing informal sport participation: tensions and opportunities, *International Journal of Sport Policy and Politics*, 11:1, 79-95, <https://doi.org/10.1080/19406940.2018.1479285>
- Rodrigues, D., Padez, C., & Machado-Rodrigues, A. M. (2018). Active parents, active children: The importance of parental organized physical activity in children's extracurricular sport participation. *Journal of Child Health Care*, 22(1), 159-170.

Barreiras sociais à prática desportiva por pessoas com deficiência: uma revisão integrativa no âmbito da gestão do desporto

Inês Viegas; Tiago Ribeiro; Ana Santos

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

inesvilardeboviegas@gmail.com

1. Introdução

De acordo com Djjobova & Kirilova (2021), “O desporto para pessoas com deficiência surgiu e cresceu muito em popularidade nas últimas décadas, à medida que as pessoas com deficiência melhoraram os seus direitos, status, perceções de oportunidades na sociedade e acesso ao desporto como um direito humano essencial”. Apesar disto, nem todas as pessoas têm o mesmo acesso à prática de desporto e atividade física. O estudo das barreiras sociais não é totalmente novo para a investigação, alguns autores já se referiram a barreiras sociais nos seus estudos, mas sem uma estrutura conceptual devidamente estruturada.

2. Palavras-chave

Barreiras sociais; Pessoa com deficiência; Gestor do desporto; Acessibilidade; Organizacional.

3. Objetivos

O nosso estudo pretende identificar e categorizar as barreiras sociais que limitam o acesso à prática desportiva por pessoas com deficiência, explorando o papel social dos gestores de desporto. Através de uma revisão integrativa da literatura analisou-se o estado da arte no que diz respeito às barreiras sociais de forma a descrever e explorar criticamente a literatura relativa às barreiras sociais à prática desportiva por pessoas com deficiência.

4. Revisão de literatura

De acordo com (Djjobova & Kirilova, 2021), “o desporto tem sido utilizado como forma de conquistar direitos, estender oportunidades de participação na vida social e na sociedade de forma geral, bem como entendido como um direito essencial”. As pessoas com deficiência enfrentam barreiras à prática desportiva (Cottingham et al., 2016) que dificultam, limitam ou impedem a participação. A literatura contemporânea tem estudado estas barreiras. No entanto, estudos anteriores não se identificam ou se referem a estas da mesma forma. Já foram identificadas barreiras e facilitadores percecionados da prática de atividade física, dividem-se em tipos de barreiras: como por exemplo as sociais e as relacionadas com políticas e programas (Shields et al., 2012). Além destas barreiras, as pessoas com deficiência enfrentam barreiras em outras áreas

de cidadania por políticas (Misener & Darcy, 2014) ou programas inadequados (García et al., 2017). Conforme observado por (Must et al., 2015) estas barreiras limitam as oportunidades à atividade física e ao exercício estruturado e não estruturado. Baseado no modelo social de deficiência (MSD; Shakespeare, 2006), procuramos identificar e analisar as barreiras sociais, levando ao entendimento dos gaps e barreiras que influenciam a participação (Rowe et al., 2012) e a procurar soluções para a remoção das mesmas.

5. Metodologia

Foi utilizado um método de 5 passos para revisão integrativa, proposto por Whitemore & Knafl (2005): Identificação do problema, pesquisa de literatura, avaliação de dados, análise de dados e apresentação. O primeiro passo para identificar o tema e a problemática em estudo. No segundo passo foram estabelecidos critérios de pesquisa: 4 bases de dados (Web of Science, Science Direct, SPORT Discus and EBSCO), 3 palavras chave (Disability Sport, Social Barriers and Constraints) e os critérios de refinamento (documentos entre janeiro de 2000 e dezembro de 2022, em inglês ou português e revistos por pares). No terceiro passo foram identificados os critérios de inclusão e exclusão (artigos com o termo “social barrier*” no resumo e que se referissem a desporto e a deficiência), foi feita uma pesquisa específica (em revistas da gestão do desporto) e ancestral (documentos europeus relacionados co a acessibilidade para pessoas com deficiência). No quarto passo foi feita a revisão da seleção final de documentos. O passo cinco trata da apresentação de resultados.

6. Resultados e discussão

De acordo com o processo de revisão integrativa foram selecionados 44 artigos que passaram pela correspondência entre 1-3 critérios de inclusão/exclusão. Os resultados demonstram que desde 2011 foi dada maior atenção ao tema e mais consistentemente a partir de 2015. A maioria dos estudos aconteceu na Europa ou na América do Norte (62,2%). Mais de metade da investigação utilizou métodos qualitativos (68,2%), destacando principalmente o modelo social de deficiência como teoria de suporte. No total, foram identificadas 68 barreiras sociais, agrupadas, numa primeira fase, em 30 tipologias e onde se incluem, por exemplo, falta de educação e treino (11,76%), falta de apoio social (10,29%), atitudes negativas (17,75%) ou a falta de políticas nacionais para a deficiência (1,47%). Assim, através da definição abrangente deste conceito e da sua categorização em diferentes tipologias e níveis de intervenção, espera-se contribuir para a literatura em gestão do desporto por meio da criação de um quadro conceptual.

Na sequência desta RIL, serão ainda analisados documentos oficiais sobre o tema e efetuadas entrevistas em profundidade com participantes de múltiplas deficiências, de como forma de criar propostas de intervenção no âmbito da gestão do desporto.

7. Conclusões e implicações

Este estudo permite contribuir para a literatura de duas formas: a) definir o conceito de barreiras sociais no contexto da prática de atividade física e b) categorizar as barreiras sociais em diferentes tipologias. Do ponto de vista teórico importa destacar que o modelo social de deficiência (MSD) permitiu observar as limitações de pessoas com deficiência a partir de barreiras dentro da sociedade (Shakespeare, 2013). Com base no MSD foi possível conceptualizar a deficiência como uma construção social complexa resultante das barreiras físicas, sociais e atitudinais presentes na sociedade e, em particular, na sociedade Portuguesa. Do ponto de vista gerencial, importa destacar a necessidade de criar novas políticas e melhores formas de acesso à prática desportiva por pessoas com deficiência, sustentada no papel do gestor do desporto, como elemento central no processo de prevenção, gestão e eliminação de barreiras sociais nas organizações desportivas nacionais.

8. Referências (as seis principais referências bibliográficas utilizadas)

- Bodde, A. E., & Seo, D.-C. (2009). A review of social and environmental barriers to physical activity for adults with intellectual disabilities. *Disability and Health Journal*, 2(2), 57–66. <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2008.11.004>
- Craig, P. J., Barcelona, B., Aytur, S., Amato, J., & Young, S. J. (2019). Using Inclusive Sport for Social Change in Malawi, Africa. *Therapeutic Recreation Journal*, 53(3), 244–263. <https://doi.org/10.18666/TRJ-2019-V53-I3-9720>
- Dattilo, J. (2018). An Education Model to Promote Inclusive Leisure Services. *The Journal of Park and Recreation Administration*, 36(2), 177–195. <https://doi.org/10.18666/JPRA-2018-V36-I2-8447>
- Hasan, A. M. R., Rashid, Md. H., Smith, G., Selim, M. A., & Rasheed, S. (2020). Challenges of promoting physical activity among school children in urban Bangladesh: A qualitative inquiry. *PLOS ONE*, 15(3), e0230321. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230321>
- Martin, J. J. (2013). Benefits and barriers to physical activity for individuals with disabilities: A social-relational model of disability perspective. *Disability and Rehabilitation*, 35(24), 2030–2037. <https://doi.org/10.3109/09638288.2013.802377>

Shakespeare, T. (2006). The disability studies reader—The Social Model of Disability. *2nd Edition, Chapter 16.*

Abandono da carreira de árbitros no futebol

Dinis Silva¹; Alfredo Silva^{2, 3}

¹Universidade de Évora

²Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém

³Centro de Investigação em Qualidade de Vida

dinisilva1@hotmail.com

1. Introdução

No desporto competitivo institucionalizado, o árbitro é o elemento que fiscaliza e faz cumprir as leis de jogo, intervindo sempre que as mesmas sejam violadas e em diversas outras situações previstas nos regulamentos. A arbitragem é encarada como sendo uma atividade complexa, difícil, dura e ingrata, sendo mesmo, a menos reconhecida, apoiada e talvez compreendida no âmbito das competições desportivas, sejam elas ao nível local, internacional, jovens ou seniores. De acordo com Gomes (2023) nos últimos anos têm sido mostrados dados de uma redução do número de árbitros e atualmente, mais de metade das Associações a nível nacional não consegue dar resposta ao número de jogos existentes, pois não existem árbitros suficientes, pese embora todos os anos sejam formados árbitros nos cursos de arbitragem. A governação da arbitragem do futebol fornece uma fonte essencial de direção para esse setor e para o propósito das organizações responsáveis pela organização das competições. Por outro lado, uma gestão racional e esclarecida destes recursos humanos do desporto irá proporcionar um sistema de arbitragem mais capaz de cumprir a sua missão.

2. Palavras-chave

Abandono, Árbitros, Carreira desportiva, Futebol, Gestão desporto

3. Objetivos

Realizar uma breve revisão da literatura sobre o tema do nível de abandono dos árbitros de futebol e da identificação dos motivos que levam os árbitros de futebol das categorias nacional e distrital a abandonar a atividade de arbitragem.

4. Revisão de literatura

A falta significativa de árbitros de futebol nos dias de hoje pode explicar-se pela ausência de conhecimento especializado sobre o contexto do exercício da atividade de árbitro e pela reduzida compreensão da importância dos fatores que estão na origem do abandono da atividade.

A atividade de arbitragem é considerada uma atividade muito stressante para os árbitros, com impactos profundos na saúde global, mental, no desempenho, na satisfação com a atividade e com efeitos sobre as intenções de abandono. De tal modo que é defendido por Oliveira (2018) que o contexto de atuação do árbitro está associado a diversas condições que podem causar stress, associado à necessidade de manter o controlo emocional frente ao comportamento dos treinadores e atletas. Esta sobrecarga pode levá-los à exaustão profissional (*burnout*).

Segundo Cleland (2018) que se debruçou sobre o impacto e a eficácia que o programa Respect teve nos árbitros, muitos deles desistem da arbitragem em consequência do mau comportamento dos jogadores, treinadores, espetadores e pais, principalmente os árbitros mais novos.

Para Dell (2016) que investigou os fatores que influenciam a intenção do árbitro abandonar o jogo, as situações de ambiente violento a que estes estão sujeitos por parte dos jogadores e espetadores tem um impacto generalizado e destrutivo, contribuindo para que abandonem a carreira. Esta diminuição do número de árbitros, segundo Dell (2016), acaba por ter custos, quer para o próprio árbitro cujo rendimento pessoal decresce, quer para a organização que investiu na sua formação. A análise dos resultados do seu estudo aponta três dimensões que contribuem para o abandono: fatores organizacionais, de jogo e pessoais.

Os autores dos artigos recomendam algumas políticas de gestão que devem ser tomadas, tais como, a erradicação de comportamentos agressivos, Cleland (2018), o desenvolvimento de ações que intervenham a nível psicológico, Oliveira (2018) e a promoção de ações de formação que incluam temas mais relevantes, como por exemplo, a gestão de conflitos, Dell (2016).

5. Metodologia

A metodologia utilizada para a seleção dos artigos que conduziram à breve revisão da literatura incidiu em várias pesquisas nas bases de dados da *b-on*, *researchgate* e *web of science*. Foram filtradas nas opções de pesquisa, artigos publicados nos últimos 10 anos, garantindo a atualidade da literatura e utilizados os seguintes termos: “abandonment football referees”, “reasons abandonment referees” e “Sport management”. No conjunto das bases de dados utilizadas foram encontrados 43 artigos relacionados com o tema central da investigação, tendo sido selecionados os mais relevantes.

6. Resultados e discussão

No estudo de Dell (2016) os fatores organizacionais foram a área chave que os árbitros sentiram que mais influenciou a sua intenção de abandonar a carreira desportiva, apontando a falta de

apoio por parte da organização e de feedback sobre o seu desempenho que acaba por restringir a progressão na carreira, assim como a formação inadequada porque não os prepara para lidar com situações de conflito. Nos fatores de jogo a intimidação física foi a mais destacada, embora também façam referência à intimidação psicológica que lhes provocou perda de autoconfiança, aumento dos níveis de ansiedade e baixa autoconfiança. Os fatores pessoais estão relacionados com a motivação do árbitro dentro de campo, preparação física e ocorrência de abusos, cujas consequências afetam o seu bem-estar pessoal.

No estudo de Cleland (2018) 17% dos árbitros abandonaram a arbitragem em Inglaterra, principalmente na faixa etária dos 14 aos 18 anos, que embora tendo o nível mais elevado de recrutamento de árbitros também tem o nível mais elevado de abandono.

18,9% de árbitros disseram ter sido vítimas de abuso físico, apesar da Federação promover a eliminação de abusos. Os incidentes contínuos de abuso verbal e físico contribuíram para que os árbitros deixassem a sua carreira.

Ao estarem sujeitos a tanta pressão acabam por desenvolver sentimentos de insegurança, isolamento, vulnerabilidade, medo, desmotivação, baixa autoestima, ansiedade, stress, entre outros, que pode muitas vezes levar ao burnout, de acordo com Oliveira (2018).

A redução de árbitros no futebol deve-se sobretudo a situações de agressão, intimidação psicológica e à integridade física através de abusos verbais, que causam situações de stress com impacto na saúde mental e repercussões no seu nível de desempenho, levando-os a abandonar a carreira, pois sofrem cobranças sobre o seu desempenho e se cometem erros são considerados os culpados pelo mau resultado da equipa, no entanto, quando têm um bom desempenho raramente são reconhecidos.

7. Conclusões e implicações

No estudo de Cleland (2018) é reconhecido pela FA (Associação Nacional de Futebol de Inglaterra) que os novos árbitros acompanhem um árbitro mais experiente para terem ideia de como gerir momentos de pressão, confrontos e situações difíceis dentro e fora do campo para uma melhor gestão dos recursos humanos. No plano da gestão do desporto e do sistema de arbitragem têm sido sugeridas ações associadas ao incremento dos níveis motivacionais dos árbitros, à melhoria das metodologias do treino físico e à implementação de assessores nos órgãos de arbitragem (Dell, 2016). As investigações (Oliveira, 2018) têm também recomendado, pelo menos uma vez por época, o fornecimento de avaliações objetivas de melhoria sobre o desempenho dos árbitros que os ajudará, por um lado no desenvolvimento pessoal e por outro,

no desenvolvimento da carreira, contribuindo assim para os níveis de bem-estar e de desempenho dos árbitros.

8. Referências bibliográficas

- Clelland, J., O’Gorman, J., & Webb, T. (2018). Respect? An investigation into the experience of referees in association football. *International Review for the Sociology of Sport*, 53(8), 960-974. <https://doi.org/10.1177/1012690216687979>
- Dell, C., Gervis, M., & Rhind, D. J.A (2016). Factors influencing soccer referee’s intentions to quit the game. *Soccer & Society*, 17(1), 109-119. <https://doi.org/10.1080/14660970.2014.919275>
- Gomes, D. (2023, janeiro 5). Nem 5 mil árbitros existem em Portugal, menos do que no final dos anos 90, mas os cursos de arbitragem ainda não são gratuitos. *Tribuna Expresso*. <https://tribuna.expresso.pt/opiniao/2023-01-05>
- Oliveira, A. B., Penna, Pires, E. M., & Alvarez, D. (2018). Síndrome de Burnout em Árbitros de Futebol, *Revista de Psicologia del Deporte*, 27(4, Supp,1), 31-36. <https://psycnet.apa.org/record/2018-28945-004>
- Sarmiento, H., & Pereira, A. (2014). O árbitro de futebol: representações, apoios e constrangimentos. In Montiel, A., Pina, J., & Pereira, V. *A Ciência da Arbitragem em Portugal*, 109-117.

Organizações desportivas e profissões do desporto na Região Autónoma da Madeira: será que as pessoas que trabalham no contexto do desporto e/ou exercício físico têm uma profissão digna e reconhecida?

Rodrigo Sousa¹; Joana Viveiros¹; Jorge Soares^{1, 2}

¹Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira

²Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação em Turismo

rodrigossousa252@gmail.com

1. Introdução

O aumento da procura e da oferta da atividade desportiva gerou oportunidades laborais, mas também desafios para os profissionais e as organizações desportivas que operam no desporto. Neste contexto tem-se assistido a um aumento de profissões entre as quais a de treinador desportivo e a de técnico especialista de exercício físico. Este estudo centra-se nas profissões de desporto e da atividade física na Região Autónoma da Madeira (RAM) e na questão fundamental em saber se essas profissões são devidamente reconhecidas e dignificadas.

2. Palavras-chave

Profissões Desportivas; Reconhecimento Laboral; Dignidade; Precariedade; *Governance*.

3. Objetivos

Este estudo tem como objetivo principal analisar as profissões desportivas na RAM no sentido de entender o reconhecimento e a dignidade laboral.

4. Revisão da literatura

O conceito de trabalho digno (TD) visa promover e criar justiça laboral através das condições adequadas, uma remuneração justa e maior proteção social (ILO, 1999). No contexto do desporto profissional, os direitos humanos e as condições laborais têm merecido alguma atenção por parte da Organização Internacional do Trabalho (ILO). A especificidade e a autonomia do desporto são evidentes nas leis que regem os atletas e as características do desporto profissional nas organizações desportivas (Smith, & Stewart, 2010). Diversas questões laborais relacionadas com os atletas são regidas pelas federações desportivas que muitas vezes são reguladas como operando separadamente da legislação laboral sob o conceito da chamada “exceção desportiva” (ILO, 2019, p. 2). O direito do desporto é também uma área específica emergente do direito que tem tentado posicionar-se como um campo do direito autónomo (Buy, Marmayou, & Porachhia, 2020; Mestre, 2019).

Para promover o reconhecimento e a dignidade dessas profissões é vital haver um esforço conjunto que envolva treinadores, associações e demais envolvidos. A ILO (2019) define sete dimensões de precariedade laboral, abrangendo a falta de oportunidades de emprego, facilidade de demissão, impossibilidade de continuidade por falta de qualificações, condições precárias, acesso limitado à formação, incerteza na remuneração e falta de direitos.

5. Metodologia

Participaram voluntariamente e anonimamente 363 colaboradores que tinham um vínculo com uma organização desportiva e que trabalhavam, pelo menos, há seis meses, nas ilhas da Madeira e do Porto Santo. Estes exerciam funções em clubes, associações, federações, sociedades anónimas, empresas, direção de serviços do desporto escolar; escolas públicas e privadas que integravam professores no desporto escolar; gabinete ou departamento autárquico de desporto e trabalhadores por conta própria. Os dados foram coletados em 2019 através *Decent Work Questionnaire* (QTD) (Ferraro et. al, 2016). O QTD contém dados sobre a situação laboral e 31 itens em 7 dimensões: a) Princípios e valores fundamentais no trabalho; b) Tempo e carga de trabalho adequados; c) Trabalho realizante e produtivo; d) Retribuição significativa para o exercício da cidadania; e) Proteção social; f) Oportunidades; g) Saúde e segurança. Foi utilizada a escala de *Likert* de 5 pontos para avaliar a concordância das respostas, as tabelas de estatística descritiva, tabelas de frequências, gráficos de barras e a ANOVA para um nível de significância de 0,05.

6. Resultados e discussão

A atividade laboral ligada à função pública é bastante expressiva com 44% (159 respostas), seguindo-se o trabalhador por conta de outrem com 27,4% (99 respostas) e o profissional liberal com 12% (45 respostas). No entanto o cargo profissional com mais escolhas foi o de treinador desportivo com 21,8%, seguindo-se o de professor do desporto escolar 14,9%, o de diretor técnico desportivo com 10,5%, o de técnico especialista de exercício físico com 10,3%. A gestão do desporto registou uma percentagem de 11,1%.

O vínculo laboral dos profissionais é diverso: 45,5% são considerados efetivos, enquanto 33,3% são prestadores de serviço à tarefa e 16% são contratados. Em concordância, as dimensões proteção social e segurança são as que apresentam resultados mais baixos. O vencimento líquido mensal dos profissionais é variável e está alinhado com os cargos profissionais e a natureza do

vínculo. Os vencimentos também são relativamente baixos, pois 53,1% respondentes situam-se abaixo dos 1000,00€ mensais, sendo que deste valor, 25,6% recebe abaixo dos 592,00€.

Sobre a questão: "O que ganho com o meu trabalho permite-me viver com dignidade e autonomia?" os resultados mostram que 34.2% concordaram moderadamente com esta afirmação, enquanto 28.1% concordaram pouco.

7. Conclusões e implicações

O associativismo desportivo absorve a maioria dos profissionais, seguindo-se a administração pública e as empresas. A profissão mais encontrada no grupo de estudo foi a de treinador desportivo com uma percentagem de 22% e pode ser explicada pelo facto de haver uma acumulação nos cargos ligados ao desporto e, ainda, ser parcamente profissionalizada, quanto ao número de horas e ao reconhecimento social da profissão.

Quanto ao vínculo laboral aponta para a instabilidade e precariedade laboral. A diversidade das horas de trabalho semanal, com elevado desvio padrão, corroboram esta conclusão, bem como os valores encontrados nos reduzidos vencimentos, apesar de as habilitações escolares, apontarem para a predominância da formação superior e especializada. Em termos de implicações, destaca-se a importância da regulamentação das profissões desportivas e da valorização do desporto como atividade laboral. As organizações responsáveis podem beneficiar se valorizarem as condições de trabalho, aumentarem a satisfação e o bem-estar dos profissionais.

8. Referências bibliográficas

- Buy, F, Marmayou, J.M & Porachhia, D. (2020). *Droit du Sport*, Six Edition, L.G.D.J., Paris.
- Ferraro, T., Pais, L., Dos Santos, N. R., & Moreira, J. M. (2016). The Decent Work Questionnaire (DWQ): Development and validation in two samples of knowledge workers. *International Labour Review*. doi:10.1111/ilr.12039
- International Labour Organization (2019). *Decent work in the world of sport*. Issue's paper for discussion at the Global Dialogue Forum on Decent Work in the World of Sport (Geneva, 20–22 January 2020), Geneva: International Labour Office
- International Labour Organization (ILO) (1999). *Decent work*. Report of the director-general at 87th. session of International Labour Conference. Geneva: International Labour Office
- Mestre, A. (2019). *Enciclopédia de Direito do Desporto*. Gestlegal, 1^a edição, Coimbra

Smith, A. & Stewart, B. (2010). The special features of sport: A critical revisit. *Sport Management Review* 13, 1–13. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2009.07.002>

O papel do gestor no envolvimento parental no desporto

Pedro Bettencourt¹, Gastão Sousa^{1, 2}

¹ Universidade da Maia

² *Research Center for Business Sciences (NECE), University of Beira Interior*
bettencourtchaves@gmail.com

1. Introdução

O desenvolvimento desportivo do atleta a longo prazo é, cada vez mais, uma preocupação de estruturas e intervenientes dentro das organizações desportivas (Lauder & Piltz, 2013). No entanto, em Portugal, continua-se a assistir a um aumento dos casos de violência no desporto em que os pais dos jovens atletas têm comportamentos desajustados ao contexto em que se encontram. A investigação académica destaca o envolvimento parental como um fator que influencia fortemente o desempenho como o desenvolvimento do atleta (Boiché & Sarrazin, 2009; Dorsch et al., 2009), mas não se tem debruçado sobre os efeitos que a atividade do gestor desportivo pode ter nestas situações. Apesar de existirem fatores que não são controláveis pela estrutura diretiva da organização desportiva, há margem para apostar não só na formação e qualidade dessa estrutura, mas também em estratégias e programas direcionados para os pais e para o seu papel no processo de desenvolvimento desportivo dos filhos. O gestor desportivo pode assumir aqui um papel de relevo, na medida em que poderá potencializar o desenvolvimento das estruturas e elaborar programas para serem promovidos junto dos diferentes intervenientes, servindo como intermediário na promoção de um melhor ambiente e, consequentemente, beneficiar o desenvolvimento desportivo do atleta.

2. Palavras-chave

Violência no Desporto; Desenvolvimento Desportivo do Atleta; Envolvimento Parental; Ambiente Desportivo; Gestor do Desporto

3. Objetivos

Este estudo procura responder à seguinte questão: "Qual é o papel dos gestores desportivos na promoção do envolvimento parental no desporto juvenil?", e guia-se por três objetivos:

- Identificar os fatores que influenciam o envolvimento parental no processo de desenvolvimento desportivo do atleta;
- Compreender qual poderá ser o papel do gestor desportivo em cada um destes fatores;
- Propor uma abordagem de gestão útil para as organizações desportivas poderem promover o envolvimento parental de forma positiva.

4. Revisão de literatura

O atleta deve ser visto de forma holística, para além daquilo que é o seu desempenho dentro do campo, e consideradas diferentes dimensões: atlética, financeira, psicológica, psicossocial, académica. Esta visão pode e deve englobar o núcleo familiar, o clube, os seus dirigentes, os treinadores, árbitros e, acima de tudo, a relação com e entre todos estes agentes. O envolvimento parental pode ser definido por diversas atividades e interações, podendo acontecer de forma direta no contexto desportivo, ou, de forma indireta, fora do clube. Sabe-se que os pais desempenham um papel determinante na socialização desportiva das crianças e contribuem para o desenvolvimento psicológico das mesmas na participação desportiva (Dorsch et al., 2009). São os primeiros agentes de socialização da criança ou jovem atleta, uma vez que proporcionam as primeiras oportunidades para a prática desportiva, ajudando a mantê-las ou a provocando o abandono desportivo (Boiché & Sarrazin, 2009). Por outro lado, comportamentos diretivos e instruções ativas, em excesso por parte dos EE estão ligados a um aumento dos níveis de ansiedade, pressão percebida e o afastamento do desporto (Bois et al., 2009). O papel do gestor no desporto juvenil é fundamental para garantir que os jovens atletas tenham acesso a uma experiência desportiva de uma forma saudável e positiva (Lauder & Piltz, 2013), assumindo-se como agente multifacetado, que poderá atuar na promoção do envolvimento parental positivo.

5. Metodologia

A revisão sistemática da literatura seguiu a estrutura PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) (Moher et al., 2009). Foram incluídos artigos empíricos, entre 2000 e 2023, qualitativos, quantitativos ou mistos, relacionados com os papéis do gestor do desporto e fatores que influenciam o envolvimento parental. Foram utilizadas 4 bases de dados, tendo sido selecionados 633 artigos. Destes, 30 foram selecionados para análise, tendo-se recorrido a análise temática (Braun & Clarke, 2006).

6. Resultados e discussão

Na dimensão “Estrutura”, identificaram-se fatores relacionados com a “Qualidade”, como o apoio dado pela organização, a comunicação que é feita entre os diferentes intervenientes, e fatores de liderança. A nível da dimensão “Social”, surgem fatores relacionados com o comportamento parental e com a influência das relações e interações entre os diferentes intervenientes. Estas duas dimensões, apesar de distintas, acabam por se relacionar entre si. Os fatores sociais, estando mais relacionados com comportamentos e relações, exigem um trabalho

robusto que permita capacitar e educar os diferentes intervenientes para as dimensões que o gestor e outros especialistas identifiquem como necessárias a desenvolver. Por outro lado, os fatores estruturais permitem ao gestor ter uma perspetiva daquilo que são as expectativas dos pais em relação à estrutura, exigindo um trabalho constante de monitorização e avaliação do que é feito na estrutura que possa promover o envolvimento parental de forma positiva.

7. Conclusões e implicações

O gestor do desporto assume um papel fundamental, não só por poder servir de intermediário na comunicação, mas também ao assegurar a segurança das instalações e liderar abordagens inovadoras que tragam mudança efetiva no contexto em que está inserido (Bowman, 1990). As organizações desportivas devem passar por processos de avaliação e ser atualizadas com aquilo que os pais, atletas, e a própria estrutura, pensam ser necessário. O gestor deve desenvolver um plano de comunicação estruturado, para que os pais não percam informações relevantes e não se sintam de parte (Horne et al., 2022a). A criação de workshops e palestras é fundamental também para fortalecer o conhecimento dos pais de como se envolver corretamente no desporto dos filhos. Por fim, ainda é importante priorizar o gestor do desporto nas organizações, pois este deve colaborar para a definição de metas e objetivos da organização e desta forma promover e implementar estratégias que atraiam e captem novos atletas, através de uma mensagem que procure promover um ambiente saudável para a prática desportiva e que apoie o desenvolvimento desportivo a longo prazo.

8. Referências bibliográficas

- Dorsch, T. E., Smith, A. L., & McDonough, M. H. (2009). Parents' Perceptions of Child-to-Parent Socialization in Organized Youth Sport. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 31(4), 444–468.
- Boiché, J. C., & Sarrazin, P. G. (2009). Proximal and distal factors associated with dropout versus maintained participation in organized sport. *Journal of Sports Science & Medicine*, 9, 8–1.
- Lauder, A. G., & Piltz, W. (2013). *Play practice: Engaging and developing skilled players from beginner to elite* (Human Kinetics.).
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097.

Bowman, E. H. (1990). Strategy changes: possible worlds and actual minds. In Perspectives on Strategic Management, 6, 9–37.

O reconhecimento público das profissões da gestão de desporto

Abel Santos, Félix Romero

Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém

Centro de Investigação em Qualidade de Vida (CIEQV)

abelsantos@esdrm.ipsantarem.pt

1. Introdução

O presente resumo, de um trabalho em desenvolvimento, de natureza exploratória, procurou interpretar o reconhecimento público de profissões de gestão de desporto, na delimitação de Lopes e Pires (2004), a partir da Classificação Portuguesa de Profissões (CPP) (Instituto Nacional de Estatística, 2011) e da *International Standard Classification of Occupations (ISCO)* (International Labour Organization, 2010), tendo como população os membros da Associação Portuguesa de Gestão de Desporto (APOGESD).

2. Palavras-chave

Profissionalização, Profissões, Ocupações, Regulação, Gestão de desporto

3. Objetivos

Pretendeu-se encontrar respostas às seguintes questões de pesquisa: 1. Qual o nível de reconhecimento das profissões de gestão de desporto por quem trabalha na área?; 2. Haverá diferenças entre o reconhecimento público das profissões?; 3. Quem trabalha em diferentes setores do desporto tem um reconhecimento semelhante das profissões? 4. Existem reconhecimentos diferenciados por níveis funcionais dos respondentes?.

4. Revisão de literatura

Na perspetiva estruturalista, Abbot (1991) considera críticos para o desenvolvimento de uma profissão os seguintes aspetos: a existência de capacidade associativa, de controlo sobre a atividade realizada, de entidades formadoras, de condições para se desenvolver continuamente um conhecimento profissional especializado e a existência de organizações com postos de trabalho próprios para a profissão. Como Dowling (2018) argumenta, o gestor de desporto pode ser considerado apenas como uma quase ou semi-profissão. Em qualquer dos casos, o ponto de partida para uma valorização social coletiva é haver legitimidade e reconhecimento público pelo domínio específico de trabalho realizado, tal como discute Abbott (1988). No entanto, cada vez

mais, o Estado tem o principal papel no reconhecimento de uma profissão. No trabalho que desenvolvemos, partimos da sistematização da CPP (Instituto Nacional de Estatística, 2011), em que, através da delimitação das tarefas, funções e contextos descritos, conseguimos interpretar as que, sendo do âmbito da gestão de desporto, o Estado já reconhece, pelo menos como existentes.

5. Metodologia

Foi efetuada uma pesquisa quantitativa, de natureza exploratória, baseada em *survey* autoadministrado (Collis & Hussey, 2003). Definiu-se como população alvo os sócios da APOGESD e por recurso a uma amostra por conveniência, sócios e participantes possíveis de contactar pessoalmente no congresso anual da associação, por intermédio de endereço de correio eletrónico ou expostos à comunicação pelas redes sociais institucionais. O *survey* esteve aberto a respostas, por recurso ao *google forms*, através de link e de QRQ, enviados nos meios de divulgação anteriormente referidos, desde 29 de novembro de 2022 e durante três meses, com três renovações de pedido de resposta, uma por mês. O *survey* foi concebido e constituído pela designação das profissões associadas à gestão de desporto recolhidas na CPP, associando-se outras profissões constantes na *ISCO* que não estavam ainda presentes na classificação nacional. Para além de quatro (4) questões de caracterização sociodemográfica dos respondentes, foram constituídas cinquenta e cinco (55) questões que correspondem ao número de profissões identificadas e adicionalmente uma questão aberta para identificar a designação de outra profissão que o respondente julgasse conhecer e não estivesse listada. Foi garantida a validade de conteúdo e de conceito pela utilização da designação formal da profissão a partir da CPP. A fiabilidade foi verificada com recurso a cinco investigadores da área, havendo consenso sobre todas as questões observadas. Para registo da notoriedade da profissão na área de gestão de desporto, foi utilizada uma escala de Likert de sete (7) itens, ordenada de 1 - reconhece minimamente - a 7 – reconhece plenamente a profissão -. Os inquiridos foram informados, antes do preenchimento, que o questionário era anónimo, que os dados seriam tratados confidencialmente e obtido consentimento esclarecido. O tratamento dos dados foi efetuado por recurso ao SPSS versão 29 (IBM SPSS Statistics) tendo sido utilizadas percentagens, médias $\pm$ desvio padrão, valor mínimo (min) e valor máximo (max). Foi realizada uma análise de clusters utilizando um modelo de classificação hierárquica com o método do vizinho mais afastado para agrupamento das diferentes profissões. As profissões foram agrupadas através dos resultados médios e dos desvios padrão obtidos no inquérito após a respetiva standardização.

A comparação entre níveis funcionais foi feita através de uma Anova one-way, tendo sido utilizado como post-hoc, para localização das diferenças encontradas o teste de Scheffé. Em todos os casos, foi adotado um nível de significância de 0.05.

Responderam 365 pessoas, 301 do sexo masculino (82,5%) e 64 do sexo feminino (17,5%), com idades de $43,9 \pm 11,4$, min 20, máx 75, pertencentes aos seguintes setores: 121 (33,2%) aos Municípios / autarquias; 21 (5,8%) às Empresas municipais / empresas públicas; 25 (6,8%) às Federações / Associações distritais; 87 (23,8%) aos Clubes; 22 (6%) aos Ginásios / academias; 11 (3%) à Administração pública desportiva; 23 (6,3%) às Empresas de turismo desportivo; 18 (4,9%) às Empresas de serviços ou produtos de desporto e 37 (10,1%) ao Ensino/ Formação no desporto.

Por níveis de funções, 21 respondentes (5,8%) trabalham no vértice das organizações; 91 (24,9%) em funções de linha hierárquica intermédia; 160 (43,8%) no centro operacional; 55 (15,1%) são técnicos especialistas; 34 (9,3%) exercem outras funções e 4 (1,1%) não responderam.

6. Resultados e discussão

Sobre o nível de reconhecimento das profissões de gestão de desporto por quem trabalha na área, começámos por constatar que, das 55 profissões avaliadas, as cinco que têm maior reconhecimento público são: Diretor de departamento de desporto (6.10 ± 1.2 ; min1 máx7); Dirigente de clube/ associação desportiva (6.09 ± 1.5 ; min1 máx7); Diretor\ técnico\ de clube (6.07 ± 1.5 ; min1 máx7); Diretor Desportivo de Associações Desportivas (6.2 ± 1.4 min1 máx7); Presidente de clube/ associação desportiva (5.99 ± 1.5 ; min1 máx7).

As cinco que têm menor reconhecimento são: Chefe de assuntos internacionais de desporto (3.60 ± 1.9 ; min1 máx7); Assessor\ de políticas públicas desportivas internacionais (3.79 ± 1.9 ; min1 máx7); Gestor\ de pesquisa/ dados de desporto (3.97 ± 1.8 ; min1 máx7); Consultor\ de política / estratégia para o desporto (4.01 ± 2.0 ; min1 máx7); Gestor\ de sócios (4.05 ± 1.9 ; min1 máx7).

Na identificação das diferenças entre o reconhecimento público das profissões, identificámos 5 grupos de profissões com base na média da valorização obtida e na consensualidade dos resultados.

Quando comparado o reconhecimento das diferentes profissões em função do setor em que os respondentes trabalham não foram identificadas diferenças significativas em nenhuma profissão. A comparação do reconhecimento dado a cada profissão em função dos níveis funcionais dos inquiridos revela que, na grande maioria dos casos, não existem diferenças significativas. Apenas

nas profissões de Gestor de Marketing, Gestor de Comunicação de Desporto, Gestor /diretor de Desenvolvimento Desportivo, Gestor\Diretor de Operações e Secretário Técnico de Clube se verificam existir diferenças significativas entre alguns dos níveis funcionais. Em todos os casos, essas diferenças envolvem sempre os Gestores Estratégicos, que tendem a desvalorizar estas profissões face a outros grupos funcionais, nomeadamente, Técnicos Especialistas e Outras Funções.

7. Conclusões e implicações

Os resultados obtidos permitem interpretar que, embora se identifiquem profissões com maior reconhecimento público, não há diferenças significativas entre os valores médios encontrados para as diversas profissões, mesmo comparando as respostas dos inquiridos por níveis funcionais, em diferentes tipos de setores e organizações desportivas.

O reconhecimento público não poderá ser a condição única para apreciação do valor social de uma profissão (Abbott, 1991). Desta forma, identificadas as profissões, e podendo ser mapeadas quanto ao seu reconhecimento, importa agora interpretar a sua importância quanto ao número de pessoas que a exercem e quanto à sua função no desporto e na sociedade.

8. Referências bibliográficas

Abbott, A. (1988). *The system of professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago University Press.

Abbott, A. (1991). The order of professionalization: An empirical analysis. *Work and occupations*, 18(4), 355-384.

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0730888491018004001>

Chelladurai, P. (2018). Sport management, becoming a profession or being professional: A response to Dowling. *Journal of Global Sport Management*, 3(4), 339-350.
<https://doi.org/10.1080/24704067.2018.1530573>

Dowling, M. (2018). Exploring sport management as an academic profession: A critical review of occupational theory. *Journal of Global Sport Management*, 3(4), 321-338.
<https://doi.org/10.1080/24704067.2018.1457970>

Lopes, J. P. S. R., & Pires, G. (2004). Gestão do Desporto: novos desafios, diferentes soluções. *Povos e Culturas*, (9), 407-430.

Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer à Rede de Escolas com Formação em Desporto do Ensino Superior Politécnico Público (REDESPP), ao Centro de Investigação Em Qualidade de Vida (CIEQV) e à Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD) pelo envolvimento na promoção do estudo.

Trabalhos técnicos de natureza profissional

Inclusão e intervenção técnica e profissional na capacitação através do *surfing*

Bruno Silva^{1, 2}; Marco Areias²; Miguel Silva²; Paulo Santos³; Pedro Fornelos³

¹Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço, Surf Clube de Viana

²Surf Clube de Viana

³APPACDM de Viana do Castelo

silvabruno@esdl.ipvc.pt

1. Introdução

A governança, as boas práticas e a intervenção técnica e profissional desempenham papéis cruciais na abordagem aos desafios enfrentados por indivíduos com deficiências intelectuais, físicas e sensoriais (Bailey & Sweeney, 2022). A governança adequada é essencial para garantir que as intervenções sejam eficazes e alcancem resultados significativos, destacando a necessidade de adotar boas práticas baseadas em evidências para maximizar os benefícios do exercício para a inclusão (Zhang & Ran, 2022). A investigação demonstra que o *surfing* apresenta-se como um meio eficaz para o desenvolvimento de diferentes aspetos das pessoas com deficiência, como meio de empoderamento, melhoria da competência motora e necessariamente a saúde (Cruz et al., 2021; Silva et al., 2020, 2022). Neste sentido, este resumo apresenta um projeto que incorpora esses princípios fundamentais, procurando demonstrar como proporcionou oportunidades significativas de desenvolvimento pessoal e integração comunitária, reconhecendo a importância da governança sólida e da intervenção técnica e profissional tendo por base o *surfing*.

2. Palavras-chave

Inclusão, Exercício Adaptado, Surf Inclusivo, Capacitação, Deficiência Intelectual

3. Objetivos

Capacitar pessoas portadoras de deficiência intelectual e física, através da prática de exercício físico regular (*surfing*) em contacto com a natureza, estimular competências sensoriais e motoras. Contribuir para aumentar os índices de atividade física e sensoriais dos participantes, melhorando as relações interpessoais e integração na sociedade. Capacitar famílias e promover a inclusão profissional assim como tornar a praia mais acessível.

4. Design e descrição da implementação

O projeto envolveu a realização regular de sessões semanais de prática desportiva regular de surfing, de exercício físico e relaxamento, nas instalações do CAR Surf de Viana e da APPACDM de Viana do Castelo, integradas na envolvência dunar costeira de Viana do Castelo, além de 5 workshops para capacitação e autonomia dos participantes, familiares e técnicos da associação (colaboradores e voluntários). As sessões beneficiaram diretamente 214 pessoas, incluindo pessoas com deficiências intelectuais, físicas e sensoriais. O projeto que foi supervisionado e acompanhado por treinadores credenciados pela Federação Portuguesa de Surf, técnicos especializados nas áreas da deficiência e saúde e auxiliares experientes. Desta forma foi possível implementar uma metodologia e solução inovadora de educação informal e não formal através das experiências práticas, workshops e manual de boas práticas de exercício físico e criação de oportunidade de replicação. Por outro lado, foi também promovida a integração profissional de deficiente nos recursos humanos da associação e através das nortas de campo recolher indicadores para a construção de um manual de boas práticas de exercício físico (surfing) para deficientes intelectuais.

5. Resultados

Foram alcançadas alterações positivas e significativas no desenvolvimento físico e motor dos participantes, objetivamente aferidas. No entanto, e de forma subjetivas perceberam-se efeitos psicológicos e sociais, observados no contexto de trabalho diário na instituição, com manifestações positivas nas melhorias do humor, relação com os outros e bem-estar após a prática estruturada. Estes benefícios foram enaltecidos quando da realização dos workshops, onde foi possível perceber que os beneficiários, assistentes e famílias reconheciam a atividade como inovadora, ajustada ao contexto e desenvolvendo novas competências sociais e de autoestima. Foi ainda possível concluir que neste tipo de implementação é importante garantir uma avaliação individualizada, garantindo uma experiência segura e eficaz, assim como técnicos devidamente qualificados e empáticos respeitando uma metodologia de ensino adaptada e que possam criar um ambiente de apoio e incentivo garantindo uma experiência de surfing positiva e inclusiva.

6. Conclusões

Este projeto permitiu demonstrar o potencial do surfing na capacitação de pessoas com deficiência, envolvendo-as em atividades desportivas inclusivas, promovendo seu bem-estar físico e mental e incentivando a sua integração na sociedade. Além disso, permitiu o

desenvolvimento de oportunidade de replicação a população sénior, portadora de degeneração própria da idade.

7. Referências (as seis principais referências bibliográficas utilizadas)

Bailey, R., & Sweeney, R. (2022). Principles and strategies of inclusive physical activity: a European Delphi study. *Journal of Public Health*. <https://doi.org/10.1007/s10389-022-01770-8>

Cruz, G., Silva, B., & Bentes, R. (2021). Training profile and performance in European adaptive surfing athletes. *Advances in Rehabilitation*, 35(2), 9–16. <https://doi.org/10.5114/areh.2021.105878>

Silva, B., Areias, M., Silva, M., Santos, P., & Fornelos, P. (2022). Impact of regular surfing practice on body composition and motor competence levels in people with intellectual disability. *Sport and Physical Activity for All*, 8(0).

Silva, B., Cruz, G., & Bentes, R. (2020). Surfing in Blind Athletes: A Case Study. *Sport and Physical Activity for All*, 6(1). http://fpdd.org/wp-content/uploads/2020/12/7_Surf_Def-Visuais.pdf

Zhang, K., & Ran, B. (2022). Active Health Governance—A Conceptual Framework Based on a Narrative Literature Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(4), 2289. <https://doi.org/10.3390/ijerph19042289>

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer ao Surf Clube de Viana, à APPACDM de Viana do Castelo, a todos os profissionais envolvidos no projeto e em especial aos utentes pelo contributo e aprendizagens ao longo da implementação do projeto.

Financiamento

Este projeto foi apoiado pelo Prémio Capacitar 2021 do BPI e da Fundação "la Caixa".

Artigos Completos

Submissão ao prémio Prof. Albino Maria I&D em Gestão do Desporto

Reestruturação em Centros de Fitness devido à Crise provocada pela COVID-19: Impacto nas Instalações e nos profissionais de fitness

Vanessa Roriz ¹; Celina Gonçalves ²; Maria José Carvalho ³

¹ Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

² Universidade da Maia; Instituto Politécnico de Bragança; Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD)

³ Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIFID2D)
vanessa_roriz@live.com.pt

1. Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a COVID-19 é uma doença provocada pelo vírus Sars-Cov-2, surgiu em 2019 e no ano subsequente pela inexistência de profilaxia disseminou-se mundialmente. No dia 11 de março de 2020 a OMS declarou oficialmente a doença como uma pandemia. Em resposta à crise pandémica, medidas estratégicas de contenção e mitigação foram implementadas globalmente, a vacinação foi introduzida como medida primordial cerca de um ano após a identificação do vírus.

A pandemia provocou períodos em que houve necessidade legal de confinamento e encerramento, estes originaram consequências adversas em todos os setores de negócio. Os Centros de Fitness (CF) também foram afetados, exigindo várias adaptações nas instalações e reajuste de Recursos Humanos (Rh's). O setor do fitness, tem sofrido modificações e evoluído ao longo dos anos, pelo que até ao aparecimento do vírus, assistíamos a um crescimento significativo no setor. De acordo com a Internacional Health, Racquet & Sportsclub Association (IHRSA, 2020), antes do aparecimento da doença, o setor do fitness contava com mais de 184 milhões de praticantes em cerca de 210 mil instalações a nível global. Em Portugal, no ano de 2019, havia 1100 CF com 688, 210 mil praticantes ativos. No entanto, existiu uma diminuição significativa tanto no número de praticantes quanto no número de instalações. Em 2020 e 2021, o país registou apenas 800 CF ativos. Contudo, em 2022, assistiu-se a um aumento de 10% elevando o número de CF para 880, e conseguiu-se superar o número de praticantes ativos em CF, com um total de 691,656 mil praticantes (Pedragosa et al., 2023).

De acordo com Nagel e Martin-Niedecken (2020), o período de confinamento foi fundamental no combate à propagação do vírus, os autores referem ainda, a existência de danos colaterais na saúde como consequência do isolamento. Segundo Gomes (2020), a doença contribuiu para a consciencialização das populações para a importância de um estilo de vida mais saudável e da

necessidade de um sistema imunológico mais forte. Apesar disso, o aparecimento da doença, provocou um aumento da taxa de cancelamento em CF imediato no ano de 2020 e a diminuição na taxa de retenção de membros (Pedragosa & Cardadeiro, 2021). Inevitavelmente, os períodos de confinamento provocaram um impacto económico e financeiro negativo nos CF que elevou a necessidade das organizações se desenvolverem e criarem estratégias em resposta da “nova” realidade. A alternativa utilizada nesses períodos, foi o uso do modelo digital, através de plataformas digitais e oferta de serviços online, que garantiram a continuidade das operações durante os períodos de confinamento. Com a retoma gradual, existiu a necessidade de implementar medidas rigorosas, realizar adaptações físicas e regras de utilização nas instalações desportivas, incluindo nos CF, por questões de segurança e saúde pública. As pessoas são os pilares de sucesso, uma vez que são os ativos mais valiosos de uma organização (Armstrong, 2016). Deste modo, para além do impacto financeiro e nas instalações de fitness em tempos de crise, também os profissionais de fitness tiveram de se adaptar às circunstâncias para atender às expectativas dos clientes.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar os impactos da pandemia da COVID-19, nas mudanças efetuadas nas infraestruturas nos CF, e nas estratégias e implicações da pandemia ao nível da Gestão de Recursos Humanos, nos períodos de confinamento obrigatório e aquando reabertura dos espaços físicos. De forma a contextualizar a área onde o estudo se insere, em termos sistemáticos apresentamos a revisão de literatura efetuada, a metodologia utilizada, os resultados obtidos e discussão detalhada, finalizando com as conclusões e implicações finais. Foram selecionadas quatro dimensões, baseadas na revisão da literatura, no entanto, neste artigo optou-se por aprofundar somente duas dimensões, as Instalações Desportivas e a Gestão de Recursos Humanos (GRH).

Esta abordagem contribuirá para uma compreensão mais ampla da área da Gestão do Desporto em CF. É importante notar que, até à atualidade, a vida contemporânea continua a ser abalada por aspetos relacionados com a pandemia, embora o impacto possa variar em função de circunstâncias locais e globais.

2. Palavras-chave

Coronavírus; Crise; Indústria do Fitness; Segurança; Desafios

3. Objetivos

O presente estudo tem como objetivo investigar os impactos que advieram da crise desencadeada pela pandemia da COVID-19, abrangendo as adaptações e as estratégias utilizadas nas instalações de fitness e na gestão de recursos humanos, durante os períodos de confinamento e aquando da reabertura. Os objetivos específicos da presente investigação são os seguintes:

1. Investigar as adaptações físicas realizadas em CF aquando da reabertura para garantir o cumprimento das diretrizes propostas pela DGS;
2. Analisar as medidas estratégicas adotadas pelos CF, extra recomendações, para assegurar a segurança dos membros e colaboradores;
3. Investigar a GRH em CF, incluindo as estratégias usadas pelos DT para manter a motivação e a coesão da equipa durante períodos de confinamento;
4. Avaliar de que forma a estrutura da equipa de trabalho, incluindo prestadores de serviços e profissionais com contratos individuais, afetou o desempenho durante o período de instabilidade provocado pela pandemia da COVID-19.

4. Revisão de literatura

O setor do *fitness*, surgiu na década de 70 e tem demonstrado uma expansão significativa ao longo dos anos, atribuído, em grande parte à crescente consciencialização das populações acerca dos benefícios associados à prática regular de exercício físico. De acordo com Andreasson e Johansson (2018), a revolução do *fitness*, a sua globalização, e as suas consequências estão a progredir de formas distintas de acordo com os contextos nacionais e locais. A evolução no setor impulsionou à regulamentação relacionada com a prática de exercício físico especialmente em espaços como os CF. Deste modo, o Decreto-Lei 141/2009, de 16 de Junho, define Instalação Desportiva como “*o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados para a prática de atividades desportivas, que incluem as áreas de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares*”. De acordo com este diploma, em relação à tipologia, os CF poderão ser incluídos nas instalações desportivas de base nomeadamente nas instalações recreativas (artigo 6.º, n.º 1) que se “*destinam a atividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer ativo*”.

Segundo Pedragosa et al. (2023), em Portugal os CF são divididos em duas categorias, as cadeias de *fitness* e os clubes individuais. Desde 2018, estes espaços caracterizam-se em cinco tipologias

de *fitness* distintas com diferentes modelos de negócio. Assim, no cenário atual o setor do *fitness* é composto pelos clubes tradicionais, representando 80% do total, tanto em clubes individuais quanto cadeias de *fitness*. Os estúdios de treino personalizado são representados em 8%, as boxes de *crosstraining* em 5%, os ginásios para mulheres em 4% e as boutiques de *fitness* em 5%. Deste modo, as instalações de *fitness*, podem oferecer serviços distintos aos membros com o objetivo de atender as suas necessidades e expectativas. Os serviços oferecidos variam de acordo com o tipo e tamanho da instalação, em que a maioria dos clubes, oferece sala de musculação para treino de força e cardiovascular, aulas de grupo e treino funcional.

No início da pandemia, onde ainda não eram conhecidas as questões epistemológicas da doença e com o objetivo da sua mitigação, todas as instalações desportivas foram encerradas por tempo indeterminado por ordem governamental. Posteriormente, apesar da implementação de medidas de reabertura gradual para as atividades comerciais, os CF foram dos últimos a poderem retomar as suas atividades, mesmo com os benefícios comprovados relacionados com a prática de exercício físico. Aquando reabertura, num período onde a vacinação em massa ainda não era presente, de acordo com Vancini et al. 2021 o distanciamento físico e as medidas sanitárias, como o uso de máscara facial, a lavagem das mãos e a higienização com álcool gel frequentemente, foram a melhor estratégia para a redução da transmissão da doença. Segundo Cortez et al. (2020), a abertura prévia dos CF seria possível de maneira segura, através da emissão de certificação por órgãos técnicos e de saúde respeitando as medidas de segurança já existentes, evitando assim a interrupção no estilo de vida da população durante a pandemia. Sendo que, na atualidade, os CF não são espaços limitados apenas à prática de atividade e exercício físico, abrangendo a dimensão física, mas também a mental e social, desempenhando um papel fundamental da promoção da saúde como um todo.

Devido à proliferação de CF, houve um aumento na concorrência e competitividade no setor, o que emerge a necessidade de distinção pelos mesmos para manterem a sua posição no mercado. Conforme destacado por Motta e Moraes (2017), os CF modernos fundamentam-se na excelência da gestão, infraestruturas e profissionalização dos seus Recursos Humanos (RH). Segundo Bilhim (2006), as organizações estão cada vez mais voltadas para a performance através das práticas de Gestão de Recursos Humanos, em que as pessoas passam a ser um ativo fundamental. Deste modo, para além dos impactos causados pela pandemia nas instalações de *fitness*, também os profissionais da área sofreram os impactos que advieram deste cenário de crise. A Gestão de Recursos Humanos consiste na orientação estratégica pelos RH, tendo em vista o cumprimento dos objetivos da empresa e a satisfação dos colaboradores. Segundo Oliveira et al. (2020), em contextos de instabilidade

torna-se indispensável procurar e encontrar novas soluções para que as organizações consigam manter a vantagem competitiva, estratégias de envolvimento e comprometimento das equipas são fundamentais para as organizações fazerem face á competitividade.

A pandemia emergiu a necessidade de virtualização e de legislação no setor do *fitness*, uma vez que existiu uma massificação de conteúdos partilhados na Internet, nomeadamente redes sociais, relacionado com o exercício físico. De acordo com Mestre (2020), o título profissional é indispensável ao exercício de funções nas áreas de atividade física e do desporto, como na gestão do desporto, exercício físico e saúde, educação física e treino desportivo, pelo que no online fitness não existiu um enquadramento jurídico que protegesse os técnicos de exercício físico, não só pelos técnicos creditados em si, mas também pela segurança dos praticantes.

Inevitavelmente, os profissionais de CF, viveram períodos de dúvida e incertezas neste contexto. Bratland-Sanda et al. (2020), referem que os profissionais da área, nomeadamente os Personal Trainers, com o encerramento das instalações viram o número de sessões de treino serem reduzidas, o que afetou o seu salário mensal, e alguns ainda foram temporariamente demitidos. Segundo os autores, 66% dos entrevistados referiram uma perda de clientes devido ao confinamento. Em Portugal, Pedragosa e Cardadeiro (2021), verificaram uma quebra média de superior a 15% em relação a emprego no setor. As boas práticas de GRH em CF é fundamental uma vez que existe um impacto direto no atendimento ao público. De acordo com Mocsányi e Bastos (2005), existe uma alta taxa de rotatividade de profissionais nesta área de atuação motivada em grande parte pela a carência de estratégias eficientes, como a falta de investimento em recrutamento e práticas de seleção adequadas e programas de formação para os colaboradores. Portanto, assiste-se a uma falta de compromisso e lealdade tanto por parte das organizações como por parte dos profissionais, assistimos constantemente à exploração, remuneração inadequada e falta de motivação o que pode provocar o abandono dos profissionais. Segundo Fernández et al. (2014), é fundamental que as organizações se concentrem em estabelecer protocolos de seleção de colaboradores, uma vez que a rotatividade neste setor é elevada. Além disso, em cenários críticos, como o da pandemia, é crucial destacar o papel essencial do gestor do desporto (DT) na gestão das organizações, incluindo a elaboração de planos de contingência e a garantia da segurança e da continuidade dos colaboradores após um período de *layoff*. O gestor do desporto tem uma função determinante para a gestão em contextos de grande incerteza e debilidade com os quais nos deparamos diariamente (Carvalho, 2021). Park e Kwon (2022), destacam a importância de manter uma abordagem de gestão preventiva e a

implementação de estratégias de gestão de crises, com o objetivo de garantir a competitividade na indústria do *fitness*.

Nos dias de hoje, os CF não se limitam à promoção do exercício físico, abrangendo não apenas a dimensão física, mas também a dimensão mental e social. Portanto, as instalações de *fitness* e os profissionais de *fitness* tem um papel determinante na promoção da saúde.

5. Metodologia

1.1 Participantes

O presente estudo é constituído por dez participantes, Diretores Técnicos (DT), selecionados aleatoriamente na Região Norte de Portugal. Foi premissa na seleção dos participantes, terem exercício as suas funções de DT durante os dois períodos em que os CF estiveram encerrados por obrigatoriedade legal e aquando permissão de reabertura das instalações. No estudo, foram incluídas tipologias diferentes de instalações de fitness com modelos de negócios diferentes, que variam em função das suas características e dimensões. Sendo assim, optamos pela análise das três tipologias mais significativas no cenário nacional português, abrangendo cadeias de fitness e clubes individuais. Deste modo, foram selecionados dois DT que desempenhavam as suas funções em *Health Club*, dois em *Low Cost*, dois em Estúdios PT, dois em Ginásios Tradicionais e por último dois responsáveis pela direção técnica em Boxes de CrossFit. A escolha de distintos modelos de negócios e tipologias de instalações, emerge com o objetivo de analisar se existiram diferenças do impacto provocado pela pandemia da COVID-19, e verificar se a gestão realizada pelos DT foi transversal.

Em relação à caracterização socioprofissional dos participantes, a média de idade é de 38 anos que variam entre os 26 e os 49 anos. Todos os participantes possuem grau académico de licenciatura (Nível 6 do QEQ) na área das Ciências do Desporto e dois possuem grau de Mestre (Nível 7 do QEQ) na área do Ensino Básico e Secundário. Apenas um dos participantes do estudo possui uma especialização na área da Gestão do Desporto. Verificamos ainda que 50% dos participantes já desempenharam funções similares noutros locais e instituições enquanto DT. Relembremos que devido à legislação nacional é obrigatória a existência de um DT nas instalações desportivas de fitness que tenha formação em Educação Física ou Desporto e a quem é conferido um título profissional.

1.2 Procedimento de recolha e análise de dados

A investigação é de natureza qualitativa. Como método de recolha de dados, os participantes foram submetidos a entrevistas semiestruturadas pela sua qualidade de aprofundamento e verificação. Para uma aplicação eficiente deste método é fundamental seguir alguns passos considerados fundamentais: a seleção dos participantes, o planeamento da entrevista, a competência do entrevistador, o controlo no decorrer da entrevista e, por último, a análise e interpretação dos dados (Haguette, 1997). Sendo este método, um método de comunicação oral que resulta numa conversa entre o entrevistador e o entrevistado com um objetivo previamente conhecido, a fase da preparação é crucial (Fletcher, 1991). Deste modo, o estudo necessitou da criação antecipada de um guião de entrevista adequado e objetivo, incluindo a preparação, formulação de perguntas e validação. Com base na revisão da literatura foi elaborado e validado o respetivo guião de entrevista por dois professores universitários especialistas da área. Posteriormente, o mesmo foi aplicado aos participantes previamente selecionados. O guião da entrevista aplicado aos DT, dividiu-se em cinco fases fundamentais: a apresentação do tema e objetivos do estudo; a legitimação da entrevista; a identificação do entrevistado; as dimensões do estudo; e a validação da entrevista. Para a realização do estudo, com base na revisão da literatura existente foram exploradas duas dimensões: as Instalações Desportivas e a Gestão de Recursos Humanos:

- a) Instalações Desportivas: Num contexto pandêmico, onde as instalações de *fitness* foram encerradas por tempo indeterminado, a atenção recaiu sobre a segurança. Sendo assim, surge a subcategoria segurança para analisarmos se existiu o cumprimento das normas estabelecidas pela Direção Geral da Saúde (DGS) durante o processo de reabertura faseado e analisar a segurança destes locais.
- b) Gestão de Recursos Humanos: Num contexto atípico onde foram vivenciados períodos de incerteza, nomeadamente pelos profissionais da área do *fitness*, uma boa GRH é fundamental na gestão de expectativas e apoio às suas equipas para que seja garantido a continuidade e um desempenho favorável das mesmas. Deste modo, surge a dimensão Gestão de Recursos Humanos, que se divide em duas subcategorias a liderança e o desempenho, com o objetivo de analisar o modo de atuação dos CF e dos respetivos DT em relação aos seus colaboradores.

Dado que este estudo envolve a participação de seres humanos, foi também elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido, para que o anonimato e a confidencialidade dos dados

fossem assegurados. Deste modo, garantimos aos participantes que a utilização dos dados seria apenas para fins académicos e que as entrevistas seriam por códigos. Antes da aplicação da entrevista, os participantes foram lembrados da participação voluntária e que a entrevista iria ser gravada auditivamente, com o objetivo de minimizar as perdas orais e a obtenção de resultados mais fidedignos e precisos.

Batista et al. (2017), salientam a importância da criação de uma atmosfera favorável para que o entrevistado não se sinta de nenhum modo intimidado, coagido ou pressionado. Nesse sentido, para minimizar constrangimentos e garantir a obtenção de dados objetivos e fiáveis, optamos pela aplicação de entrevistas individuais e realizadas presencialmente nos CF onde os DT exerciam as suas funções, com a duração aproximada de 60 minutos. As recolhas de dados através de entrevistas decorreram entre o mês de março e junho de 2021 aos dez participantes do estudo. No contacto inicial com o entrevistado, o entrevistador realizou uma breve apresentação acerca de si mesmo, esclareceu o tema e os objetivos do estudo e foi lido e assinado o consentimento livre e esclarecido. Ainda, foram realizadas questões referentes à caracterização socioprofissional dos participantes. De seguida passamos para a implementação da entrevista propriamente dita, que se focou nas dimensões centrais previamente definidas do estudo. Por fim, ocorreu a validação da entrevista, onde ambas as partes reconhecem o encerramento da mesma, sem nenhum material novo ser introduzido.

No decorrer da entrevista para além da gravação por áudio, foram retiradas anotações pelo investigador. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, e foram analisadas de acordo com a análise de conteúdo de Bardin (2008) com o auxílio do software MaxQda (v20.4.0). O presente estudo, segue uma abordagem dedutiva, ou seja, as categorias foram definidas à priori, de codificação através de unidade de registo temática e com categorização semântica. Após a análise categorial e tendo em vista uma maior especificidade na análise de conteúdo torna-se indispensável a participação da inferência, uma vez que é crucial retirar a aprendizagem certa dos conteúdos após serem tratados e não apenas a descrição dos mesmos. Considera-se fundamental uma boa e correta aplicação do instrumento do estudo para conclusões fiáveis e concretas.

2. Resultados e discussão

Subsequente à recolha de dados através das entrevistas semiestruturadas, apresentam-se de seguida os resultados obtidos acerca das dimensões: Instalações Desportivas, e Gestão de Recursos Humanos (GRH).

De acordo com a orientação da Direção Geral da Saúde n.º 030/2020 (DGS, 2020), deveriam ser garantidas as medidas de distanciamento físico, distância mínima de 2 metros quando os intervenientes não estão a praticar atividade física, e distância mínima de 3 metros quando a praticar atividade física, garantir o controlo de acesso às instalações privilegiando o uso de marcações *online* para a realização de treinos e aulas. Obrigatoriedade do uso de máscara pelos colaboradores e pelos utilizadores sempre que não estejam a praticar atividade física ou desporto. Aumento da frequência de limpeza e desinfeção diária, garantir o distanciamento físico nos balneários assim como as medidas de limpeza e desinfeção preconizadas. Ainda, evitar aglomerados de pessoas assim como filas de espera, evitar a frequência de pessoas em espaços fechados e pouco arejados, e promover o arejamento das instalações através de sistemas de ventilação natural ou mecânicos, idealmente com 6 renovações de ar por hora. Deste modo, iniciamos a análise, a questionar os DT acerca das adaptações físicas realizadas nos CF após o primeiro confinamento e aquando permissão de reabertura das instalações, de modo a garantir o cumprimento de todas as normas sugeridas pela DGS.

"Todas as regras que a DGS propôs, cumprimos tudo em rigor que foi colocado no despacho, desde a desinfeção do espaço regular entre aulas, o álcool gel, um tapete desinfetante para o calçado, a limpeza permanente do espaço de hora a hora, a obrigatoriedade do uso de máscara enquanto não estiverem a treinar assim como o distanciamento físico." (DT Box 1, 2021)

"Após o primeiro confinamento, dividimos o nosso espaço através de marcações no solo para garantir o distanciamento, colocamos desinfetantes em vários pontos e optamos por realizar uma desinfeção das áreas mais intensa e mais frequente." (DT Estúdio 1, 2021)

"A DGS definiu um regulamento específico para cada unidade, entre elas o distanciamento físico, na sala de musculação no nosso caso só estávamos a 50% da lotação total, criamos vários postos de limpeza e desinfeção onde cada sócio desinfeta a máquina antes e depois da utilização. Permitimos também de acordo com a regulamentação disposta que o treino fosse realizado sem máscara, no entanto, aconselhamos que sempre que o sócio transite dentro do Clube que o mesmo deve utilizar a máscara, assim como aconselhamos a desinfeção constante das mãos. Nas aulas de grupo, usamos marcações no solo, com um distanciamento físico de 3m2 entre sócios." (DT Low Cost 2, 2021)

"As regras gerais, uma vez que eram obrigatórias...o álcool gel e os desinfetantes, os vinis de proteção, o termómetro de medição de temperatura, as máscaras, as marcações no chão para garantir o distanciamento, afastamento de algumas máquinas o corte de outras, o bloqueio de alguns chuveiros." (Ginásio DT Tradicional 1, 2021)

Os resultados demonstraram que todos os CF participantes cumpriram integralmente as recomendações legais sugeridas pela DGS, e ainda que alguns optaram por implementar medidas extra recomendações. Franco et al. (2021), consideram que as atividades ao ar livre ganharam terreno, devido à existência inerente de uma sensação de segurança. Neste sentido, verificamos que alguns dos CF participantes também optaram pelo uso e criação de espaços *Outdoor*, em resposta a esta tendência. Para além disso, os DT referiram ainda que aumentaram o distanciamento físico recomendado, reduziram o contacto entre sócio e colaborador, individualizaram o material de desinfeção e optaram pela realização de reuniões periódicas de equipa de sensibilização e monitorização para o cumprimento das normas implementadas.

"...realizamos sempre que possível as aulas de *fitness* no exterior de modo a garantir o distanciamento físico e diminuir o risco de contágio... uso individualizado de toalhas e pulverizadores... colocamos também em cada estúdio e espaço um painel numerado e sacos individuais para a colocação das suas máscaras..." (DT Health Club, 2021)

"No segundo confinamento, começamos a construção de um espaço exterior para aquando a reabertura do espaço físico tendo em vista a segurança." (DT Ginásio Tradicional 2, 2021)

"Reuniões periódicas com os colaboradores para relembrar a equipa de todos os cuidados e auferir se todas as normas estavam a ser cumpridas." (DT Health Club 2, 2021)

"As únicas medidas extra recomendações foi que quando eram realizadas avaliações físicas ao invés de termos avaliações em simultâneo, ou seja, 4 avaliações em simultâneo passamos a ter só uma a decorrer, também reduzimos o tempo das mesmas, anteriormente a duração de uma avaliação era entre os 30 e os 45 minutos passamos a recomendar que fossem realizadas o mais rápido possível entre os 15 e os 20 minutos... O número de pessoas que podiam estar na receção de cada Clube foi reduzido também, existiu uma altura também que deixamos de permitir os banhos nas instalações, mexemos também no horário de aulas grupo para que nas horas de maior afluência minimizássemos o contacto entre pessoas." (DT Low Cost 2, 2021)

Uma outra questão que se levantou, foi como os CF iriam monitorizar os espaços para evitar aglomerados e garantir as medidas de distanciamento. Ao questionarmos os DT, verificamos que há exceção de um CF, todos os outros referem a utilização de uma aplicação interna de Gestão (APP) para marcação de aulas ou treinos, limitado às vagas existentes. É referido também por alguns dos DT, como método de controle e monitorização do número de sócios ao momento, os torniquetes à entrada e saída das instalações.

"Uma das formas de controlarmos é a nossa App...temos os torniquetes que controlam o número de entradas no Clube." (DT Health Club 1, 2021)

"Através de uma aplicação, onde os sócios marcam as suas aulas..." (DT Estúdio 1, 2021)

"Todo o sócio tem de passar pelos torniquetes para entrarem no Clube o que nos permite controlar o número de sócios presentes ao momento...todas as aulas de grupo têm um limite máximo de número de alunos e monitorizámos as mesmas através de uma APP..." (DT Low Cost 1, 2021)

Os balneários em CF foram considerados locais com elevado risco de contágio e foram tardiamente permitidos em relação à restante instalação de *fitness*, inicialmente apenas foi permitida a utilização do WC, tendo como base as diretrizes da DGS. Em conformidade com a evolução da situação pandémica, análise das condições de segurança, as autoridades governamentais optaram pela permissão gradual ao acesso dos balneários, com medidas de higienização e distanciamento adicionais.

"...procuramos fazer o mapa de aulas de maneira a que as aulas não terminassem em simultâneo, criamos também uma zona de cacifos externos para que pessoas que não tomassem banho cá não precisassem de entrar no balneário. Restringimos também a utilização de alguns chuveiros, reduzindo a proximidade entre utilizadores." (DT Health Club 1, 2021)

"Os balneários são desinfetados de hora em hora à semelhança daquilo que acontece nos locais de aula." (DT Box 1, 2021)

"Temos uma funcionária sempre presente nesses períodos de maior afluência, onde de 30 em 30 minutos passa uma vistoria aos balneários e faz uma desinfecção das várias áreas dentro daquilo que é possível..." (DT Health Club 2, 2021)

"Temos uma empresa de limpeza presente no Clube diariamente desde o turno da manhã até ao turno da noite para proceder à respetiva higienização, em horas de maior afluência intensificamos a limpeza, digamos que os balneários são higienizados de hora em hora." (DT Low Cost 1, 2021)

"Existe uma rotina de limpeza e desinfeção por parte da equipa de limpeza, que pode ser de meia em meia hora ou de hora em hora...temos nos balneários chuveiros altamente individualizados o que garante o distanciamento físico no balneário" (DT Low Cost 2, 2021)

Pela análise dos testemunhos, verificamos que os CF realizaram adaptações nas suas instalações de modo a cumprirem todas as normas sugeridas pela DGS no que concerne à utilização dos balneários. Alguns dos CF optaram ainda por implementar outras medidas estratégicas para além das obrigatórias, aconselharam os membros a não utilizarem os balneários na fase em que já eram permitidos, reestruturaram horários para diminuir o cruzamento de pessoas, entre outras estratégias para minimizar a aglomeração de pessoas nesses espaços.

Portanto, podemos afirmar que os CF demonstraram uma notável preocupação com a segurança de membros e colaboradores durante a pandemia, adotando medidas rigorosas para mitigar a taxa de contágio dentro das instalações. Cumpriram na íntegra as normas sugeridas e ainda implementaram outras medidas, o que se refletiu em baixas taxas de contágio, como se pode constatar na literatura. Nomeadamente, foi realizado um estudo Europeu denominado SafeActive, que demonstrou que os CF são espaços seguros com uma taxa de incidência baixa de casos positivos, apenas 0,88 por 100 000 visitas (Jimenez et al., 2021). Em Portugal, Pedragosa e Cardadeiro (2021), relataram que os CF foram exímios no cumprimento das recomendações de segurança, resultando numa taxa de contágio extremamente baixa, inferior a 0,03%.

A pandemia provocada pela doença da COVID-19 criou um ambiente desafiador também para a GRH, as empresas (CF) tiveram de se adaptar rapidamente, particularmente em termos tecnológicos. Isso aumentou a necessidade de adaptação por parte das equipas ao trabalho remoto, à medida que as organizações se viram obrigadas a encontrar soluções que surgiram durante períodos de confinamento obrigatório (Carnevale & Hatak, 2020). Deste modo, é indispensável a análise dos resultados referentes à categoria Gestão de Recursos Humanos (GRH). Dividimos essa categoria em duas subcategorias: liderança, e desempenho. Nesta dimensão, começamos por questionar os participantes (DT) de diferentes CF acerca do

comprometimento da equipa durante períodos de confinamento. Todos os participantes confirmaram que a equipa esteve comprometida e disponível a ajudar no necessário, no entanto, os DT também mencionaram que em alguns casos, foi necessário estimular a equipa. Segundo Vardalier (2016), existem fatores determinantes em situações de crise, como a saúde, a moral e a motivação dos colaboradores. Para o autor, a gestão de topo deve implementar políticas para manter a confiança dos colaboradores, nas crises, mas também em situações normais. Rego e Cunha (2020), referem que em momentos de instabilidade é fundamental que os líderes estejam presentes e envolvidos com as equipas. O que foi ao encontro dos resultados do nosso estudo, uma vez que os DT referiram que a principal estratégia adotada para manter a equipa unida, determinada e focada, foi a comunicação, através de ferramentas digitais mesmo que à distância.

"A estratégia passou pela comunicação... procuramos mostrar à equipa que mesmo com as dificuldades inerentes ao facto de estarmos encerrados que estávamos dispostos a ajudar e colaborar mesmo que financeiramente e tentamos passar a mensagem à equipa que só havia uma forma de sairmos desta situação que era, estarmos unidos, juntos e apoiados uns nos outros." (DT Health Club 1, 2021)

"A estratégia durante o período de confinamento foi essencialmente reforçar o nível de comunicação com a equipa, mesmo que à distância." (DT Box 1, 2021)

"Realizamos essencialmente reuniões periódicas via Zoom, onde falávamos das estratégias e onde trabalhávamos o mindset com a equipa..." (DT Health Club 2, 2021)

Foram também referidas outras estratégias tais como:

"A estratégia passou por colocar a equipa a realizar tarefas para uma melhor e mais rápida gestão da organização..., portanto foi ocupar as pessoas, colocar as mesmas a trabalhar e a ganhar dinheiro nos casos que foi possível." (DT Low Cost 2, 2021)

"As aulas que foram lecionadas através do Zoom foram cedidas a prestadores de serviços, para que eles também conseguissem um rendimento e isso penso que também foi crucial para se manterem motivados e focados." (DT Box 2, 2021)

"Acima de tudo tentamos que as pessoas sejam valorizadas pelo trabalho que fazem e recompensadas. Estipulamos objetivos..." (DT Ginásio Tradicional 2, 2021)

Verificamos ainda que é transversal aos participantes do estudo a importância dos Recursos Humanos, nesta fase, para a manutenção e continuidade dos CF.

"Os Recursos Humanos, são o maior bem que uma empresa pode ter....são muito importantes não só nesta fase, mas durante todos os dias do ano, para mim são o principal fator de sucesso de qualquer empresa." (DT Health Club 1, 2021)

"A parte mais importante deste negócio é o Staff, eles são a cara do negócio." (DT Box 2, 2021)

"Os Recursos Humanos são fundamentais durante 365 dias, se não são os recursos humanos o motor não anda..." (DT Box 1, 2021)

"Sem dúvida que os recursos humanos são fundamentais..." (DT Estúdio 1, 2021)

"São os mais importantes, as pessoas são sempre o mais importante e um líder nada é sem o Staff..." (DT Low Cost 2, 2021)

"Os Recursos Humanos fazem a diferença, é uma alavanca importantíssima..." (DT Health Club 2, 2021)

"Os Recursos Humanos são tudo, são as pessoas, fora os recursos humanos são apenas coisas. O fator sucesso depende dos Recursos Humanos, o nosso negócio depende deles." (DT Ginásio Tradicional 1, 2021)

Segundo Rodrigues et al. (2020), a relação entre os membros e os profissionais de *fitness* é um elemento chave para a adesão à prática de exercício físico. O acompanhamento adequado alinhado às necessidades individuais dos membros contribui para relações saudáveis, sustentáveis e duradouras. Também os participantes do nosso estudo salientam que os Recursos Humanos são fundamentais para o regresso e fidelização do membro aquando reabertura pelo seu contacto direto com o sócio. Ainda, salientam a importância da prestação de um serviço de qualidade aos membros pelos profissionais. Os DT referem que profissionais e colaboradores mais motivados oferecem um serviço de maior qualidade o que leva a um crescimento da empresa.

" A equipa, seja ela técnica ou não, é fundamental para que as pessoas se sintam seguras, sintam que há coesão e positividade, é crucial que esta mensagem seja transmitida aos sócios para que estes se sintam motivados para o regresso." (DT Health Club 2, 2021)

"... se eles tiverem bem e eu os tratar bem eles vão tratar bem os sócios e se eles tratam bem os sócios, eles vão ficar fidelizados a nós, e isso é que garante o sucesso de um Clube que lida diariamente com pessoas." (DT Low Cost 2, 2021)

“...é muito importante oferecer um serviço de qualidade ao cliente e considero que uma equipa motivada e a trabalhar em harmonia é fundamental para o crescimento.” (DT Estúdio 2, 2021)

Em relação ao desempenho, questionamos os DT sobre os critérios que consideravam fundamentais na contratação de pessoas para integrarem a sua equipa de trabalho. Os DT participantes dos vários tipos de modelo de negócio entrevistados, salientam a importância de saber trabalhar em equipa e os valores individuais como pontos fundamentais na contratação. Conseguimos verificar que as competências técnicas perdem terreno quando comparadas com as competências sociais.

"...valores associados à integridade, honestidade, capacidade de trabalhar em equipa, vontade de aprender, capacidade de saber ouvir, ser ambicioso, por fim, procurar em todos os momentos garantir competência técnica e ter atitude." (DT Health Club 1, 2021)

"Profissionalismo, empenho e saberem trabalhar em equipa" (DT Box 1, 2021)

"...serem pessoas trabalhadoras, disponíveis e acessíveis, estes são os critérios fundamentais. Considero também o nível académico, no entanto não coloco isso como prioridade, pois existem competências que advêm da experiência." (DT Estúdio 1, 2021)

"Primeiro os valores e depois os Skills." (DT Low Cost 2, 2021)

"Estarem alinhados com os valores da empresa, principalmente dois valores fundamentais, a humildade e serem trabalhadores." (DT Low Cost 1, 2021)

"É serem boas pessoas, o carácter é tudo o resto tudo se aprende. É fundamental ser uma pessoa de valores..." (DT Ginásio Tradicional 1, 2021)

Com o notável crescimento do setor do *fitness*, emergiu também a necessidade de garantir as condições em termos de regulamentação e legalização quanto às atividades profissionais prestadas em CF. Deste modo, a Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, define o regime jurídico da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desenvolvidas nas instalações desportivas que se dedicam à condição e manutenção física. A presente lei, define que este tipo de instalações deve possuir obrigatoriamente um Diretor Técnico (DT), com o título profissional de DT. Ainda, os profissionais que exerçam funções de acompanhamento técnico junto dos membros devem possuir obrigatoriamente o título profissional de técnico de exercício físico. Ambos os títulos devem ser renovados a cada 5 anos por meio de formações creditadas que

concedem unidades de crédito. A entidade responsável pela emissão e renovação é o Instituto português do Desporto e da Juventude (IPDJ). Com vista a clarificarmos a implementação e cumprimento das obrigações legais evidenciadas acima, no nosso estudo questionamos os DT se a ausência de licenciatura ou título profissional é fator de exclusão na contratação. Os resultados demonstraram que dos dez participantes entrevistados, a maioria, oito participantes do estudo referiram que a ausência de título profissional é fator de exclusão, no entanto, dois dos participantes consideram que não é fator de exclusão. Isto pode sugerir a possibilidade de uma lacuna na fiscalização neste contexto, ou mesmo que alguns dos DT's podem não estar cientes das implicações envolvidas.

Para além disso, com o objetivo de aprofundarmos as condições contratuais dos profissionais e colaboradores dos CF, questionamos os DT se a equipa de trabalho é constituída maioritariamente por prestadores de serviços ou com contratos individuais de trabalho. Verificamos que a maioria das equipas é constituída por trabalhadores em prestação de serviços nos vários modelos de negócio *fitness*.

"Temos ambas as situações, mas maioritariamente é constituída por prestadores de serviços." (DT Box, 2021)

"Sim, toda a equipa é constituída por recibos verdes..." (DT Low Cost 1, 2021)

No entanto, um dos participantes do estudo refere que a sua equipa é constituída a 100% por profissionais com um contrato de trabalho:

"A nossa equipa é toda constituída por contratados..." (DT Ginásio Tradicional 1, 2021)

Ao questionarmos os DT sobre o impacto da condição contratual dos profissionais no desempenho durante os períodos de confinamento, observamos que três DT referem que a situação contratual não teve influência no desempenho. No entanto, a maioria dos participantes considera que as condições contratuais, particularmente os contratos de prestação de serviços, tiveram impacto no desempenho dos profissionais.

Em termos de desempenho, acho que o facto de ser contratado ou trabalhador independente não influenciou, ..., a atitude, o comprometimento com o Clube e mesmo com os colegas em si." (DT Health Club 1, 2021)

"A maioria da equipa trabalha a recibos verdes e eu considero que o recibo verde faz com que a equipa seja melhor porque somos um grupo estável e eles não sentem instabilidade por estarem a recibos verdes e ganham mais." (DT Health Club 2, 2021)

"Considero que influência, não só neste período de instabilidade, influencia durante o ano inteiro, obvio que durante a pandemia muitos dos prestadores de serviços não obtiveram rendimento nenhum ou apenas obtiveram daquilo que iam conseguindo fazer já as pessoas contratualizadas receberam o rendimento normal, por isso, considero que o facto de estarem em condições diferentes origina resultados diferentes." (DT Box 1, 2021).

Apesar dos CF serem pequenas e médias empresas (PME), e terem poucos funcionários, é importante melhorar a GRH para aumentar o desempenho organizacional, incluindo a implementação de sistemas de avaliação de desempenho, estímulo a atitudes positivas e a comunicação eficaz. Além disso, também é fundamental a oferta de formação para o aumento das competências, formação de orientação para o cliente e para o uso de tecnologia. A aprendizagem contínua é determinante e deve ser promovida, assim como, a comunicação entre os diferentes níveis hierárquicos dentro da organização, através da realização de reuniões periódicas (Fernández et al., 2014). Portanto, é indispensável aprimorar a GRH dentro das organizações de *fitness*, tendo em vista, o sucesso deste tipo de instalação, mas também o sucesso individual dos colaboradores evitando a alta rotatividade de profissionais da área.

3. Conclusões e implicações

O crescimento contínuo vivenciado pelo setor do *fitness*, com um aumento no número de instalações (CF), aumento no número de praticantes e um aumento paralelo de profissionais da área, evidencia crescente valorização atribuída à saúde e bem-estar. Esta tendência reflete a compreensão de que o *fitness* é uma alternativa para responder às necessidades das populações. No entanto, é importante salientar que eventos de crise, como a pandemia da COVID-19, influenciam a dinâmica do setor. Em Portugal, os CF estiveram encerrados por obrigatoriedade legal devido à crise, de 16 de março a 31 de maio de 2020 e de 15 de janeiro a 4 de abril de 2021. Posteriormente existiram a aplicação de medidas governamentais de reabertura gradual deste tipo de instalações, e os CF foram norteados por normas de distanciamento físico e medidas de higienização e desinfecção. O presente estudo permitiu uma compreensão mais profunda acerca das implicações da COVID-19 na gestão de CF, sob a perspetiva dos DT, nas respetivas dimensões: Instalações Desportivas, e Gestão de Recursos Humanos. Com base na análise dos

dados recolhidos verificamos que aquando da reabertura dos CF, foram cumpridas todas as medidas de segurança sugeridas pela DGS, e ainda que alguns dos CF participantes optaram por implementar medidas extra recomendações, nomeadamente: o uso de espaços *Outdoor*; o aumento do distanciamento físico recomendado; o uso de material de desinfeção individualizado; e as reuniões periódicas para auferir o cumprimento das normas estabelecidas. Das medidas estratégicas mencionadas anteriormente, destaca-se o uso de espaços ao ar livre, uma escolha motivada pela experiência vivida durante períodos de confinamento, onde apenas era possível a prática de exercício nesse contexto. Para além disso, a sensação adicional de segurança oferecida aos membros, onde o risco de contacto físico é menor e existe uma melhor ventilação. Os resultados demonstraram que os CF que já possuíam este tipo de área migraram os seus serviços para o exterior, e ainda, que um dos participantes do estudo optou pela alteração nas infraestruturas e construir um espaço exterior. Durante este período, a preocupação dos CF foi garantir a segurança dos sócios e colaboradores, evitando possíveis surtos, em que a consequência seria períodos de quarentena e/ou encerramento das instalações. Esta abordagem responsável, impediu interrupções na continuidade de negócios, mas também contribuiu para manter a confiança dos membros. Pela análise dos resultados e leitura de outros estudos similares, uma alternativa viável a considerar seria intensificar as fiscalizações, ao invés do encerramento forçado dos CF, sendo que as taxas de contágio foram baixas neste contexto e os CF tiveram uma atitude exemplar no cumprimento das normas. Para além disso, a ausência de atividade física pode acarretar impactos negativos no âmbito físico, mental e social. Com a mudança de paradigma geral devido à doença e as subseqüentes adaptações em resposta, incluindo o encerramento por tempo indeterminado destes espaços, para além dos impactos causados no mercado do fitness, também os profissionais de fitness e restantes colaboradores que dependem desse setor foram desafiados. Os participantes (DT) do estudo, tiveram de liderar as suas equipas de forma sábia, com o objetivo de manter a união e motivação da equipa durante esse período de crise. Uma das estratégias-chave mencionadas foi a comunicação frequente com a equipa mesmo que à distância. Para além disso, os DT salientam a importância dos RH, que estes são uma alavanca fundamental neste cenário, mas também durante todo o ano. Além da liderança, o estudo também avaliou fatores que podem influenciar o desempenho profissional neste contexto. Os participantes referiram que a capacidade de trabalhar em equipa e os valores individuais se sobrepõem às competências técnicas, no que diz respeito ao processo de recrutamento. Dois dos participantes no estudo mencionaram que a ausência de título profissional não é um fator de exclusão na contratação, o que é preocupante, pela importância dos profissionais de *fitness* para

a promoção da saúde nas pessoas. Para além disso, pode sugerir ainda uma possível desvalorização dos mesmos. No entanto, é relevante notar que oito dos entrevistados, afirmaram que o título profissional é um critério decisivo na contratação de profissionais para exercerem as suas funções em CF. Portanto, é importante refletir sobre este assunto, uma vez que, embora sejam a minoria, ainda assistimos há existência de casos de CF a desenvolverem as suas atividades profissionais numa zona de ilegalidade. Ainda assistimos que maioritariamente os profissionais em CF, são prestadores de serviços e profissionais com um vínculo contratual de trabalho são uma minoria. Porém, a maioria dos DT considera que a ausência de vínculo contratual pode ser prejudicial para os CF e influenciar o desempenho. A pandemia, aumentou a necessidade de adaptação e reestruturação em vários setores de atividade, assim como, nos CF. Deste modo, aqueles que se demonstraram mais flexibilidade e abraçaram a situação diante das adversidades, encontraram uma oportunidade única para se transformarem e evoluírem. O presente estudo, contribui para o avanço científico da área da gestão do desporto em CF, fornecendo novos conhecimentos após pandemia. No entanto, é importante referir que se concentrou exclusivamente na região Norte do país, o que destaca a importância de que em futuros estudos seja considerada uma amostra mais abrangente e diversificada. É uma investigação que proporciona aos gestores do *fitness* uma oportunidade de reflexão, avaliação e reavaliação visando o crescimento e desenvolvimento da gestão em CF no futuro.

4. Referências bibliográficas

- Andreasson, J., & Thomas, J. (2018). Globalised fitness: the franchising of a physical movement, fitness professionalism and gender. *Routledge*, 42(3), 301-321. <https://doi.org/10.1080/14927713.2018.1535910>
- Armstrong, M. (2016). *Armstrong's Handbook of Strategic Human Resource Management: developing effective people skills for better leadership and management* (4ªed.). Kogan Page.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Batista, E. C., Matos, L. A., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau*, 11(3), 23-38.
- Bilhim, J. (2006). *Teoria Organizacional: Estruturas e Pessoas* (5ªed.). Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bratland-Sanda, S., Mathisen, T., Sundgot-Borgen, C., Sundgot-Borgen, J., & Tangen, J. (2020). The Impact of Covid-19 Pandemic Lockdown During Spring 2020 on Personal Trainers Working

and Living Conditions. *Sec. Sports Management, Marketing and Business, frontiers in Sports and Active Living*, 2. <https://doi.org/10.3389/fspor.2020.589702>

Carnevale, J., & Hatak, I. (2020). Employee Adjustment and Well-Being in the Era Of COVID-19: Implications for Human Resource Management. *Journal of Business Research*, 116(4).

Carvalho, M. J. (2021). Gestão da fragilidade e do desporto em tempos distópicos. In A. Correia; R. Biscaia & V. Pedragosa (Coords.), *Crónicas COVID-19: Gestão do Desporto em Tempos de Crise* (pp. 25-27). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-16-6.5>

Cortez, A., Pitanga, F., Almeida-Santos, M., Nunes, R., Botero-Rosas, D., & Dantas, E. (2020). Centros de atividades físicas e promoção de saúde durante a pandemia da covid-19. *Ponto de Vista*.

Decreto-Lei no 39/2012 de 28 de Agosto: Responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs). Diário da República n.º 166/2012, Série I de 2012-08-28.

Decreto-Lei no141/2009 de 16 de Junho: Instalações desportivas de uso público. Diário da República, 1.ª série—N.º 114—16 de Junho de 2009.

Fernández, J., Gavira, J., & Pereira, E. (2014). La gestión de los recursos humanos em los centros de fitness y su relación com el rendimiento organizacional. *Intangible Capital*, 10 (5), 985-1002. <http://dx.doi.org/10.3926/ic.537>

Fletcher, J.(1991). *Técnicas de Entrevista*. (1ªed.). Presença.

Franco, S., Santos-Rocha, R., Ramalho, F., Simões, V., Vieira, I., & Ramos, L. (2021). Tendências do Fitness em Portugal para 2021. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 21, 2.

Hagute, T. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. (4ªed.). Petrópolis: Vozes.

IHRSA. (2020). *Global Report*. Edições IHRSA.

Jimenez, A., Mayo, X., Lopez-Valenciano, A., Dalton, C., Del Villar, F. Luque, A., Broughton, L., Wade, M., Shakespeare, J., & Copeland, R.J. (2021). *SafeACTiVE Study #2: An independent assessment of COVID-19 cases reported in fitness clubs and leisure facilities across Europe: a THiNK Active report*. Europe Active.

Mestre, A. M. (2020). Depois do Outdoor Fitness, agora o Online Fitness numa “terra de ninguém”. *Revista Portugal Activo* (5ªed.), 20-21.

- Mocsányi, V. & Bastos, F. (2005). Gestão de Pessoas na Administração Esportiva: Considerações sobre os Principais Processos. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 4(4), 55-69.
- Motta, E. M., & Moraes, M. C. (2017). Proposta de atributos de serviços e de indicadores de desempenho para academias de fitness. *Podium, Sport Leisure and Tourism* 6(1). 10.5585/podium.v6i1.167
- Nagel, N., & Martin-Niedecken, A. L. (2020). Mitigation of psychosocial consequences of COVID-19 through physical activity- contribution of fitness clubs to social peace and quality of life. German Association DIFG. <https://www.europeactive.eu/file/908/download?token=MIbu8bn8>
- Direção Geral da Saúde. (2020). No030/2020 de 12/06/2020, COVID-19:Atividade Física e Desporto Espaços de Prática de Exercício Físico e Desporto, e Competições Desportivas de Modalidades Individuais sem Contacto e ao Ar Livre.
- Oliveira, A., Melo, J., & Ribeiro, C. (2020). A Gestão Estratégica dos Recursos Humanos o caso da Sasal, S.A. Faurecia. *Gestão e Desenvolvimento*, 28, 57-74.
- OMS. (2020). *Coronavírus disease (COVID-19)*. <https://www.who.int/health-topics/coronavirus>
- Pedragosa, V., & Cardadeiro, E. *Barómetro do fitness em Portugal 2020*. Lisboa, Portugal, 2021. https://www.portugalactivo.pt/sites/default/files/documentos_publicos/02_barometro_anual_agap_2020_low_0.pdf
- Park, T., & Know, J. (2022). Analysis of Crisis Management for Sustainable Development of Fitness Center during the COVID-19 pandemic. *Sustainability*, 14(4). <https://doi.org/10.3390/su14042451>
- Pedragosa, V., Cardadeiro, E., & Santos, A. (2023). *Barómetro do fitness em Portugal 2022*. Portugal Activo.
- Rego, A., & Cunha, M. (2020). Liderar em Tempos-de-Crise. *Católica Porto Business School*. <https://www.catolicabs.porto.ucp.pt/lead/wp-content/uploads/2020/03/Liderar-em-Tempos-de-Crise.pdf>.
- Rodrigues, F., Monteiro, D., Teixeira, D., & Cid, L. (2020). O papel dos instrutores de fitness na adesão à prática de exercício físico em Portugal: importância dos comportamentos de suporte e dos clima motivacionais. *Motricidade*, 16(4), 428-439. <https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/21120>
- Vancini, R. L., Lima Leopoldo, A. P., Carletti, L., Guimarães-Ferreira, L., Leopoldo, A. S., Leite, R. D., Rinaldi, N. M., Cunha, M. R. H. da, & Bocalini, D. S. (2021). Recomendações gerais de

cuidado à saúde e de prática de atividade física vs. pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Fisiologia Do Exercício*, 20(1), 3–16. <https://doi.org/10.33233/rbfex.v20i1.4144>

Vardarlier, P. (2016, October 28-30). *Strategic approach to human resources management during crisis*. 12th International Strategic Management Conference, Antalya, Turkey.

Contabilizar praticantes - um problema de gestão de políticas desportivas

Luís Miguel Cunha

Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa

luismcunha@fmh.ulisboa.pt

1. Introdução

Diversos autores, ao longo dos finais do século XX, contribuíram para esta problemática, no sentido de serem aplicados à situação desportiva, os procedimentos necessários à determinação do nível desportivo (Paz, 1973) e situação desportiva (Pires, G., 1993), de um país, de uma região ou de um município (Rodgers, 1977).

O Conselho da Europa, estabeleceu a referência de um equilíbrio entre praticantes de elite de um país e o total de praticantes, na base proporcional de ‘4 praticantes de elite/10 mil praticantes de base’. Este tem sido o indicador constituído como aferidor racional do perfil das políticas desportivas.

Não obstante haver uma definição clara do estatuto do praticante de elite, particularmente os profissionais, plasmado na lei portuguesa, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), não existem critérios claros de definição do estatuto de praticante para além do praticante desportivo federado e profissional (artigo 34.º), isto é, para outras categorias, quer quanto ao grau de formalidade de organização da prática desportiva, quer quanto ao contexto institucional onde essas práticas se desenvolvem, que permitam um registo inequívoco de todos os tipos de praticantes, para que o registo possa ser efetuado de forma inequívoca e real.

Por outro lado, o Modelo Europeu do Desporto (1999-2002-2021), que consagra às federações o monopólio das funções de regulação das modalidades e de organização dos campeonatos nacionais respetivos, através de uma estrutura piramidal unicitária (Pires, 2007), não consegue abranger e integrar outras formas de organização institucional de práticas desportivas nem considerar, através de registo efetivo, os respetivos praticantes. O registo oficial dos praticantes desportivos, tem sido feito a partir dos dados fornecidos pelas Federações Desportivas. Neste documento (MEDE), parece ter sido ignorado o estatuto dos praticantes desportivos de base, (por ignorância, incapacidade ou outra inconformidade), que são remetidos para uma dimensão, que faz incluir de modo amalgamado as componentes associativa, educativa, social e de saúde do desporto, sujeitas a um papel secundário, remetendo para o Estado o exercício dessas responsabilidades.

Discutir esta problemática é o objetivo do presente trabalho: pretendemos chegar a um entendimento concetual que permita identificar o conceito, as variantes e dar resposta a todas ou

quase todas as configurações e possibilidades que o estatuto de praticante desportivo pode vir a assumir.

2. Palavras-chave

Estatuto do praticante; Modelo Europeu de Desporto; Políticas desportivas; Setores desportivos; Critérios de registo

3. Objetivos

Pretende-se discutir a problemática da contabilização e do registo dos praticantes desportivos. Identificar critérios de diferenciação, quanto às categorias e aos atributos, que o significado de “praticante” pode assumir quanto à formalidade de prática e ao contexto institucional de organização dessas práticas.

Pretende-se saber também se, na literatura revista, estes critérios estão consagrados e definidos com o rigor necessário à sua aplicação nos atos de registo dos praticantes desportivos.

4. Revisão de literatura

Foram convocados os contributos dos autores históricos, referências e documentos oficiais emitidos por instâncias nacionais e europeias, desde 1973, até aos dias de hoje, bem como outros artigos referenciados na metodologia.

Os trabalhos de Paz (1973) e de Rodgers (1977) relativos à situação desportiva e ao nível desportivo, foram pioneiros na abordagem à problemática dos praticantes desportivos. Procuraram encontrar um valor de referência, que permitisse medir e fundamentar decisões na política desportiva.

A discussão destas decisões, no domínio das políticas desportivas Rodgers (1977), Pires (1993), foi vasta e prolongada, dado que as escolhas técnicas que as suportam repercutem-se sobre a vida dos cidadãos, particularmente dos praticantes desportivos. Implicam também sobre os recursos, necessários ao aperfeiçoamento e evolução técnica de alto nível dos praticantes ou ao acesso básico às oportunidades de prática, que o desporto oferece aos cidadãos em geral.

Os praticantes são aqui, os elementos de referência necessários a esta discussão. Eles encontram uma primeira categorização que os divide em praticantes de elite e praticantes de base, tal como as políticas. Se aos primeiros (*elite*) se torna fácil aplicar um critério que os possa definir (sendo aqueles que participam em provas do nível do quadro competitivo imediatamente superior, em relação ao qual se referenciam, por critério geográfico – Local, Regional, Nacional e

Internacional), em relação aos segundos (*de base*), colocam-se uma série de problemas, de questões a serem respondidas, no sentido de enunciar os critérios que delimitem formalmente o que é, ser ou não ser, um praticante desportivo.

A clareza obtida, pela aplicação de um critério, permite classificá-los de modo exclusivo e inequívoco, impedindo que a expressão de variantes ambíguas coloque em dúvida o que se está a registar. Ela é importante, pois permite definir a essência, a exclusividade e a indubitabilidade do dado a registar: ‘o praticante’.

Participar em provas desportivas oficiais é um critério de fácil aplicação para definir ou registar quantitativamente um praticante. Ele determina o seu registo e esse método é usualmente utilizado. Tal participação depende de um ato institucional efetivo de livre opção, que associa o cidadão à respetiva prática desportiva: a inscrição num clube, numa prova (que organiza a prática desportiva), numa coletividade ou instituição análoga. Contudo, esta forma de registo institucional não esgota o perfil concetual do que se possa entender como ‘*praticante desportivo*’. Em Portugal, a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro, consagra no seu Artigo 34.º (**praticantes desportivos**) o seguinte:

“1 - O estatuto do praticante desportivo é definido de acordo com o fim dominante da sua atividade, entendendo-se como profissionais aqueles que exercem a atividade desportiva como profissão exclusiva ou principal.

2 - O regime jurídico contratual dos praticantes desportivos profissionais e do contrato de formação desportiva é definido na lei, ouvidas as entidades sindicais representativas dos interessados, tendo em conta a sua especificidade em relação ao regime geral do contrato de trabalho”.

O estatuto estabelecido no n.º 1, identifica uma ligação direta a uma prática desportiva e ao seu regime profissional de prática. Quem pratica, pratica alguma coisa: uma prática ou modalidade desportiva. Adquire assim uma conotação que lhe é dada pela aplicação do critério, oferecendo-lhe uma característica: “*praticante de tal modalidade...*”, recorrendo, na continuidade, a uma diferenciação em duas categorias: profissional e não-profissional, por omissão desta última.

As práticas desportivas aplicam o primeiro critério, definem assim os praticantes que as realizam, pela modalidade praticada e a forma de como ela é exercida. “*Praticar desporto*”, é praticar uma modalidade, pelo menos. Mas é preciso considerar outros formatos organizativos que apresentam expressões diversas pelo contexto institucional onde essa prática é desenvolvida e que lhe oferecem critérios, cujas características permitem classificá-las em função desses requisitos

subjacentes. Neles se incluem a modalidade ou o modo de prática associado, a frequência de prática, o grau de exigência, o grau de formalidade da sua expressão ou formato organizativo, o quadro competitivo em que se insere, o enquadramento institucional de referência, o estatuto profissional e outros critérios, associados aos praticantes ou tantos outros, quantos sejam as perspetivas de análise que os aplicam, designadamente critérios geográficos, etários, sexo, setoriais, etc.

Lamartine Pereira da Costa (Costa, L. 1978), equacionou a problemática dos praticantes desportivos a partir da classificação dos modos de prática, incluindo nela a estrutura organizacional, na lógica da continuidade do movimento TRIM de ‘Desporto para todos’ na Europa, aplicada neste caso à realidade brasileira. Na linha deste entendimento, Clayes (1987), Dumazedier (1980), Sérgio (1986), Defrance (1995) e outros autores que perspetivaram a evolução do conceito de desporto. Tratava-se de considerar nele, o lazer e a recreação como fenómenos integrantes, como constituintes, deste conceito.

A identificação por Parlebas (1981) da dimensão institucional do desporto definindo-o como um “conjunto de situações motoras codificadas sob a forma de competição e institucionalizadas”, por via da regra geral instituída, permitiu o seu reconhecimento, como uma atividade portadora de um código universal próprio, cujo cumprimento alargava a qualquer pessoa a possibilidade de ser praticante desportivo.

Marivoet (1987) tentou em Portugal, aplicar uma metodologia utilizada em vários países da Europa, integrada na construção do Atlas Desportivo Nacional - Carta de Procura da Prática Desportiva, destinada a medir a situação desportiva através dos níveis de prática. Mas deparou com o problema da definição do desporto e do estabelecimento dos critérios para a clarificação do que é um praticante desportivo. Baseado no critério de horas de prática desportiva, a sua aplicação resultou num processo de amostragem, considerando cidadãos inquiridos, o que não permitia um registo efetivo com identificação de quantitativos em classes e categorias de dados ajustados a uma contabilização exata e abrangente das existências.

Pires (1988), na linha de Sérgio (1986), realizou a síntese dos contributos de inúmeros autores, Huizinga (1951), Caillois, (1958), Antonelli (1965) e muitos outros que já aqui referimos, a partir de um esforço que resultou num conceito aberto, integrador, inclusivo, para definir o desporto e nele integrar todas as variações possíveis da respetiva expressão, a partir de cinco dimensões ou eixos explicativos: *o jogo, o movimento, a agonística, a instituição e o projeto*. Estas duas últimas dimensões, dão particularmente ao desporto uma expressão e um significado global e

civilizacional, que importa salientar como contributo para a Humanidade e para a Civilização, ao qual todos têm direito a aceder e a usufruir.

Este movimento, de procura e partilha dos valores do desporto, generalizando-o ao comum dos cidadãos, veio a culminar na ‘*Carta Europeia do Desporto para Todos*’ aprovada pelos ministros europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos para a sua 7ª Conferência, nos dias 14 e 15 de maio de 1992, em Rhodes. Este Conselho Europeu veio a reconhecer o contributo das práticas desportivas na valorização pessoal e coletiva. A partir daqui o desporto abandonava o seu caráter exclusivista, seletivo, encerrado institucionalmente sobre si próprio, na sua dificuldade e na sua formalidade. Abria-se, assim, ao livre usufruto de todos os cidadãos e de toda a Humanidade, numa perspetiva mais inclusiva e participada. Apresentava novas formas de prática, quanto à sua expressão, a sua organização e os seus benefícios eram reconhecidos pelas entidades supranacionais europeias.

A ‘Carta Europeia do Desporto para Todos’ estabelecia, no seu artigo 2.º n.º 1, alínea a): *“Entende-se por “desporto” todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”*.

Embora se registre a vastidão do debate o seu desenvolvimento não é, contudo, o objeto de estudo desta reflexão. Referenciá-la é importante para percebermos o modo como o desporto evoluiu no seu conceito e de como se constituiu num bem universal de acesso a todos os cidadãos do mundo. O Desporto tornou-se assim um bem público, uma dádiva civilizacional à qual todos podem aceder.

O caráter do perfil de dádiva civilizacional e de bem público, no qual o Desporto se constitui, é reconhecido na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 79.º quando responsabiliza e vincula o Estado Português, as suas instituições e as das comunidades constituintes, à sua divulgação e ao seu exercício, como um direito que cabe a todos. Daí a razão pela qual a racionalidade na gestão dos bens e recursos públicos interessa ao desenvolvimento das políticas desportivas, quer sejam elas promovidas pelas estruturas e instituições estatais, comunitárias ou mesmo privadas ou associativas. O dever de racionalidade no exercício das políticas desportivas é também uma exigência a considerar do ponto de vista económico e também empresarial, mesmo ao nível do desporto.

O problema dos registos dos praticantes situa-se aqui. Dado que a equação 4/10 mil praticantes tem sido o indicador constituído como aferidor racional do perfil das políticas desportivas,

importa perceber sobre quais os critérios que definem cada um dos elementos da equação, de modo a não se obterem resultados sem nexos, sem significado ou com representações enviesadas das operações e dos resultados. A utilização e aplicação deste indicador não encontra dificuldade na determinação dos valores relativos ao numerador da equação, dado que a definição de ‘*praticante desportivo*’ encontra uma explanação clara no texto da Lei portuguesa, como vimos, da qual se podem aplicar também critérios de participação em provas de nível superior, relativamente aos praticantes de elite.

O problema centra-se agora na definição do conceito de ‘praticante desportivo’, quando se buscam valores para o registo dos praticantes desportivos de base, particularmente os que se referem às formas mais livres ou institucionalmente desorganizadas. E este problema existe de tal modo, que faz abrandar qualquer esforço que tenda ao funcionamento do indicador em causa. Aqui chegados, os estatísticos, os matemáticos, os políticos e decisores do Desporto emperram num emaranhado de dúvidas, num intrincado de possibilidades políticas, científicas e sociais, numa diversidade de visões e perspetivas do desporto, que os imobiliza. Sem soluções instrumentais aplicáveis às decisões sobre a dura realidade, os decisores políticos e os agentes desportivos remetem-se ao silêncio, muitas vezes envergonhados, claudicam e desistem. Perdem legitimidades por incompetência instrumental que lhes é estranha, não por via técnico-científica, da qual se encontram vastas vezes apetrechados, mas por via concetual, por não poderem aplicar os critérios de definição e de decisão com justeza e conformidade.

O discurso é normalmente compensado com referências aos valores do Desporto e outros a ele associados. Seguem-se os debates. Procuram-se utilitarismos que lhe confirmem importâncias e legitimidades, atribuindo-lhe finalidades extradesportivas e responsabilidades que lhe são estranhas e por isso, o amarram e condicionam. Aprovam-se documentos que encaminham as expressões desportivas para esses utilitarismos. Criam-se assim, por via da atratividade que o desporto gera, legitimidades de intervenção e destaque social extradesportivo naqueles que os aprovam. Estas legitimidades externas servem mais os seus autores, que as não teriam, se o seu exercício fosse resultante de uma intervenção em contexto desportivo. Sentem deste modo, legitimadas as suas decisões, as suas ações e a usura dos recursos que estas envolvem, desfocadas dos destinatários, afastando como consequência, o praticante da prática desportiva, por sobrecarga contextual e insuficiência material. São utilizados recursos, que em nome do desporto, são dirigidos a objetivos que lhe são estranhos, lhes são apenas complementares ou sobre os quais o desporto impacta, e que lhes fazem falta para o seu desempenho. O desporto não precisa destas

amarras, mas ao contrário, precisa dos recursos necessários à expressão da luxúria civilizacional da sua prática, em favor dos seus praticantes.

Há, neste quadro, por isso, uma abordagem concetual que está por realizar e que se exige como solução, como resposta. Há uma matriz de referência a constituir, que resulte num formato esclarecedor, que seja útil à arquitetura e ao manuseamento da informação relativa ao desporto e às suas decisões políticas. A abordagem concetual do praticante desportivo e a clarificação das suas variantes, retira dúvidas e produz a agilidade processual no seu registo.

O Conselho da Europa, desde a definição do conceito de Desporto (1992), tem estabelecido o *‘praticante desportivo’*, como aquele que pratica uma atividade físico-desportiva, numa frequência de duas vezes por semana.

O Modelo Europeu do Desporto (1999-2002-2021), consagra às federações o monopólio das funções de regulação das modalidades e de organização dos campeonatos nacionais respetivos. Este, através do TFUE - Tratado de Funcionamento da União Europeia, pressupõe e reconhece a função educativa e social da dimensão do desporto europeu. Mas, não obstante o facto de reconhecer uma representação assente numa base associativa autónoma, democrática e territorial, aponta para uma estrutura clássica e unicitária de formato piramidal (Pires, G. 2007), cujo funcionamento configura as preocupações económicas de uma visão industrialista e de mercado, remetendo as dimensões associativa, educativa e social para o que designa como *‘desporto de base’*. Por outro lado, ignora ou minimiza a participação dos Estados, convidando-os apenas a dar apoio a estas funções e características do Modelo Europeu, remetendo o seu papel para uma responsabilidade difusa no domínio do voluntariado e de finalidades extradesportivas, que pretende associar ao desporto. Ele não consegue abranger e integrar outras formas de organização institucional de práticas desportivas, importantes para o amplo exercício de direito ao desporto, nem considerar, através de registo efetivo, os respetivos praticantes.

O MEDE é complementado com “A Declaração de Vilnius (2018)” onde se reconhecem os contributos da inovação, dos valores do desporto e da atividade física, do voluntariado e da cidadania ativa, na promoção do crescimento económico, através da *‘Conta Satélite do Desporto’*, embora alinhados com as costumeiras finalidades extradesportivas.

Nesta declaração de Vilnius, o Conselho e os representantes dos Governos dos estados-membros convidam a Comissão, no seu n.º 30 do articulado a:

“Dar início a um processo de avaliação sobre a utilização e a aplicabilidade dos sistemas de cálculo usados para quantificar os aspetos socioeconómicos do desporto, incluindo a cartografia da investigação existente e a recolha de exemplos de boas práticas”.

Não obstante este documento remeter para uma cartografia da investigação existente pela recolha das boas práticas, nele predominam as preocupações relativas às componentes socioeconómicas do desporto, plasmadas no artigo 31.º:

“Apoiar, no contexto de um grupo de peritos e com o apoio do Eurostat, o desenvolvimento de instrumentos para complementar ou atualizar os dados já existentes sobre a dimensão económica do desporto, incluindo os aspetos socioeconómicos”.

Pela análise do teor do documento, parece terem sido ignorados os praticantes e os fluxos desportivos, para no futuro, serem registadas apenas as expressões económicas e a respetiva valorização, que estes geram a partir da sua atividade desportiva. As dimensões de base voluntária do desporto, da função social, educativa e de saúde são sujeitas a um papel secundário entregue à observância, à responsabilidade e à dependência dos Estados e são subjugadas por uma visão piramidal de complexo social-industrial, em cujo o primeiro (o social) alimenta e sustém o segundo (o industrial/empresarial).

Não se trata de menorizar a importância dos conteúdos do acordo de Vilnius, que consegue como mérito principal, a visibilidade económica da sua importância através da conta satélite, mas trata-se de não perder o foco, de não perder o fulcro principal nestas dinâmicas, de não deslocar o vértice estratégico (Mintzberg, 1979) do sistema, daquilo que é o desporto, em favor das suas logísticas. É preciso que a vocação das logísticas se mantenham nas situações de suporte e sustentabilidade evitando a inversão de papéis face ao vértice estratégico (Cunha, L.M., 2007).

Referenciemos ainda os contributos da UNESCO da 6.ª conferência internacional dos ministros e altos funcionários responsáveis da educação física e do desporto (MINEPS VI), realizada em Kazan, na Rússia, de 13 a 15 de Julho de 2017, cuja declaração veio a resultar no ‘Plano de Ação de Kazan – 2018’. Do seu articulado no ponto 28.º, salientamos o apoio dos governos às cinco ações indicadas apresentadas no anexo 2, que resumimos:

- 1 – O estabelecimento de ferramentas de suporte jurídico ao investimento em educação física, atividade física e desporto.
- 2 – O desenvolvimento de indicadores comuns para medir a contribuição da educação física, atividade física e desporto para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e metas prioritárias.
- 3 – O estabelecimento de padrões internacionais de integridade desportiva e luta contra a dopagem.
- 4 - O estabelecimento de um observatório global para as mulheres, desporto, educação física e atividade física.

5 – O desenvolvimento de um Quadro de Monitoramento partilhado de informações relativas às Políticas Desportivas dos diferentes Estados.

Estes contributos são importantes para vincularem os Estados à configuração das políticas desportivas e do respetivo exercício, dos quais salientamos o ponto 2 e o ponto 5 que se relacionam, dado que articulam o estabelecimento de indicadores comuns com as políticas desportivas dos diferentes estados.

Acresce que, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 79.º, consagra o Desporto como o exercício de um direito a que todos têm acesso, colocando o Estado como garante desse exercício. Esta particularidade portuguesa de encarar o desporto como um bem civilizacional ao qual todos devem aceder por direito garantido pelo Estado e pelo sistema social e comunitário, não parece aparentar preocupação análoga por parte dos documentos de referência apresentados internacionalmente. O ‘bem civilizacional’ é encarado mais como algo transacionável, gerador de valor económico, do que a luxúria do exercício de um direito que a todos é conferido. Trata-se assim de fazer com que sejam considerados todos os praticantes desportivos para além dos que se integram nos quadros competitivos federados.

O Desporto é uma atividade que gera dinâmicas de atratividade muito fortes que são cobiçadas por diversos sistemas, designadamente os produtivos e empresariais. Essa cobiça é particularmente sentida, dado que este gera e reúne fluxos materiais e fluxos de vontades, pelo envolvimento alegre e participado do envolvidos que se empenham dedicadamente nos processos que o organizam. Do mesmo modo, sempre os Estados se serviram do desporto com intenções de cumprirem objetivos ligados à formação militar, à educação e à saúde e agora à economia, bem como aos casos de remediação e integração de situações marginais.

O mais recente documento emanado do Parlamento Europeu - *Política desportiva da UE: avaliação e eventual rumo futuro, (2021)*, traduz esta atratividade e reflete as pressões sociais, os contextos ideológicos, revela alguns interesses políticos e económicos. Identifica alguns perigos que colocam a existência do desporto em causa como expressão civilizacional da Humanidade, em relação à qual pretende oferecer à União Europeia um papel de baluarte global, por via das suas políticas, neste caso, do desporto.

Medir as políticas desportivas é medir com base em dados, é produzir informação e conhecimento sobre a situação desportiva e as políticas desportivas. E se o indicador que as mede (4/10 mil praticantes), como vimos, constituiu o ponto de equilíbrio do exercício das políticas desportivas, torna-se imprescindível considerar os praticantes, expressos através de dados quantificados, que se extraem a partir dos registos sobre a realidade. Os dados agregam-se em classes de dados. As

classes de dados estabelecem-se e diferenciam-se por critérios. Os critérios são atributos que se aplicam aos dados e que os organizam em taxonomias classificativas.

O registo, a partir do dado, tem de ser inequívoco e indubitável e tem, por isso, que ser sujeito à aplicação de um critério que aplique essa clareza. Pertencer à mesma classe de dados, é aplicar o mesmo critério e deter o mesmo atributo ou expressar a mesma qualidade dos demais constituintes dessa classe. Os registos obtidos nessa classe apresentam assim uma configuração análoga quanto às características do tipo de dado. Não levar em conta os critérios associados ao registo de dados, compromete a veracidade da informação produzida e falseia o conhecimento elaborado.

Definir o praticante desportivo apenas pela prática desportiva à qual ele está associado, conforme o teor do artigo 34.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro – LBAFD, não esgota as imensas possibilidades e contextos onde as práticas desportivas se expressam e organizam.

O estabelecimento do seu estatuto de ‘praticante desportivo’, permite identificar populações-alvo diferenciadas, relativamente aos processos de organização institucional e de gestão das práticas desportivas. Se é fácil a aplicação do critério de inscrição e de livre associação, para identificar o praticante que participa oficialmente nas provas conforme se estabelece no teor da lei, obtendo assim o seu registo formal, tal não é linear, para os demais praticantes que desenvolvem práticas desportivas “não oficiais”.

Este problema da identificação de contextos diferenciados tinha sido já colocado por David, S. et al. (2008), relativamente à participação no desporto e na atividade física, partindo das brincadeiras das crianças direcionadas para a participação institucional do desporto juvenil e júnior, como base de proteção à institucionalização desportiva de competições séniores, de elite ou profissional. Correspondem a fases do crescimento dos jovens constituindo-se como antecâmaras de enquadramento com correspondência institucional. Projetam desse modo, áreas de intervenção de estudo e atuação política no desenvolvimento do desporto.

A configuração piramidal do Modelo Europeu do Desporto (2021) mostra-se insuficientemente abrangente, do ponto de vista da sua organização institucional, quanto a poder considerar a existência formalmente instituída destes contextos e de responder assim aos objetivos próprios de cada um: prover e enquadrar as práticas desportivas dirigidas a populações-alvo específicas. Em todos eles existem cidadãos que praticam desporto e atividades físicas, mas que à luz do conceito definido no Conselho da Europa, não são contabilizados como praticantes desportivos, porque não se registam no movimento federativo e por isso, não determinam as políticas

desportivas. O registo oficial dos praticantes desportivos, tem sido feito a partir dos dados fornecidos pelas Federações Desportivas.

Por outro lado, por não os considerar institucionalmente, apenas alguns deles, integrando-os com designações federativas que se mostram artificiais, forçadas, não respondendo ajustadamente às finalidades, aos estatutos, aos objetivos e dinâmicas próprias de cada um. Do mesmo modo, não se identificam formalmente as zonas de interface e de transferência de fluxos de praticantes e do respetivo estatuto, relativos ao contexto de origem excetuando algumas situações ou experiências relativas à situação escolar, universitária e de desporto adaptado. Por estas razões é difícil a aplicação de critérios que ao mesmo tempo os considerem e diferenciem com a especificidade necessária.

5. Metodologia

A pesquisa, de artigos nas Bases de Dados Scopus e B-On, foi efetuada por via das palavras chave: “contabilizar praticantes”, “athletes accountability”. Resultou numa não-obtenção de resultados com significado. Continuámos usando “políticas desportivas” e “Sport Policies” como expressões alternativas onde a temática fosse versada. Obtiveram-se 3288 resultados.

A consulta dos títulos, primeiro e dos ‘abstracts’ depois, permitiu selecionar algumas referências e eliminar a presença das temáticas na pesquisa, por ausência de significado e interesse nos resultados.

Verificou-se que:

Desde 1947, que existem publicações sobre políticas desportivas, mas é só a partir do ano 2000 que a sua presença tem um significado mais forte.

De 2000 a 2010, os artigos encontrados focavam-se na importância social do desporto, designadamente para a educação e integração de populações marginais.

A partir de 2013, acentuaram-se as preocupações com a saúde o bem-estar e a qualidade de vida, muitas orientadas pelos ODS’s (Desafios Globais de Desenvolvimento)

A partir de 2018 reforçaram-se os temas ligados com ativismos no desporto, laterais às políticas desportivas e à temática dos praticantes. Por serem laterais à problemática, não foram considerados.

Após 2020, foi a vez da presença dos artigos de saúde e medicina, embora relacionados com o desporto, foram também excluídos. Do mesmo modo, se aplicou a não inclusão dos artigos sobre gestão de negócios.

De todo este processo de filtragem foram apuradas 33 publicações. Nele, não foram detetados artigos que estabelecessem critérios de identificação do estatuto do praticante desportivo nas suas diferentes variantes, que permitissem registos efetivos.

6. Resultados e discussão

Da leitura destas 33 publicações e outras que por extensão se seguiram, identifica-se um percurso histórico assinalável onde as preocupações em torno da temática dos praticantes foram desenvolvidas, na tentativa de estabelecer as bases para que se efetuassem estudos comparativos entre os diversos países. Este percurso foi marcado no seu início, pelos primeiros trabalhos efetuados no âmbito do Conselho da Europa, com autores já referenciados na primeira parte deste trabalho. Referimo-nos a Castejón Paz (1973), com a racionalização das escolhas em matéria de política desportiva e a Brian Rodgers (1974 e 1977), com os seus estudos regionais sobre o lazer e de racionalização das políticas desportivas e seus contextos.

Nestes 33 artigos, são abordadas temáticas relacionadas com a ‘participação desportiva’ pesquisadas por Belgas, Holandeses, Espanhóis e Ingleses (entre 1973 e 1992).

Neles, são referenciadas também a ‘Carta Europeia do Desporto’ (1992) e as várias versões do Projecto COMPASS - Coordinated Monitoring of Participation in Sports (1999 a 2011) (Gratton et al., 2011).

A revisão reflexiva feita por estes autores, sobre a estrutura e os resultados do projeto COMPASS (UK Sport, Sport England and CONI, 1999) e a sua utilidade, apontou para a necessidade de um novo projeto COMPASS, referindo que a agenda política encontrou nos resultados ingleses, que trouxeram mais à tona nos últimos anos os benefícios do ‘desporto para a saúde’, razões para a mudança. Estas razões explicam as alterações, provocadas na forma como medimos a participação desportiva. As pesquisas focadas em preocupações de saúde, apontando para frequências de 3 vezes por semana de pelo menos 30 minutos, como o mínimo necessário para alcançar esses benefícios, condicionaram o formato avaliador das políticas desportivas.

Por fim, o artigo tenta encontrar explicações para o padrão europeu de participação desportiva revelado, propondo que talvez haja necessidade de um novo estudo COMPASS, sendo que para tal, é preciso adaptar o quadro analítico a uma medida mais intensiva de políticas de participação desportiva.

Numa segunda resultante, Breedveld, K. & Hoekman, R. (2011), Nicholson, Hoyer & Houlihan (2011) referem-se a estudos sobre a participação desportiva na Holanda. Assumiram a variabilidade conceptual do desporto e a necessidade da sua operacionalização, procurando criar

um método para essa avaliação. Efetuaram comparações entre pesquisas quanto ao objeto de estudo e aos procedimentos metodológicos. Preocupava-os a identificação do número exato de praticantes desportivos, assumindo a dificuldade de o determinar. Esta preocupação sujeitava-se à necessidade de aumentar os níveis de participação desportiva, particularmente nas faixas de população com registos menores. Referiram que, no início dos anos 1990, o organismo responsável pela política desportiva holandesa emitiu diretrizes sugerindo o uso de um cartão mencionando 44 modalidades desportivas, incluídas num inquérito sobre participação desportiva ao nível de todos os municípios holandeses. Em 2003, 54 municípios utilizaram estas diretrizes. Elas contribuíram para a comparabilidade dos resultados, embora não tenham atingido o seu objetivo final. Os resultados diferiam entre as pesquisas, mesmo que parecessem usar perguntas semelhantes. Verificou-se que a participação desportiva foi positivamente correlacionada com a resposta, evidenciando um viés de sobrestimação de taxas, recomendando a necessidade de maior coordenação, não bastando para isso, no entender destes autores, emitir diretrizes de pesquisa. Concluíram que a coordenação não é fácil a nível nacional, de país, muito menos a nível europeu. Identificaram o reconhecimento desta necessidade de articular esforços entre os países, de modo a conseguir estimarem-se valores para a participação desportiva. Reconheceram as intenções do projeto COMPASS que foi criado para chegar a análises de políticas e a uma pesquisa pan-europeia mais coordenada (UK Sports, 1999).

Outros autores (Hovemann & Wicker , 2009), revelaram preocupações análogas em estudos realizados sobre políticas de participação desportiva. Neles se procuravam identificar as determinantes sociais que explicassem essa participação, assumindo as dificuldades comparativas de operacionalização, relativamente aos métodos de análise e procedimentos estatísticos. Com esse intuito, socorreram-se dos dados do Eurobarómetro 2004 e realizaram análises de regressão (1) para todo o espaço europeu e (2) para todos os 25 estados membros separadamente. Foram identificados, dentro do nível europeu, fatores que afetam negativamente a participação no desporto designadamente a idade, o tipo de relacionamento, a existência de filhos e a ocupação profissional, enquanto os anos de escolaridade e o tamanho da cidade têm uma influência positiva significativa. Os modelos de regressão específicos a nível de cada país mostraram determinantes diferentes. Recomendaram, como resultado, a necessidade de articulação política entre as diferentes entidades nacionais.

Embora a maioria das pesquisas tenha mostrado resultados comparáveis no que diz respeito às diferenças de participação entre, por exemplo, idade, sexo e classe social, no que se refere aos níveis precisos de participação, os diferentes inquéritos revelaram-se, em grande medida,

incomparáveis. Ambos os estudos, no entender destes autores, produziram resultados decepcionantes.

São referenciados estudos seguintes (Houlihan, 2012), com base em De Bosscher, De Knop et al., 2009), que evoluem das versões do COMPASS, para as metodologias do Eurobarómetro, bem como para as respetivas limitações sobre o que se está a medir, ensaiaram uma tentativa de explicar os processos de convergência e articulação das políticas desportivas entre diversos países. Contudo, estes estudos estavam focados e vocacionados para as políticas de elite.

Puig (2016), recapitulou a literatura da época relativamente aos conceitos de desporto, analisou tendências e aplicou inquéritos. As preocupações com a saúde mantiveram-se. No entanto a sua pesquisa focou-se na identificação dos fatores explicativos centrados nas componentes sociais, desigualdades, integração social. O seu exercício de revisão concetual dos contributos dos autores para o desporto, não se traduziu em clareza de critérios aplicados à definição do praticante desportivo.

Este tipo de estudos, parecem focar-se fundamentalmente nos fatores externos que influenciam o envolvimento das pessoas com a prática desportiva, designadamente fatores sociais como a renda e o nível de desenvolvimento do país. Eles ajudam a caracterizar o fenómeno através do estabelecimento de perfis de ocorrências, com base no nível de duração em permanência, de envolvimento e de intensidade, relativamente ao esforço e atividade física ou referências socioeconómicas. Baseiam-se na quantificação percentual, a partir dos resultados obtidos pela amostra, mas não equacionam as formas de determinar os efetivos e existências reais relativos a cada tipologia de praticantes.

Na Europa, o Eurobarómetro é a única investigação coordenada a nível central sobre a participação desportiva e fornece uma boa visão geral da participação desportiva neste espaço europeu. Infelizmente, parece que o Eurobarómetro não tem um historial de investigação sobre a participação desportiva. Como resultado disto, na opinião de alguns dos autores referenciados atualmente, não parecem existir linhas de tendência claras na participação desportiva a nível europeu.

A um outro nível, mas na continuidade das preocupações relacionadas com a participação desportiva, está o movimento ‘European Grassroots Football’ descrito por Breuer e Nowy (2018). Eles referem-se às características do sistema de governo do futebol europeu frequentemente descrito como um sistema hierárquico em pirâmide (Breuer & Wicker, 2015; Gratton & Taylor, 2000; Peeters & Szymanski, 2014), apresentando a UEFA no topo e as federações nacionais num nível inferior. Na base, os sistemas nacionais são representados por

clubes de futebol amador voluntários. Identifica-se neste sistema uma solidariedade interna (vertical) com o futebol profissional: os clubes de futebol de base protegem a sustentabilidade do sistema fornecendo talentos, treinadores e dirigentes, enquanto este, constitui-se como o promotor da modalidade. Quanto mais sólida seja a base da pirâmide melhor será a sustentabilidade da modalidade.

Ora, este sistema está na base da visão que sustenta a formação do Modelo Europeu de Desporto, à qual se acrescentam os contributos prévios resultantes dos estudos belgas, holandeses, ingleses e espanhóis. Se em relação ao primeiro se identifica a estrutura de configuração piramidal, em relação aos segundos, a estrutura dos inquéritos está demasiado refém de uma abordagem associada às preocupações de saúde com os cidadãos, por via da avaliação da duração e intensidade de prática física.

Em nosso entender, sem tirar o mérito das intenções pan-europeias de articulação, O COMPASS organiza-se em função de uma perspetiva vinculada à duração e intensidade do esforço, da atividade física e não olha para o fenómeno desportivo através de um ponto de vista sistémico-institucional. São as preocupações de saúde e bem-estar que acompanhavam os valores e constructos sociais da época, que influenciam ainda hoje as metodologias aplicadas nos estudos. Sabe-se que o plano concetual subjacente à estrutura dos inquéritos condiciona o olhar subjacente às perguntas que se desenham. E se a procura reside nas preocupações de saúde da prática desportiva, é sobre essa intensidade de prática que vai haver perguntas. Perguntar sobre a participação no fenómeno desportivo e sobre o registo da sua expressão institucional sistémica, é outra coisa.

Em Portugal, as iniciativas que promovem eventos abertos organizados a partir de planos nacionais, promovidas com grandes apoios centrais, parecem procurar gerar resultados avulsos que possam ser orientados para a obtenção de respostas no índice do Eurobarómetro e do COMPASS, em vez de estarem ancoradas institucionalmente e dirigidas para as pessoas, os praticantes, para as atividades e para o funcionamento do sistema desportivo, nas suas diferentes componentes estruturais, designadamente ao nível das políticas setoriais e locais de proximidade. Parece que as grandes dificuldades de registo efetivo e não apenas percentual dos praticantes, residem não só no modelo de configuração institucional do sistema desportivo, mas fundamentalmente nos aspetos conceptuais, quer sejam eles os respeitantes ao conceito de ‘desporto’, quer sejam os relativos ao conceito de ‘praticante desportivo’, quer ainda em relação aos critérios que o delimitam nas suas variantes.

A necessidade de gerar sistemas de informação aplicados à gestão das políticas públicas desportivas tem vindo a fazer sentir-se como forma gerir os seus processos, registar resultados e avaliar consequências. Esta necessidade foi sugerida por González-Salas e Pablos-Rodríguez (2015), dirigindo o seu estudo à avaliação das políticas públicas desportivas nas administrações locais. Os autores verificaram a existência muito limitada destes sistemas de informação. No seu entender, estes sistemas precisam de ser adequados, para que as informações fornecidas possam sustentar o processo de conceção, implantação e avaliação das políticas desportivas e determinar eficiências e eficácias em todas as suas etapas.

Grix e De Bosscher (2018), compararam os métodos utilizados na abordagem aos problemas das políticas desportivas, com base em artigos publicados nos últimos 10 anos em quatro revistas da especialidade (European Sport Management Quarterly, International Journal of Sport Policy and Politics, Sport Management Review e Journal of Sport Management).

Verifica-se, neste período considerado, uma certa estabilidade na utilização de métodos de pesquisa em políticas desportivas feita nos diferentes artigos, mas também a referência a um forte enquadramento político-cultural que sujeita e limita o aparecimento de metodologias inovadoras. Registou-se também, que poucos artigos têm contribuído para debates metodológicos mais amplos e que a utilização de métodos mistos tem sido limitada. No entanto, os autores também reconhecem a experiência académica de avaliações realistas baseadas em praticantes e participantes, embora questionem se os níveis de performance desportiva serão suficientes para realizar essa abordagem mais ampla designadamente, os programas de treino aplicados em ambiente escolar e juvenil inseridos em projetos de âmbito local.

Rustandi e Amung Ma'mun (2021), fizeram uma revisão sistemática da literatura (SLR), limitada a artigos publicados de 2012 a 2019, através da base de dados Elsevier, Taylor e Francis. Abordaram as temáticas do 'desenvolvimento do desporto' e do 'desenvolvimento através do desporto', estudando os modelos políticos de participação desportiva a aplicar à realidade indonésia. Verificaram, na literatura encontrada, estar a acontecer uma mudança de paradigma na participação desportiva - 'desporto para todos' e nas políticas de desenvolvimento aplicadas aos novos países. A análise dos nove (9) artigos apurados, permitiu registar que, a avaliação das políticas públicas e os programas dirigidos à participação da comunidade tratados, nas pesquisas anteriores, não podem ser vistos apenas para criar um estilo de vida ativo e saudável. Contestaram a estreiteza desta visão e complementaram-na com os contributos para a construção do carácter, o estímulo da sensibilidade mental, melhoramento dos fatores emocionais, relações sociais, etc., que o desporto proporciona. As análises publicadas referem a necessidade de existir uma visão

sistemática abrangente nas políticas desportivas, com base nas condições políticas e sociais, dirigida a todos os níveis da sociedade, traduzida em desportos adequados.

Estes autores, apresentaram o modelo triangular de inspiração inglesa, atualmente em vigor no Reino Unido e promovido na Indonésia pela Lei nº 3 de 2005 referente ao Sistema Nacional do Desporto, baseado em três âmbitos ou contextos: O desporto escolar, os desportos recreativos e os desportos de competição.

Também no Brasil, este esforço legislativo já tinha sido realizado em 1993, através da Lei nº 8.672, de 6 de Julho, que ficou conhecida pela “Lei Zico” e a “Lei Pelé” - Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que a revoga e acrescenta, as quais estabeleceram os princípios fundamentais, onde o desporto é considerado como um direito, instituíram duas categorias para as práticas desportivas (formais e não-formais) e consideraram quatro categorias de enquadramento institucional que diferenciam o desporto em: a) educacional; b) de participação; c) de rendimento e d) de formação.

De Bock e Scheerder et al. (2021) analisaram o comportamento das federações flamengas face às políticas de ‘desporto para todos’ impostas pelas determinações do governo da Flandres. Efetuaram um questionário baseado no modelo de Greenwood et al. (2002). Das 70 federações reconhecidas contactadas obtiveram respostas de 53. Identificaram, nas políticas oficiais de ‘desporto para todos’ integradas, pelo governo, nas missões das federações desportivas, a existência de três tipos de federações: as unidesportivas (1), as polidesportivas (2) e as não subvencionadas (3).

Neste contexto neerlandês confrontam-se duas tendências, que este estudo elegeu como o principal conflito institucional que o ‘Desporto para todos’ coloca à vocação das organizações federativas e que desafiam a sua lógica: a integração dos cidadãos no desporto, versus exclusividade do associativismo. Por um lado, as novas formas de participação não organizadas por clubes (1), particularmente os eventos desportivos de massa (a), a auto-organizada por grupos informais em situação de marginalização (status económico, social, refúgio, migratório) (b) ou a individual (c) e por outro, a exclusividade do associativismo (2), que compete com novas formas organizativas de negócio, designadamente as academias de saúde e os ginásios.

Não obstante o facto de, nos objetivos originais, a responsabilidade do ‘Desporto para todos’ ser partilhada por vários atores institucionais, como sejam as autoridades locais, municípios, organizações sem fins lucrativos e voluntárias, federações desportivas e os seus membros (clubes), nota-se uma sub-representação de grupos-alvo específicos (Fitzgerald, 2019; Vandermeerschen et al., 2015; Wicker et al., 2009).

A configuração piramidal do Modelo Europeu do Desporto (2021) mostra-se insuficientemente abrangente, do ponto de vista da sua organização institucional, quanto a poder considerar a existência formalmente instituída destes contextos setoriais e de responder assim aos objetivos próprios de cada um: prover e enquadrar as práticas desportivas dirigidas a populações-alvo específicas.

O mais recente documento emanado do Parlamento Europeu, *“Política desportiva da UE: avaliação e eventual rumo futuro, (2021)”*, que pretende oferecer à União Europeia um papel central na modelização da expressão desportiva global, reforça os princípios do Modelo Europeu do Desporto (MEDE), reconhecendo às Federações o papel de gestão dos respetivos desportos e os clubes desportivos, como a base de oferta de participação no desporto. Responde ao enquadramento de interesses sociais e económicos tentando viabilizar uns e outros, com legitimidades que conflituam, e não resolve os desajustamentos entre as lógicas de uns e as dos outros. A visão de monopólio de estrutura piramidal, se pode ser útil na regulação do formato das modalidades, colide com uma visão de participação generalizada em mosaico e por isso exclui, em lugar de incluir.

Neste documento que estabelece as linhas de Política Desportiva da EU, são esquecidas as demais dinâmicas designadamente, as que se expressam em contextos institucionais diferenciados desportivamente do contexto federado. Nestes contextos se incluem em particular o setor escolar, universitário e o local, onde se situam institucionalmente as crianças e os jovens em idade escolar que, nos seus espaços e tempos próprios, utilizam o desporto na sua formação e crescimento. É com a ajuda dos seus professores e a partir das suas famílias que passam a maior parte das decisões que impactam sobre a gestão do tempo, dos espaços e dos conteúdos das expressões desportivas. São eles que participam como envolvidos, interessados, interventivos e também destinatários do processo de desenvolvimento pessoal e de integração no desporto. São também eles que constituem a base para os processos de recrutamento e afetação de praticantes aos demais contextos institucionais, pela aquisição de uma cultura desportiva de base. O papel dos professores e familiares dos praticantes juvenis, atuando em contexto escolar, local ou universitário é menorizado ou esquecido, nas políticas definidas neste documento.

Vivemos hoje tempos de transição plena de uma sociedade de tipo industrial para uma ‘Sociedade da Informação’. As organizações e os seus processos estilham as suas estruturas de tipo piramidal, abandonando-as, para assumirem configurações holísticas, complementares, estruturadas em mosaico, considerando realidades alternativas como respostas possíveis e

presentes. As decisões centralizadas próprias dos sistemas uncários não respondem à variedade dos destinatários e à velocidade que as várias dinâmicas sociais impõem.

Da revisão da literatura efetuada, conclui-se pela variedade conceptual do desporto, das suas práticas, dos seus praticantes e das formas organizacionais que os cidadãos, as estruturas sociais e desportivas, encontram para a sua realização.

Do mesmo modo se reconhecem, como esforços válidos, os estudos holandeses, ingleses, italianos e espanhóis, o COMPASS e o Eurobarómetro, na procura de soluções para os problemas de avaliação das políticas e da participação desportiva. Reconhecer também a sua incapacidade para registarem, de uma forma institucional, o efetivo real das participações desportivas em diversas variantes contextuais, particularmente nas expressões não-oficiais da prática desportiva. Reconhecer, do mesmo modo, o reforço das respostas federativas às novas populações e às formas de prática com incidência de base local (Grassrooters) aplicadoras do modelo inglês, que ao mesmo tempo, exercem a vocação das federações e reforçam o Modelo Europeu do Desporto, de configuração piramidal.

Reconhecer ainda o modelo triangular inglês de desenvolvimento desportivo local, como sinal expresso de uma mudança, identificada nas dinâmicas locais de Escola-Clube-Administrações locais (Municípios).

Relembrar os contributos complementares do movimento legislativo brasileiro em 1993 pela “Lei Zico” (Lei nº 8.672, de 6 de Julho) e “Lei Pelé” (Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998) e do indonésio, que aplica, este último, o modelo triangular inglês pela Lei nº 3 de 2005, os quais institucionalizam ambos, contextos diferenciados de organização desportiva.

Reconhecer também a mudança de paradigma emergente, registada pelas diferentes abordagens realizadas pelos autores referenciados. Elas expressam a necessidade de considerar novas formas de organização das práticas, correspondentes às novas configurações sociais, próprias de uma sociedade complexa, diversificada e tecnologicamente avançada. Tais mudanças apontam para a necessidade de reformulações concetuais que antecedam a constituição dos modelos do sistema desportivo e dos seus processos de registo. A não definição concetual de um modelo de desporto, que considere, na totalidade, as variantes organizacionais e institucionais das práticas e dos praticantes desportivos, não permite uma avaliação mais abrangente, no que ao registo dos praticantes diz respeito, particularmente os praticantes de base.

7. Conclusões e implicações

Conclui-se assim, pela necessidade de rever as metodologias, as configurações institucionais do desporto e os sistemas de registo da informação, que sejam adequadas às diferentes expressões contextuais identificadas.

E é este o contributo que a nossa revisão pode vir a fornecer:

Identificar a necessidade de existir uma nova configuração do desenho institucional dos sistemas desportivos, que questione, altere e ajuste a configuração piramidal do Modelo Europeu do Desporto.

Esta estrutura que está baseada no mundo das federações, do associativismo, foi desenhada a partir uma visão unicitária do desporto exclusivista, que organiza os seus dados em dois níveis: identificando no primeiro, os seus associados e no segundo, uma população não caracterizada, que apresenta formas marginais ou não integradas das suas práticas no sistema desportivo. Esta população não caracterizada é medida amostralmente por estimativa, sem registos efetivos, a partir dos seus esforços de aquisição de estados de bem-estar saudável, baseada numa visão utilitarista de uma prática de saúde.

Estas duas faces, são ambas capturadas progressivamente por uma terceira perspetiva: uma visão mercantilista do ‘Desporto-Negócio’ de produto e de serviço, que se apropria da essência e das dinâmicas do desporto e se projeta, com todos os meios de difusão de imagem e de todos os negócios associados.

Impõe-se que se vá além dos inquéritos e das estimativas do Eurobarómetro, que parecem constituir a tentativa válida de produzir estudos comparativos numa dimensão pan-europeia. O problema do registo não está resolvido, não obstante os inquéritos permitirem a construção de perfis de participação desportiva, determinarem intensidades de prática e oferecerem, por amostragem, a proximidade dos cidadãos às práticas de atividade física e estados de saúde. Mas não são consequentes quanto ao registo efetivo dos praticantes desportivos. A sujeição a uma visão higiossanitarista, limita e aprisiona as abordagens ao fenómeno desportivo, na sua dimensão concetual, institucional e na organização das suas práticas.

Impõe-se o desafio de lançamento de uma discussão que reveja a estrutura piramidal do Modelo Europeu do Desporto. Em alternativa, que se perspetive um novo modelo, em mosaico, que considere as variantes dos contextos institucionais próprios, a integração dos novos grupos-alvo específicos de populações, as práticas desportivas e os formatos de gestão. Impõe-se um modelo mais centrado, legitimado em finalidades propriamente desportivas do que em abordagens contextuais não-desportivas.

Não foram identificados, na literatura consultada, critérios que traduzam a determinação concetual do praticante desportivo nas suas diferentes vertentes de estatuto institucional e de organização da prática desportiva.

Devem propor-se novas formas e métodos que organizem concetualmente a variedade dos contextos institucionais, a partir de respostas que se adequem às novas configurações paradigmáticas. Referimo-nos ao enquadramento das dinâmicas de grupos-alvo de população, com os seus praticantes diferenciados pelo seu estatuto institucional, pelas suas práticas, pelas formas de organização e processos de gestão, com a definição de critérios claros, quanto às suas dimensões organizativa do grau de formalidade e a correspondente dimensão institucional do contexto a que pertencem.

Propor uma visão alternativa pode colocar em causa a estrutura piramidal do Modelo Desportivo Europeu, em favor de uma configuração em mosaico, setorial, que contemple os contextos institucionais e os seus grupos-alvo (Pires, G. 2007). Mas tal visão alternativa não coloca em causa o exercício do monopólio de regulação, relativo a cada uma das modalidades desportivas, por parte das federações como referência capital do respetivo património desportivo. Equaciona a organização de dinâmicas mais acessíveis a novas populações não-federadas, identificadas em contextos próprios não-federativos, de modo a que esse património possa ser fácil e congregadoramente partilhado.

Este exercício, além de procurar saber sobre a existência de uma abordagem concetual prévia, impõe um confronto com a realidade institucional das organizações e dos subsistemas do Desporto, que o ajuste, que o valide, o clarifique e categorize a possibilidade de registo efetivo. Para que este ajustamento possa acontecer, é necessário convocar essas organizações e os agentes que representam esses subsistemas. É preciso auscultar os decisores e os atuantes nos processos de arquitetura e de registo da informação sabendo como definem o seu campo de intervenção. É importante identificar, dentro de cada organização central ou contexto institucional de referência, como é que os decisores e as suas instituições integram o uso do conceito '*praticante desportivo*'. É necessário saber se estas organizações reconhecem a existência de uma tipologia própria do seu praticante, que participa nas práticas desportivas próprias do seu enquadramento ou contexto institucional, saber se aplicam critérios clarificadores do respetivo estatuto e se o desdobram nas diferentes configurações de gestão das práticas desportivas. Fazendo participar os intervenientes nos processos e nas decisões, exercendo o seu direito ao desporto, ouvindo os representantes dos agentes institucionais dos contextos referenciados, validaremos as correspondentes utilizações instituídas.

É importante dar continuidade a esta reflexão auscultando os diferentes decisores que atuam nos diferentes contextos institucionais, convidando-os ao exercício de formalização de critérios identificadores dos perfis institucionais dos praticantes e dos formatos organizativos das suas práticas, para que os registos se tornem reais e o respetivo peso nas decisões das políticas desportivas se faça sentir de uma forma sustentada, a partir dos efetivos.

8. Referências bibliográficas

Antonelli, F. (1965), *Psicologia e Psicopatologia dello Sport*, Roma, Leonardo.

Houlihan, B. (2012) Sport policy convergence: a framework for analysis, *European Sport Management Quarterly*, 12:2, 111-135.

Bell, D., (1973), *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*, São Paulo, Cultrix.

Breuer, C. & Nowy, T. (2018), European grassroots football: Structural and managerial peculiarities, *The Global Football Industry: Marketing Perspectives*, Pages 36 - 611 January 2018.

Brohm, J. M. & Lauguillaumie, P. (1972), *Desporto e Política*, Lisboa, ed. Delfos, col. Livro Aberto, 1974.

Cagigal, J. Maria; (1972), *Deporte, Pulso de Nuestro Tiempo*, Madrid, Editora Nacional, p. 37.

Caillois, R.; (1958), *Les Jeux et les Hommes*, Paris, ed. Gallimard.

Claeys, U.; (s/d), *A Evolução do Conceito de Desporto e o Fenómeno da Participação/não Participação*, col. desporto e sociedade - antologia de textos nº 3, Lisboa, DGD, 1985/1987.

Costa, Lamartine P. da; (s/d), *A Reinvenção da Educação Física e do Desporto Segundo os Paradigmas do Lazer e da Recreação*, col. desporto e sociedade - antologia de textos nº 46, Lisboa, DGD, 1987.

Costa, Lamartine P. da; (s/d), *Actividades de Lazer e de Desporto para Todos em abordagens de Rede e de Baixo Custo*, col. desporto e sociedade - antologia de textos nº 28, Lisboa, DGD, 1986.

Coubertin, P. de; (1951), *Ideário Olímpico*, Madrid, ed. INEF, doncel, 1973.

Cunha, L. M.; (1997), *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*, Lisboa, UTL/FMH/Ciências de Desporto, 1997.

Cunha, L.M., (2007), *Os Espaços do Desporto – Uma Gestão para o Desenvolvimento Humano*, Coimbra, Edições Almedina S.A., pp.102.

- De Bosscher, V., De Knop, P., van Bottenburg, M., Shibli, S., & Bingham, J. (2009), Explaining international sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. *Sport Management Review*, 12, 113, 136.
- Defrance, J. (1995), *Sociologie du Sport*, Paris, La Découverte.
- Dumazedier, J.; (1980), *Olhares Novos sobre o Desporto*, Lisboa, Compendium, p. 23. cit. por Sousa, J.T.; (1986), *Para o Conhecimento do Associativismo Desportivo em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, UTL-ISEF, Vol. I, p. 92.
- Rustandi, E.; Suherman, A.; Amung Ma'mun, R. (2021), Sport for All in Indonesia: A Review of Sport Development Concept, *International Journal of Human Movement and Sports Sciences* 9 (4A): 130-135, 2021.
- Garcia, R. & Cunha, A. (2003), *As Ciências do Desporto sob o signo do Quinto Império*, in *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, U. Porto, Faculdade de Desporto.
- Godinho, A. (2018), *Portugal e o Modelo Europeu do Desporto – Estatísticas e Constrangimentos*, Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto, Ramo Gestão do Desporto, Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.
- González-Salas J. & Pablos-Rodríguez JL (2015), *Sistemas de información en las administraciones locales y la evaluación de las políticas públicas del deporte*, *Gestion y Politica Publica*, Volume 2015, Pages 171 - 2041 January 2015.
- Gratton, C., Rowe, N., Veal, A.J., (2011), International Comparisons of Sports participation in European Countries: an Update of the COMPASS Project - *European Journal for Sport and Society*, 8(1-2), pp. 99-116.
- Hovemann, G.; & Wicker, P., (2009), Determinants of sport participation in the European Union, in *European Journal for Sport and Society*, Volume 6, Issue 1, Pages 51 - 591 January 2009.
- Huizinga, J.; (1951), *Homo Ludens. Essai sur la Fontion Social du Jeu*, Paris, Gallimard.
- Huizinga, J. (2003), *Homo Ludens*, Lisboa, Ed. 70, Col. Perfil – história das ideias e do pensamento.
- Grix, J., Lindsey, I., De Bosscher, V. & Bloyce, D. (2018), Theory and methods in sport policy and politics research, *International Journal of Sport Policy and Politics*, 10:4, 615-620.
- Breedveld, K. & Hoekman, R. (2011), Measuring sports participation in the Netherlands – the need to go beyond guidelines, *European Journal for Sport and Society*, 8:1-2, 117-132.
- Machlup, F. (1962), *The prodution and distribution of knowledge in United States*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

Marivoet, S.; (1987), Metodologia Carta de Procura da Prática Desportiva e Recreativa, Desporto e Sociedade, Antologia de Textos, MEC/DGD Lisboa, 1987.

McIntosh, P.C. (1963), Sport in Society, London, Watts, vers. port., Lisboa, Prelo, 1967.

Mintzberg, H.; (1979), The structuring of organizations, Prentice Hall International Editions, Englewood Cliffs, New Jersey.

Nicholson, M., Hoye, R. & Houlihan, B. (2011). Participation in Sport: International Policy Perspectives. London: Routledge.

Puig, N. (2016), The sports participation: From research to sports policy, in Physical Culture and Sport, Studies and Research, Volume 70, Issue 1, Pages 5.

Parlebas, P., (1981), Contribution à un Lexique Commenté en Science de L'action Motrice, Paris, Institute Nationale du Sport et de la Education Physique.

Paz, B. Castejon; (1973), *A Racionalização das Escolhas em matéria de Política Desportiva - os instrumentos conceptuais*, col. Antologia Desportiva, n.º 6, MEIC/SEJD/DGD/CDI, Lisboa, (1977).

Pires, G., (1993), *Situação Desportiva (parte I)*, in Ludens - Ciências do Desporto, Lisboa, UTL-FMH, vol. 13, n.º2, Abril/Junho 1993.

Pires, G. (1988), Para um Projecto Multidimensional do Conceito do Desporto, in Horizonte, Vol. V, n.º 27, Set-Out, 1988, p. 101.

Pires, G., (2005), Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional, Porto, Apogesd, FOP Fórum Olímpico de Portugal, 2.ª Edição, tipografia Guerra, Viseu.

Pires, G., 2007, Agôn – Gestão do Desporto – o Jogo de Zeus, Porto Editora, pp. 227, ISBN – 978-972-0-04151-7.

Política desportiva da UE: avaliação e eventual rumo futuro - Resolução do Parlamento Europeu, de 23 de novembro de 2021, sobre a política desportiva da UE: avaliação e eventual rumo futuro - P9_TA (2021)0463 (2021/2058(INI)).

Rodgers, B. (1977), *Rationalizing Sport Policies; Sport in a Social Context: International comparisons*, Strasbourg, Council of Europe, citado por Taylor, Peter (1985), *Sport and Recreation: An Economic Analysis*, E. and F.N. Spon ltd, London.

Rodgers, B. (1977). Rationalising Sports Policies: Sport in its Social Context: International Comparisons. Strasbourg: Council of Europe.

Rodgers, B.; (1974), *Regional Recreational Contrasts*, in Appleton, Ian (ed.) Leisure Research and Policy. Edinburgh, Scotland: Scottish Academic Press. 1974, pp. 109-118.

Sérgio, M. (1986), Motricidade Humana - Uma nova Ciência do Homem, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura, Direcção Geral dos Desportos.

Sérgio, M. (1986), Motricidade Humana - Uma nova Ciência do Homem, Lisboa, Ministério da Educação e Cultura, Direcção Geral dos Desportos.

Shilbury, D.; Sotiriadou, P.; Kalliopi, C. & Green, B. (2008), Sport Development. Systems, Policies and Pathways: An Introduction to the Special Issue, in Sport Management Review, Volume 11, Issue 3, Pages 217 – 223 Nov 2008.

Silva, P. (2005), Indicadores de Gestão e de Desempenho de instalações desportivas - O Caso prático da piscina de 25 metros Rio Maior, trabalho realizado para o VIII Mestrado em Gestão do Desporto, sob Orientação do Prof. Doutor Luís Miguel Cunha, Lisboa UTL-FMH (não editado).

T. de Bock, J. Scheerder, M. Theeboom, T. de Clerck, B. Constandt & A. Willem (2021), Sport-for-All policies in sport federations: an institutional theory perspective, European Sport Management Quarterly.

Teixeira, M. & Ribeiro, T., (2016), Sport policy and sports development: Study of demographic, organizational, financial and political dimensions to the local level in Portugal, Open Sports Sciences Journal - Open Access, Volume 9, Issue Suppl-1, M4, Pages 26 - 341 May 2016.

Vieira, A. (1718), História do Futuro vol. I, Belém – Pará, NEAD – Núcleo de Educação à Distância <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000253.pdf>

Vários, (1989); Constituição da República Portuguesa, - 2ª Revisão, Lisboa, ed. Notícias.

‘Carta Europeia do Desporto’, 7ª Conferência, 14 e 15 de Maio de 1992, Rhodes;

Declaração de Vilnius - Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, sobre a dimensão económica do desporto e os seus benefícios socioeconómicos, (2018/C 449/01), Jornal Oficial da União Europeia (Valor económico e conta satélite do desporto).

O modelo europeu do desporto, CdR37/99, ISSN_1027-2496 e (13.12.2021, PT Jornal Oficial da União Europeia, 2021/C 501/06)

UNESCO, ‘Plano de ação de Kazan – 2018/C 449/, Document code: SHS/2017/PI/H/14 REV, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252725>

Lei n.º 1/90 de 13 de janeiro - Lei de Bases do Sistema Desportivo

Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2013 de 6 de setembro

Lei nº 8.672, de 6 de Julho, que ficou conhecida pela “Lei Zico” (Brasil)

Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998: “Lei Pelé”

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro - Quadro de competências dos municípios e das freguesias),

Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto – Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

DL n.º 95/91 de 26 de fevereiro - RJ da Educação Física e do Desporto Escolar

Decreto-Lei n.º 55/2019 de 24 de abril - estatuto do estudante-atleta do ensino superior

Decreto-Lei n.º 106/2008 de 25 junho - Fundação INATEL

Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de Abril - Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007 de 4 de Abril - Plano Estratégico Nacional de Turismo - articulação entre o turismo e o desporto

Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto e Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de outubro - Animação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas

Caracterização e avaliação dos percursos pedestres turísticos da Região Autónoma da Madeira – ponto de vista dos residentes

Carlos Milho¹; Milton Velosa¹; Moisés Figueira¹; Paulo Viveiros¹; Jorge Soares^{1, 2}

¹Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira

²Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação em Turismo

miguelmilho.97@gmail.com

1. Introdução

A natureza, o turismo e a atividade física constituem um trinómio cada vez mais explorado para a valorização dos destinos turísticos que representam impactos positivos para o desenvolvimento local, mas também, para a sustentabilidade ambiental e social. No caso do destino turístico Madeira, a floresta da Laurissilva, considerada pela UNESCO em 1999 como Património Mundial da Humanidade, a par do seu diverso parque natural diverso e sinuoso, representam elementos de atração que caracterizam a identidade da marca do destino turístico Madeira – a natureza, o clima, a hospitalidade, a experiência genuína e o bem-estar. Atualmente, a procura deste destino está cada vez mais associada à sua floresta típica, aos percursos pedestres que ela envolve e às experiências únicas em contexto natural (Soares & Nunes, 2020), bem como à valorização enquanto elemento de bem-estar e de saúde mental (Farkic & Taylor, 2019). Os percursos pedestres recomendados pelo Instituto de Florestas e Conservação da Natureza (IFCN) da Madeira são constituídos por levadas, veredas e caminhos reais e representam mais do que um produto turístico, são elementos que identificam a história e a vida rural dos madeirenses numa relação positiva com o uso da natureza, especialmente as levadas da Madeira (Quintal, 2011; Santos & Correia, 2017). A sustentabilidade deste património natural é uma responsabilidade que recai sobre as entidades que administram o território, mas também das empresas turísticas e dos utilizadores dos percursos. Tendo sido a ilha da Madeira premiada como o melhor destino insular do mundo por vezes consecutivas pela World Travel Awards (World's Leading Island Destination, 2022) a assistindo-se atualmente a um crescimento acelerado dos turistas de diversas partes da Europa e do Mundo (DREM, 2022), o compromisso para salvaguardar e sustentar a natureza e a sua identidade genuína e experiencial, é colossal.

A pressão excessiva do turismo, particularmente em spots naturais de paisagens únicas, apesar de contribuir para benefícios económicos, possui igualmente consequências nefastas para a flora e fauna, bem como assim para segurança dos residentes e turistas (Majdak et al., 2022). No período entre 2011 e 2016 foram registados 41 acidentes, onde 22 destes resultaram em morte (Luís, 2016). Justifica-se assim a necessidade de valorizar a manutenção e preservação destes percursos, procurando assegurar a sua sustentabilidade social e ambiental, assegurando ainda as

condições para valorizar o património natural e cultural que merece, como são os casos de levadas e veredas da madeira.

O presente estudo tem por objetivo principal caraterizar e avaliar os 33 Percursos Pedestres Recomendados da Região Autónoma da Madeira através da perceção avaliativa dos residentes por intermédio de um questionário (n=336). A partir deste instrumento conseguimos obter diversas informações nomeadamente: i) os percursos mais populares; ii) os percursos considerados mais perigosos e iii) os que se apresentavam em melhor e pior estado de conservação/manutenção.

Com este estudo pretende-se ainda destacar os pontos fortes dos principais percursos de montanha que estão oficialmente recomendados para fins turísticos e de atividade local, alertar para a necessária intervenção e manutenção de alguns percursos que são bastante frequentados.

2. Palavras-chave

Natureza; Pedestrianismo, Turismo; Gestão do Território; Segurança.

3. Objetivos

Este estudo visa avaliar e caracterizar os percursos recomendados para caminhadas nas montanhas e florestas das ilhas da Madeira e Porto Santo, segundo as seguintes dimensões: os percursos mais frequentados/populares; o risco e perigosidade; estado de conservação/manutenção.

4. Revisão de literatura

A oferta de turismo ativo e de natureza tem vindo a ser cada vez mais utilizada em destinos turísticos que privilegiam uma relação experiencial e positiva com as potencialidades dos espaços naturais, das montanhas e das florestas, mas que requerem cuidados com a preservação ambiental e a sustentabilidade do destino (Winter et al., 2020). Adicionalmente, as necessidades e interesses dos turistas pelo usufruto da natureza para fins de relaxação, de exercício físico e de bem-estar psicológico, também tem vindo a merecer uma atenção e validação através a investigação científica (Farkic & Taylor, 2019; Mackenzie & Brymer, 2018; McNeil, Singh, & Chambers, 2022). No âmbito do turismo ativo e desportivo, podemos encontrar diversas subcategorias de serviços e de atividades que permitem proporcionar experiências únicas e memoráveis, muitas delas associadas aos pontos fortes e às oportunidades que a proximidade entre a montanha e o mar proporcionam. Os turistas que optam pelo turismo ativo e de natureza são aqueles que

pretendem satisfazer, através do exercício físico, a necessidade de participar e experienciar desafios únicos, conhecer e fazer parte da cultura local a fim de aguçar a sua curiosidade sobre as diversas especificidades e valores locais. Igualmente, os destinos turísticos que apresentam uma identidade forte com a natureza, um clima favorável e uma facilidade de mobilidade local, têm-se afirmado cada vez mais como excelentes mercados recetores de turistas ativos e ecológicos (Nepal, 2022). Assim, para o desenvolvimento sustentável de um destino turístico que depende da preservação da natureza, da floresta típica e da serra, é estrategicamente crucial considerar e avaliar os impactos sociais e ambientais dos eventos e atividades humanas que são realizados num parque natural (Hover et al., 2016; Melo et al., 2021). O uso excessivo de percursos pedestres em trilhos, caminhos e levadas pode causar danos irreparáveis na floresta e na atividade dos residentes (Majdak et al., 2022). No contexto dos destinos turísticos de natureza, a ilha da Madeira, com a sua floresta Laurissilva classificada como património natural mundial, associada a um clima ameno e estável durante todo o ano, apresenta-se como um dos destinos mais procurados por turistas e aficionados da natureza (ECAM, 2010; DREM, 2022). Neste contexto natural, caminhar em veredas, trilhos e levadas são as principais atividades que os turistas procuram conhecer e experienciar (ACIF, 2015; Neves, 2011). Trabalhos publicados aconselham e descrevem equipamentos necessários para a realização destes percursos pedestres, bem como uma descrição profunda da fauna e flora existentes (Ornelas, 2013).

Raimundo Quintal, professor e geógrafo local com décadas de experiência, sendo também uma referência incontornável no que respeita a estas rotas e cursos de água - Levada Walking (Quintal, Levadas da Ilha da Madeira. Da epopeia da água ao nicho de turismo ecológico, 2011), elaborou uma caracterização gráfica dos percursos existentes, onde o autor reconhecia, já no século passado (1994), a importante necessidade de um "novo e urgente método de relação com a natureza", defendendo a necessidade de preservar este património natural e cultural para as gerações futuras (Quintal, 1994).

Um estudo recente complementou esta caracterização gráfica com uma componente histórica das levadas existentes, desvendando a sua criação, legislação e tipologia construtiva de estruturas anexas como tanques de água, casas de água e centrais hidroelétricas (Teixeira, 2019).

Igualmente, deparamo-nos com um estudo que face ao turismo e a sua procura crescente para a realização destes percursos, procura diminuir os riscos associados à prática dos mesmos, pretendendo igualmente que os turistas obtenham uma imagem positiva face aos níveis de segurança inerentes aos percursos, mantendo assim a prática viável dos mesmos (Neves, 2011). Obtivemos ainda conhecimento de uma dissertação que apresenta a criação um jogo didático que

permite aos utilizadores realizar as levadas virtualmente, alertando-os para equipamentos e mantimentos necessários, recomendações de segurança (como alertar alguém que irá realizar uma levada) e de informações do possível percurso (Luís, 2016).

5. Metodologia

Atualmente os percursos pedestres recomendados pelo Governo Regional da Madeira (denominando-se de PR são percursos pedestres realizados e contexto de natureza e montanha, e são categorizados em três tipos de caminhos (faixas de terreno que servem de ligação): 1) caminhos reais que foram durante muitos anos as principais vias terrestres para a população madeirense, construídas antes da implantação da República e que funcionavam como alternativa e complemento às ligações marítimas (ACRM, 2023); 2) veredas que são caminhos estreitos que servem para as pessoas deslocarem-se de uma parte da montanha para outra e, também, para fins agrícolas, e que ajudam a ligar os sítios e as levadas; 3) as levadas da Madeira que são “canais de água com um declive suave criados originalmente para transportar a água do norte da Ilha, onde se verifica um clima mais húmido e com mais precipitação, para o sul onde o clima é mais seco, com mais população e plantações”, são também usadas para fins agrícolas, uso doméstico e produção de eletricidade (Santos, 2017). Raimundo Quintal ainda acrescenta “As íngremes escadarias de poios (socalcos) que estão a jusante das levadas principais e que constituem uma das fontes de rendimento das populações rurais. Estes últimos juntamente com as levadas são as mais belas peças do património cultural da Ilha da Madeira e a expressão viva de como foi possível a intervenção humana sem criar ruturas significativas no funcionamento dos ecossistemas” (Quintal, Levadas da Ilha da Madeira. Da epopeia da água ao nicho de turismo ecológico, 2011).

Este estudo utiliza uma metodologia mista baseado em duas fontes de dados: consulta e análise dos percursos pedestres recomendados pelo IFCN no sentido de caracterizar e validar a denominação e identificação dos percursos; questionário anónimo e individual aplicado a 336 residentes que procura avaliar a perceção dos residentes quanto ao risco, à dificuldade e ao estado de conservação dos percursos. Com a metodologia usada, destacam-se os pontos fortes dos principais percursos que estão oficialmente recomendados para fins turísticos e de atividade local e, juntamente, alerta-se para a necessária intervenção e manutenção de alguns percursos que são bastante frequentados. No processo de avaliação é considerado o nível de dificuldade, a duração estimada do percurso, a distância, a altitude (máxima/mínima) e ainda as recomendações existentes para estes percursos.

Do ponto de vista metodológico, procedeu-se à construção de um questionário de respostas rápidas e fechadas sobre a avaliação do estado e utilização dos percursos recomendados. Este instrumento foi aplicado, entre março e maio de 2023, aos residentes frequentadores dos percursos pedestres realizados nos últimos 5 anos, tendo-se respeitado o anonimato, a participação voluntária e as orientações éticas para trabalhos científicos. O procedimento de participação foi através de convite via email e pessoal tendo-se usado um critério de amostragem duplo, por conveniência de acessibilidade e aleatório, do qual foi possível obter uma amostra de 336 inqueridos (n=336), com uma idade média de 40.2 anos, onde 272 (80.95%) responderam que tinham realizado pelo menos um percurso pedestre nos últimos 5 anos e apenas 64 (19.05%) responderam que não completaram nenhum dos percursos recomendados nos últimos 5 anos.

O questionário permitiu ainda recolher dados sobre os meios de transporte mais utilizados e quais as fontes informacionais que usaram para escolher o respetivo percurso, finalizando com questões sobre qual o percurso mais e menos preferido e os respetivos motivos. Neste questionário, os inqueridos avaliaram entre 1 (bastante mau) e 5 (bastante bom) os parâmetros relativos ao estado de conservação/manutenção de todos os percursos recomendados que completaram nos últimos 5 anos, sendo o primeiro parâmetro o estado das varandas / apoios, seguido pelo estado de limpeza / arbustos, seguidamente o estado do pavimento / solo e finalmente, o estado dos degraus. De registar ainda que o questionário foi validado por dois investigadores experientes que analisaram a clareza e objetividade das perguntas e ainda o conteúdo das mesmas.

Para o tratamento dos dados utilizou-se a estatística descritiva com parâmetros de tendência central, e as comparações entre as perceções de risco e do estado de conservação/manutenção entre as Levadas, Veredas e os Caminhos, extraindo observações, conclusões e reflexões críticas.

6. Resultados e discussão

6.1 - Caracterização dos percursos mais populares

Os percursos mais frequentados pelos participantes no estudo são os que constam na tabela 1. Com destaque para a Levada das 25 fontes e a Vereda da Ponta de São Lourenço, que apesar de apresentarem alguma extensão e grau de dificuldade médio, são bastante populares.

Tabela 1: Os 10 percursos pedestres mais populares

Nome dos Percursos	Nº de pessoas que realizaram	%
PR6 - Levada das 25 Fontes	194	0.713
PR8 - Vereda da Ponta de S. Lourenço	191	0.702
PR11 - Vereda dos Balcões	179	0.658
PR1.2 - Vereda do Pico Ruivo	135	0.496
PR1 - Vereda do Areeiro	128	0.471
PR9 - Levada do Caldeirão Verde	127	0.467
PR6.1 - Levada do Risco	126	0.463
PR6.2 - Levada do Alecrim	120	0.441
PR6.3 - Vereda da Lagoa do Vento	112	0.412
PR10 - Levada do Furado	112	0.412

A tabela 2 possibilita-nos observar as características mais marcantes inerentes aos 10 percursos pedestres mais populares (de acordo com a nossa amostra), referindo-se a algumas dimensões como a sua extensão em km, as altitudes máxima e mínima, o grau de dificuldade e recomendações, de acordo com as indicações recolhidas a partir da entidade oficial reguladora dos percursos e do parque natural da Madeira (IFCN, 2023).

O percurso PR6 (Levada das 25 Fontes) é uma das levadas mais famosas e antigas da Madeira e encontra-se no coração da Laurissilva madeirense, na zona interior do Rabaçal (Calheta). Para além de ser um dos percursos mais procurados, também, pelos turistas, esta levada é muito valorizada pela extensa presença da diversa e genuína floresta madeirense e classificada como património mundial da humanidade, permitindo aos caminheiros deleitar o contacto com a flora e fauna típica da ilha da Madeira. Desta forma, no decorrer do percurso aprecia-se por exemplo o caso do urzal de altitude com predominância da urze de molar, a urze das vassouras e a uveira da serra. Realçando ainda que no término deste percurso encontra-se a lagoa das 25 fontes, sendo rodeada por diversas fontes e pequenas cascatas de água natural.

Tabela 2: Características dos percursos pedestres mais populares

Percurso	Distância	Duração Estimada	Grau de dificuldade	Altitude (máx/mín)	Características e recomendações
PR6	4,3 km	3 h	Médio	1288m / 964 m	O PR 6 poderá provocar vertigens. Alguns varandins de proteção podem estar instáveis e não devem servir para se apoiar. No PR 6, o troço compreendido entre o pk 3+300 e o pk 4+100, deverá ser realizado num único sentido.
PR8	3 km	2h30	Médio	126m / 23m	Não se aproximar demasiado da falésia, pois são muitos os locais onde o piso não é seguro. Zona árida e muito exposta ao sol e vento, levar água para beber.
PR11	1,5 km	1h30	Fácil	880m / 870m	O clima varia frequentemente, levar agasalho e impermeável. O piso pode estar escorregadio, levar calçado antiderrapante.
PR 1.2	2,8 km	1h30	Médio	1857m / 1852m	O clima varia frequentemente, levar agasalho.
PR 1	6,1 km 7 km	3h (VO) 3h30 (VE)	Médio	1857m / 1491m	Por ser uma caminhada de montanha, com subidas e descidas acentuadas, exige preparação física e resistência dos caminhantes. O clima varia frequentemente, levar agasalho e água. Existência de túneis, levar lanterna.
PR9	8,7 km	6h30	Médio	1020m / 872m	Existência de túneis, levar lanterna. O piso pode estar escorregadio, leve calçado antiderrapante. Perigo de vertigens. Possibilidade de queda de pedras e terra em certas alturas do ano.
PR 6.1	3 km	2h	Fácil	1288m / 1000m	O PR6 poderá provocar vertigens. Não se apoiar nos varandins de proteção. No PR6, o troço compreendido entre o PQ 3 + 300 e o PQ 4 + 100, deverá ser realizado num único sentido, pelo que respeite a sinalização existente no percurso.
PR 6.2	3,5 km	2h30	Fácil	1330m / 1256m	É de realçar que, na altura da recolha, não existia recomendações nem normas de conduta e segurança no site oficial do IFCN.
PR 6.3	1,8 km	1h30	Fácil	1600m / 200m	É de salientar que não existe recomendações nem normas de conduta e segurança no site oficial do IFCN.
PR 10	11 km	5h	Médio	880m / 645m	Perigo de vertigens. Existência de túneis, leve lanterna. O piso pode estar escorregadio, levar calçado antiderrapante.

No que toca à fauna, é possível encontrar espécies voadoras tais como o pombo trocáz, o tentilhão e o bis-bis. No que concerne aos abismos, não se verificam dados significativos que demonstram a existência dos mesmos, por outro lado, no que respeita as vertigens este percurso poderá apresentar alguma incerteza em determinadas partes. Pela caracterização do esforço deste

percurso podemos referir que a mesma apresenta desnível positivo de 386 metros e um desnível negativo de 359 metros, cujo piso pode estar húmido, escorregadio e por vezes irregular.

Em segundo lugar, encontra-se o PR8, cujo miradouro permite observar o Porto Santo e as Desertas, possibilitando uma apreciação da flora específica onde se identifica a predominância da flora vascular cuja vegetação centra-se nas herbáceas anuais e bienais, caracterizada por alguns arbustos e pequenas árvores, sendo as plantas que mais se sobressaem a Unicidade da Estrela, da Perpétua e da Vaqueira. No que toca a fauna, este percurso apresenta uma fauna terrestre diversa como é o caso dos moluscos, da lagartixa, aves (como o corre-caminhos) e a cagarra. Por outro lado, na fauna marítima apresenta-se as esponjas, anêmonas, castanhetas, tartarugas e os golfinhos. No que se refere aos abismos, não se verifica dados significativos que demonstrem a existência dos mesmos pois nas partes mais críticas estão protegidos por varandins metálicos. Contudo alguns varandins podem necessitar de reparação devido à ferrugem e rugosidade do material e instabilidade na sua base. Por outro lado, no que respeita às vertigens, este percurso poderá apresentar alguma dificuldade, particularmente quando o caminhante se afasta do trilho traçado para apreciar as paisagens. Finalmente, a caracterização do esforço deste percurso apresenta um desnível positivo de 387 metros e um desnível negativo de 391 metros, cujo piso variar entre muito seco a húmido, muito escorregadio e em determinadas partes irregular. É um percurso de dificuldade considerável porque requer preparação física adequada (mobilidade e resistência), calçado apropriado e muita atenção devido ao piso que pode estar escorregadio.

Em terceiro lugar, encontra-se o PR11, cujo miradouro permite observar os Balcões e os pontos mais altos da ilha. Possibilita igualmente observar flora pertencente à Laurissilva, abrigando uma grande variedade de espécies, incluindo o til, o folhado, o loureiro e o vinhático, incluindo igualmente uma variedade de briófitos e líquenes. No que toca à fauna, é possível encontrar espécies voadoras tais como o pombo trocaz, o tentilhão e o bis-bis. No que se refere aos abismos não se verifica dados significativos que demonstrem a existência dos mesmos, por outro lado, no que respeita às vertigens este percurso poderá apresentar a existência das mesmas. Finalmente, a caracterização do esforço deste percurso apresenta um desnível positivo de 97 metros e um desnível negativo de 104 metros, cujo piso pode estar húmido, escorregadio e por vezes irregular. Em quarto lugar, encontra-se o PR1.2, cujo miradouro permite observar o Pico ruivo e o Maciço Montanhoso Central, permitindo estar no ponto mais alto da ilha numa altura de 1861m, para além disto, apresenta uma flora de predominância da série das plantas do urzal de altitude, cuja dominantes são a urze molar e a urze-das vassouras, existindo ainda a presença de comunidades

da vegetação rupícola de altitude (massaroco, orquídea-rocha e uma variedade de briófitos e líquenes). No que toca a fauna, encontra-se espécies endémicas da Madeira como a lagartixa. No que se refere aos abismos não se verifica dados significativos que demonstram a existência dos mesmos, por outro lado, no que respeita as vertigens este percurso poderá apresentar a existência da mesma. Finalmente, a caracterização do esforço deste percurso apresenta um desnível positivo de 323 metros e um desnível negativo de 47 metros, cujo piso pode estar húmido, escorregadio e por vezes irregular.

Em quinto lugar, encontra-se o percurso PR 1, cujo miradouro permite observar Pedra Rija, da Manta e do Pico Ruivo, onde podemos observar o Maciço Montanhoso Central em diversos ângulos. No que se refere a flora, o mesmo apresenta uma flora de predominância da série das plantas do urzal de altitude, cuja dominantes são a urze molar e a urze-das vassouras, existindo ainda a presença de comunidades da vegetação rupícola de altitude (massaroco, orquídea-rocha e uma variedade de briófitos e líquenes). No que toca a fauna encontra-se espécies endémicas da Madeira como a lagartixa. No que se refere aos abismos, não se verifica dados significativos que demonstram a existência dos mesmos, por outro lado, no que respeita as vertigens este percurso poderá apresentar a existência das mesmas e, finalmente, a caracterização do esforço deste percurso apresenta um desnível positivo de 1057 metros e um desnível negativo de 962 metros, cujo piso pode estar húmido, escorregadio e por vezes irregular.

Em sexto lugar, encontra-se o PR9 não apresenta miradouro, no entanto esta levada permite-nos contemplar a Lagoa do Caldeirão Verde e aceder à Casa das Queimadas. No que concerne a flora, este percurso apresenta uma flora de predominância da série das plantas do urzal de altitude, cuja dominantes são a urze molar e a urze-das vassouras, existindo ainda a presença de comunidades da vegetação rupícola de altitude (massaroco, orquídea-rocha e uma variedade de briófitos e líquenes). No que toca à fauna é possível encontrar espécies voadoras tais como o pombo trocáz, o tentilhão e o bis-bis. No que se refere aos abismos não se verifica dados significativos que demonstram a existência dos mesmos, por outro lado, no que respeita as vertigens este percurso poderá apresentar a existência das mesmas e, finalmente, a caracterização do esforço deste percurso apresenta um desnível positivo de 610 metros e um desnível negativo de 655 metros, cujo piso pode estar húmido, escorregadio e por vezes irregular.

6.2 - Caracterização dos percursos mais arriscados

Os percursos mais arriscados foram avaliados a partir da escala de perigosidade de 1 a 5 valores. Em primeiro lugar encontra-se a Vereda do Areeiro com uma pontuação de 3.18. Em segundo

lugar encontra-se a levada Fajã do Rodrigues com uma pontuação de 3.06, cujo valor pode ser explicado pelo túnel bastante baixo e estreito, de cerca de 1km de extensão.

Tabela 3: Os 10 percursos considerados mais arriscados

Nome dos Percursos	Perceção do Risco
PR1 - Vereda do Areeiro	3.18
PR16 - Levada Fajã do Rodrigues	3.06
PR1.3 - Vereda da encumeada	3.05
PR17 - Caminho do Pináculo e Folhadal	2.94
PR19 - Caminho Real do Paul do Mar	2.92
PR21 - Caminho do Norte	2.88
PR12 - Caminho Real da Encumeada	2.86
PR9 - Levada do Caldeirão Verde	2.76
PR7 - Levada do Moinho	2.73
PR20 - Vereda do Jardim do Mar	2.66

Por outro lado, neste percurso podemos ressaltar o perigo no percurso através do piso escorregadio em algumas zonas, e ainda da inexistência de fontes de água como juntamente da sensação de vertigens.

Em terceiro lugar encontra-se a Vereda da Encumeada com um valor de 3.05, caracterizada pela longa e exaustiva caminhada nas montanhas mais altas, com piso escorregadio, vertigens e escadarias. É de realçar outro fator que favorece ao perigo que é a ausência de fontes de água potável agravado em caso de exposição ao sol intenso e a ventos fortes. Por outro lado, a falta de manutenção pode explicar pior pontuação ao percurso como é o caso do coberto florestal queimado e pelas zonas em que a vegetação tapa o caminho e, por consequente, dificulta a passagem dos caminhantes.

Em quarto lugar encontra-se o Caminho do Pináculo e Folhadal, com uma pontuação de 2.94, onde podemos identificar um percurso com um piso irregular, diversas subidas e descidas acentuadas, e em algumas zonas encontramos piso escorregadio, irregulares e ainda zonas sujeitas a derrocadas.

Em quinto lugar encontra-se o Caminho Real do Paul do Mar, com uma pontuação 2.92, devido a existência de piso escorregadio e do declive acentuado torna-se um percurso exaustivo para pessoas de idade elevada ou de reduzida mobilidade articular.

Em sexto lugar encontra-se o Caminho do Norte, um dos percursos mais perigosos com um valor de 2.88, caracterizado pela descida constante, chão molhado em algumas zonas do percurso o que poderá provocar um piso escorregadio. Por outro lado, em condição de bruscas mudanças dos fatores meteorológicos pode aumentar o risco de acidente e ainda a existência de abismos e vertigens.

Em oitava posição encontra-se a Levada do Caldeirão Verde, que apesar de ser uma das mais populares, apresenta um indicador de risco de 2.76. Este percurso caracteriza-se pelo piso escorregadio ou irregular em algumas e devido à elevada frequência de turistas, pode aumentar o risco devido ao congestionamento em espaços estreitos. Juntamente com estes fatores podemos identificar a presença de túneis o qual deverá solicitar ao caminhante uma atenção especial sobre as imprevisibilidades do local.

Em nona posição encontra-se a Levada do Moinho, cujo valor é de 2.73, que se caracteriza pela ocorrência do gado bovino o qual impede em algumas ocasiões a passagem dos caminhadores. Por outro lado, na altura de chuvas pode acontecer que troços fiquem inundados e por consequente poderá pôr em causa a segurança.

6.3 – Estado de Conservação/manutenção dos percursos pedestres – Percursos pior avaliados

O estado de conservação dos percursos foi avaliado segundo as dimensões: varandins de proteção, limpeza dos arbustos e vegetação, segurança do pavimento e estado dos degraus. Os resultados foram organizados em dois grupos/tabelas: os percursos que apresentaram valores médios mais baixos na conservação e os percursos que apresentaram valores mais elevados, tabelas 4 e 5, respetivamente.

Tabela 4: Estado de conservação/manutenção dos percursos pedestres - Percursos pior avaliados

Nome dos Percursos	Varandas Limpeza/		Paviment o /solo	Estado	
	/apoios	arbustos		Degraus	Média
PR21 - Caminho do Norte	2.76	2.75	2.80	2.80	2.78
PR20 - Vereda do Jardim do Mar	2.96	3.04	2.80	2.84	2.91
PR16 - Levada Fajã do Rodrigues	2.86	3.00	2.86	3.07	2.95
PR17 - Caminho do Pináculo e Folhadal	2.96	3.19	2.89	2.85	2.97
PR12 - Caminho Real da Encumeada	3.03	3.00	3.00	3.00	3.01
PR19 - Caminho Real do Paul do Mar	2.98	3.25	3.00	2.90	3.03
PR23 - Levada da Azenha	2.90	3.11	3.10	3.00	3.03
PR1.3 - Vereda da encumeada	2.96	3.17	3.06	3.06	3.06
PR2 - Vereda do Urzal	3.00	3.20	3.07	2.96	3.06
PR5 - Vereda das Funduras	3.15	3.22	3.20	3.13	3.17

Segundo a análise da tabela 4, podemos constatar que não há uma grande variação entre as avaliações dos respetivos parâmetros destes percursos, sendo que os valores são todos relativamente próximos. Contudo, e apesar destes percursos serem os pior avaliados, apenas 4 percursos encontram-se ligeiramente abaixo de “razoável” (3), sendo eles o PR 21, PR 20, PR 16 e PR17.

A tabela 5 representa destaca os percursos avaliados com os valores mais elevados de conservação/manutenção com especial referência ao PR 11 com uma média de 4.07, sendo o único que possui avaliação acima de 4 (bom), ou seja, apesar ser o 3 percurso mais frequentado, o mesmo encontra-se em bom estado de conservação/manutenção. E é de destacar que quatro dos cinco percursos melhor avaliados são veredas.

Tabela 5: Estado de conservação/manutenção dos percursos pedestres - Percursos melhor avaliados

Nome dos Percursos	Varandas/ apoios	Limpeza/ arbustos	Pavimento / solo	Estado Degraus	Média
11 - Vereda dos Balcões	1	8	0	1	7
22 - Vereda do Chão dos Louros	9	3	1	5	2
1.2 - Vereda do Pico Ruivo	7	5	8	3	1
6.2 - Levada do Alecrim	0	8	8	4	0
2(Porto Santo) - Vereda do Pico do Castelo	6	3	5	4	5
6.1 - Levada do Risco	9	1	3	7	0
6 - Levada das 25 Fontes	2	4	9	2	4
4 - Levada do Barreiro	7	4	9	5	4
3(Porto Santo) - Levada do Pico Castelo	2	2	7	7	2
8 - Vereda da Ponta de S. Lourenço	7	2	8	8	1

Notoriamente, 2 dos 3 percursos recomendados no Porto Santo encontram-se entre os 10 melhor avaliados, sendo que o restante encontra-se a meio da tabela, ocupando 17º lugar com uma média de 3.32.

Na análise comparativa entre veredas (1), levadas (2) e caminhos (3) para avaliar o estado de conservação verificamos através das tabelas 6 e 7 algumas diferenças.

Tabela 6: Comparações múltiplas entre os 3 tipos de percursos recomendados

Comparações múltiplas						
Variável dependente: Valores Scheffe						
(I) Percurso	(J) Percurso	Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
1	2	,03572	,03296	,556	-,0450	,1165
	3	,37557*	,06477	<,001	,2169	,5342
2	1	-,03572	,03296	,556	-,1165	,0450
	3	,33986*	,06596	<,001	,1783	,5014
3	1	-,37557*	,06477	<,001	-,5342	-,2169
	2	-,33986*	,06596	<,001	-,5014	-,1783

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Tabela 7: Valores – Scheffe

Valores			
Scheffe ^{a,b}			
Percurso	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
3	165	3,0369	
2	991		3,3767
1	1322		3,4124
Sig.		1,000	,820

São exibidas as médias para os grupos em subconjuntos homogêneos.

a. Usa o Tamanho da Amostra de Média Harmônica = 383,332.

b. Os tamanhos de grupos são desiguais. A média harmônica dos tamanhos de grupos é usada. Os níveis de erro de Tipo I não são garantidos.

De acordo com o P-valeu apresentado na tabela de comparações múltiplas (tabela 6), podemos constatar com 95 % de confiança que os tipos de percursos 1 (Veredas) e 2 (Levadas) estão com um estado de conservação/manutenção razoavelmente semelhante e mais elevado, enquanto o tipo de percurso 3 (Caminhos) apresenta um estado de conservação/manutenção inferior aos restantes percursos. É de salientar que conforme as médias apresentadas na tabela 7, o tipo de percurso 3 – Caminhos, com uma média de 3.0369, revela ter um estado de conservação/manutenção mediano, enquanto os tipos de percursos 1 - Veredas (média de 3.4124) e 2 – Levadas (média de 3.3767) apresentam scores mais elevados.

De acordo com a perceção de risco dos residentes, os percursos recomendados, apesar de estarem associados a um risco elevado devido a alguns acidentes e a algumas passagens indutoras de vertigens (Be careful when hiking in Madeira, 2023), foram percecionados entre o risco "médio" (3,18) e o risco "muito baixo" (1,34), sendo a média global dos 33 percursos de apenas 2,42 (em 5), o que se aproxima mais do "risco baixo" do que do "risco médio".

O risco mais elevado da vereda do Areeiro pode ser explicada à diversidade e inclinação das escadas de pedra e terra, ausência de fontes de água natural, como também a exposição ao sol e os ventos fortes em zonas mais altas e abertas. Por outro lado, outros fatores que provocam o aumento do risco é a presença de abismos, a falta de manutenção como também do congestionamento que se provoca em alguns zonas estreitas do percurso.

Os percursos identificados com menor risco podem ser valorizados pela oferta de serviços turísticos com informações úteis sobre o património cultural e natural, particularmente as levadas mais populares das 25 Fontes dos Balcões.

7. Conclusões e implicações

Os dados principais deste estudo permitem concluir que uma elevada percentagem dos residentes costuma utilizar os percursos recomendados pelo ICFN e apresenta uma apreciação muito positiva quanto à segurança e ao estado de conservação dos percursos.

Contudo, o estudo também aponta claramente para a preferência dos residentes para os percursos mais populares e, provavelmente, também mais frequentados pelos turistas. Com a contínua procura dos turistas pelas levas e veredas mais famosas e com paisagens mais bonitas, a afluência excessiva e a pressão humana sobre os trilhos pode levantar problemas de mobilidade e segurança em certos pontos dos percursos. A monitorização e a colocação do limite de entradas nos percursos de “vai-vem” pelo mesmo caminho, pode ser uma solução adequada.

A apreciação que os residentes fazem sobre a perigosidade ou risco de acidente nos três tipos de percursos não é elevada. Contudo há percursos que devem merecer alguma atenção por parte das entidades reguladoras e gestoras do parque natural, nomeadamente no que se refere à Vereda do Areeiro) à Levada Fajã do Rodrigues) e à Vereda da Encumeada). Podemos assumir, de acordo com a perceção dos residentes, que os percursos pedestres são, na sua maioria, bastante seguros e representam um risco global baixo.

Relativamente à perceção dos residentes sobre a conservação/manutenção, os percursos pedestres recomendados foram avaliados positivamente, tendo apenas 4 percursos avaliados ligeiramente abaixo do ponto médio. O percurso PR21 - Caminho do Norte é aquele percurso que deve merecer maior cuidado e, talvez, possa ser recomendável para pessoas mais experientes e conhecedoras do mesmo.

Por outro lado, o percurso que apresentou melhores scores em várias dimensões foi o PR11 - Vereda dos Balcões, sendo um dos percursos mais recomendáveis para diferentes grupos de caminhantes.

Concluimos que as levadas e as veredas, de uma forma geral apresentam maiores cuidados com a manutenção do que os caminhos reais. No entanto, é preciso utilizar outros meios de recolha de dados para podermos identificar algumas lacunas e avaliar o potencial de utilização para fins turísticos e não só.

A informação recolhida junto dos residentes poderá ser utilizada pela entidade oficial (ICFN) para elaborar programas de manutenção mais específicos que poderão incidir sobre as vias com maior necessidade de determinados tipos de manutenção.

Não nos esqueçamos que, com o recente crescimento e o número recorde de dormidas na região (Dnoticias, 2023) (MadeiraWeb, 2023), os esforços de manutenção precisam de ser reajustados

para manter estes percursos em ótimas condições e sustentáveis a longo prazo, evitando a degradação que pode resultar em maior risco, acidentes e até mortes desnecessárias.

8. Referências bibliográfica

ACIF. (January de 2015). *Documento Estratégico para o Turismo na RAM (2015-2020)*. Obtido de ACIF: https://www.acif-ccim.pt/wp-content/uploads/2020/estudos/Doc_Estrategico_Turismo_RAM.pdf

ACRM. (2023). *Sobre a ACRM*. Obtido de CRMadeira: <https://www.caminhoreal.pt/index.php/quem-somos>

Dnoticias. (2023). *Turismo da Madeira fecha 2022 com 9,6 milhões de dormidas e com recorde de proveitos*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dnoticias.pt/2023/2/14/348352-turismo-da-madeira-fecha-2022-com-96-milhoes-de-dormidas-e-com-recorde-de-proveitos/>

DREM. (2022). *Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira*. Obtido de DREM: <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/turismo-pt/turismo-publicacoes-pt/send/40-turismo-publicacoes/15154-turismo-julho-pe-e-junho-po-de-2022pdf.html>

ECAM. (1 de 2 de 2010). Estudo do Gasto Turístico. *Estudo do Gasto Turístico*, pp. 4-5. Obtido de

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiN-sjTv_j_AhX-VKQEHXhRANGQFnoECBAQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.acif-ccim.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2Festudos%2Festudo_gasto_turistico.pdf&usg=AOvVaw1gL31I72hHsAYhOdjBPPyO&opi=899

Farkic, J., & Taylor, S. (2019). Rethinking Tourist Wellbeing through the Concept of Slow Adventure. *Sports*, 7, 190, 1-5. Doi: 10.3390/sports7080190

Hover, P., Dijk, B., & Breedveld, K. (Jul de 2016). Creating social impact with sport events. *Creating social impact with sport events*. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/307855925_Creating_social_impact_with_sport_events

IFCN. (2023). Obtido de IFCN: <https://ifcn.madeira.gov.pt/>

Luís, R. (Outubro de 2016). Um jogo didático 3D para transitar com segurança nas levadas da Madeira. *Um jogo didático 3D para transitar com segurança nas levadas da Madeira*. Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/13064>

- Mackenzie, S., & Brymer, E. (2018). Conceptualizing adventurous nature sport: A positive psychology perspective. *Ann. Leis. Res.* 21, 1–13. Doi: 10.1080/11745398.2018.1483733)
- MadeiraWeb. (2023). *Madeira com ano 2022 recorde no número de turistas*. Obtido de MadeiraWeb: <https://www.madeira-web.com/pt/noticias/madeira-ano-2022-recorde.html>
- Majdak, P., Mosz, J., & Almeida, A. (2022). Overtourism: the Impact of tourism on Madeira's social and economic environment. *Studia Evologiae Bioethicae.* , II(20), 1-14. <https://doi.org/10.21697/seb.2022.09>
- McNeil, D., Singh, A. & Chambers, T. (2022). Exploring Nature and Social-Connectedness as Mediators of the Relationship Between Nature-Based Exercise and Subjective Wellbeing. *Ecopsychology*, 14,4, 226–234. Doi: 10.1089/eco.2022.0013
- Melo, R., V. R., & Sobry, C. (2021). Sport Tourism Events and Local Sustainable Development: An Overview. *Small Scale Sport Tourism Events and Local Sustainable Development. Sports Economics, Management and Policy*, 18, 19-42. https://doi.org/10.1007/978-3-030-62919-9_2
- Nepal, S. (2022). Studies in Tourism Impacts: past, trends and merging trajectories. In *Handbook of Tourism Impacts*. Ed. by Arie Stoffelen and Dimitri Ioannides. Elger Online. 20-34. Doi: <https://doi.org/10.4337/9781800377684.00011>
- Neves, D. (2011). Turismo natureza e riscos na Ilha da Madeira: avaliação, perceção, estratégias de planeamento e prevenção. *TURISMO E CULTURA*, pp. 489-505. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0754-2_19
- Ornelas, V. (2013). *Guia dos Percursos Pedestres - Machico*. Machico: Junta de Freguesia de Machico, 1ª Edição.
- Soares, J. & Nunes, N. (2020). Levada walks and canyoning as mountain sport products in nature tourism. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 10:1, 41–55 <https://doi.org/10.2478/ejthr-2020-0004>
- Quintal, R. (1994). *Veredas e Levadas da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional da Educação.
- Quintal, R. (2011). Levadas da Ilha da Madeira. Da epopeia da água ao nicho de turismo ecológico. *AmbientalMENTEsustentable*, 1(11-12), 137-155.
- Santos, P. & Correia, F. (2017). *Levadas da Madeiras. Uma Antologia Literária*. Imprensa Académica. Associação Académica da Universidade da Madeira. Funchal, Portugal
- Teixeira, D. (2019). Caminhos de água. O caso das levadas dos Piornais e da Ribeira da Janela enquanto Patrimónios. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/26524>

Winter, P., Selin, S., Cervený, L., & Bricker, K. (20 de Dec de 2020). Outdoor Recreation, Nature-Based Tourism, and Sustainability. *Sustainability*, 12(1).
<https://doi.org/10.3390/su12010081>

World's Leading Island Destination. (2022). Obtido de World Travel Awards:
<https://www.worldtravelawards.com/award-worlds-leading-island-destination-2022>

23 + 24
novembro

Governança na Gestão do Desporto: Inovação e Boas Práticas

2023

PÓVOA DE VARZIM
Hotel Axis Vermar



Comissão de Honra

AIRES HENRIQUE DO COUTO PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim

JOÃO PAULO CORREIA

Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

VITOR PATACO

Presidente IPDJ

SUSANA FEITOR

Presidente da Fundação do Desporto

JOSÉ MANUEL CONSTANTINO

Presidente Comité Olímpico de Portugal

JOSÉ MANUEL LOURENÇO

Presidente Comité Paralímpico de Portugal

CARLOS CARDOSO

Presidente da Confederação de Desporto de Portugal

FERNANDO PARENTE

Presidente da APOGESD

Comissão Organizadora

FERNANDO PARENTE

Direção APOGESD

ISILDA DIAS

Direção APOGESD

MIGUEL PACHECO

Direção APOGESD

LUIS RODRIGUES

Direção APOGESD

JOSÉ CHARRO

Direção APOGESD

JOÃO SOCORRO

Direção APOGESD

BRUNO ALBUQUERQUE

Setor do Desporto da Câmara Municipal
da Póvoa de Varzim

ANA CATARINA SOUSA

Secretariado APOGESD